

Cuba sempre

A ideia de que "o pior já passou" corresponde a uma realidade sentida pela generalidade da população.



• José Casanova Pág. 10

TRABALHADORES

Sindicatos de Setúbal escrevem a ministra do Emprego

Pág. 6

PCP

Jerónimo de Sousa comenta mensagem de Natal do Primeiro-Ministro

Pág. 24



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 2 de Janeiro de 1997 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1205 • Director: Carlos Brito

CGTP denuncia corporativização do regime

Pág. 5

OFENSIVA TEM RESPOSTA



Ainda o Congresso

Colômbia e Sudão

A luta pela liberdade

- depoimentos e delegações estrangeiras
- Intervenções de delegados (Conclusão)

Págs. 14 a 17



• Henrique Custódio

Centrais



Mau tempo assola a Europa

RESUMO

23
Segunda-feira

A Associação Profissional da PSP apela à entrega das pistolas como forma de um protesto contra a prisão de um agente de Évora, detido preventivamente pela morte de um presumível assaltante ■ O Ministério da Saúde recua na sua intenção de pôr em prática a partir de Janeiro o plano de reorganização dos serviços de urgência dos hospitais ■ João Cravinho dá posse à nova administração da CP e promete um investimento de 600 milhões de contos na empresa ■ O Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) liberta 225 reféns, em Lima ■ O Papa pede ao embaixador indonésio junto da Santa Fé uma «solução justa e pacífica» para Timor-Leste ■ Um atentado em Argel faz três mortos e 70 feridos ■ O presidente do Tadjiquistão e o líder da oposição islamita assinam dois documentos destinados a pôr termo à guerra civil ■ Fidel Castro anuncia que 24 cientistas cubanos injectaram-se recentemente com uma vacina contra a SIDA.

24
Terça-feira

Os revoltosos zairenses assumem o controlo da cidade de Bunia, perto da fronteira com o Uganda, após violentos combates com o exército de Kinshasa ■ A população timorense envolve-se em confrontos com as autoridades indonésias, durante a missa do galo ■ Mais de cem pessoas passaram a noite de Natal como reféns na Embaixada do Japão em Lima.

25
Quarta-feira

No arquipélago dos Açores, violentos temporais destroem casas, isolam povoações e encerram portos e aeroportos ■ O ministro da Economia paga um milhão de contos aos mineiros de Aljustrel que aceitaram rescindir os seus contratos de trabalho com as Pirites Alentejanas ■ MRTA liberta centenas de reféns, enquanto o Governo de Cuba se mostra disposto a conceder asilo ao comando revolucionário ■ Em Hebrón, soldados israelitas evacuam duas casas palestinianas que haviam sido ocupadas por colonos judeus.

26
Quinta-feira

Menéres Pimentel visita o guarda Severino na prisão de Caxias, criticando as manifestações da PSP contra as decisões dos tribunais ■ Dezenas de milhares de opositores a Milosevic voltam às ruas de Belgrado, desafiando a interdição das autoridades ■ É libertado mais um refém, em Lima ■ Deputados palestinianos dizem que o acordo sobre Hebron será assinado dia 30 ou 31.

27
Sexta-feira

O Conselho de Ministros aprova o novo valor do salário mínimo do regime geral... ■ ... e aprova as medidas de apoio ao arquipélago dos Açores devido aos estragos provocados pelo mau tempo ■ Boris Ieltsin recebe o primeiro-ministro chinês, Li Peng ■ Ministério da Saúde e Associação Nacional das Farmácias assinam acordo sobre participação de medicamentos ■ Manifestação em Seul, frente ao Parlamento, exige revogação de nova lei laboral ■ Vaga de frio mata 18 pessoas em vários países da Europa ■ Centrais sindicais nacionais criticam aumento insuficiente do salário mínimo nacional ■ Imposto estado de emergência em Lima durante 60 dias.

28
Sábado

Acordo de paz na Guatemala, após 36 anos de conflito ■ Prosseguem manifestações da oposição em Belgrado ■ Mau tempo na Europa já causou 32 mortos ■ Governador civil denuncia aproveitamento político de manifestações de hostilidade para com comunidade cigana, em Vila Verde ■ Governo uruguaio opõe-se a entrada de navio britânico com detritos nucleares.

29
Domingo

Partidos políticos alemães questionam calendário da união monetária ■ Massacre de civis na Argélia, tendo sido assassinadas 28 pessoas ■ Tupac Amaru liberta 20 reféns e estabelece contacto directo com negociador governamental ■ Greve geral em Israel paralisa todo o país ■ Entra em vigor tratado contra desertificação ■ Frio faz 72 mortos na Europa.

EDITORIAL

Enfrentar 97

O começo de um novo ano é sempre um momento de esperanças renovadas em melhores dias mesmo quando, como acontece entre nós, são muitos os motivos para rezear que o Ano Novo, que ontem se iniciou, não será fácil, nem tranquilo, nem próspero para os portugueses.

Os propósitos reiterados pelos governantes de continuarem a mesma política que o Governo PS seguiu no último ano, semelhante nas linhas essenciais à que os governos do PSD seguiram nos anos anteriores, é o mais saliente daqueles motivos, pois, a ser assim, não se pode esperar nem efectiva retoma económica, nem menos desemprego, nem acréscimo do poder de compra da população laboriosa, nem mais justa repartição do rendimento nacional, nem aligeiramento da carga fiscal que pesa sobre os trabalhadores por conta alheia.

Por isso, neste início do novo ano, a esperança confunde-se com a disposição de enfrentar, numa atitude combativa, os piores propósitos do Governo para 97, resistindo à ofensiva, não abandonando as reivindicações principais e prosseguindo a luta por uma nova política - uma política de esquerda, como defende o PCP.

O Primeiro-Ministro António Guterres voltou a colocar, na sua mensagem de Natal, a adesão à moeda única como «um grande objectivo nacional» a que todos os outros devem ser subordinados, muito embora para fugir à crítica do PCP e de outros sectores oposicionistas tenha declarado que o que conta para o Governo «são as pessoas, não as moedas». Mas lá insistiu na obsessão de que «os trabalhadores têm que moderar as reivindicações salariais», desta vez disfarçando-o, numa atitude de aparente equilíbrio, com o apelo às empresas para não procurarem «o lucro fácil e imediato».

As «bonitas» palavras natalícias do primeiro-ministro têm, contudo, a sua melhor tradução na prática governativa do último período do ano que findou e onde avultam: os magros aumentos das reformas e pensões, do salário mínimo nacional e dos vencimentos da administração pública, ao mesmo tempo que se verificou o aumento muito mais substancial dos medicamentos e se preparam novos aumentos dos combustíveis, dos transportes, da electricidade, da água, dos telefones.

A mais chocante tradução daquelas palavras de Guterres é, no entanto, a burla da semana das 40 horas em que o Governo se envolveu com o grande patronato e a UGT, primeiro legislando a troco dela, em conformidade com a vontade das confederações patronais, a flexibilidade e a polivalência, depois, quando a respectiva lei entrou em vigor, apadrinhando uma interpretação que excluía as pausas do tempo normal de trabalho, o que levaria a que não houvesse nenhuma redução no período semanal de trabalho e a que até pudesse haver aumento.

É caso para perguntar: na burla das 40 horas onde é que está a tal «nova ética de responsabilidade» de que falou Guterres? É com atitudes tão injustas e ferozmente favoráveis ao grande capital que o governo dá o exemplo da tal «nova ética» ou da velha «consciência social», de que também se tem gabado?

Felizmente que tem aumentado muito o número daqueles que se interrogam sobre esta «consciência social» e dos que a

contestam abertamente, incluindo entre eleitores e meios afectos ao PS e à «nova maioria».

Uma das perspectivas mais positivas com que entramos no novo ano é a do desenvolvimento da luta e do protesto contra a política social de direita que está a ser realizada pelo Governo, não só por parte dos trabalhadores, mas da efectiva possibilidade do seu alargamento a novos sectores.

Para o Governo 1997 é o ano da moeda única.

Importa dizer que este é também um ano decisivo para a luta contra a corrida para a moeda única e pela realização de um referendo que permita que o povo português se pronuncie sobre uma matéria que atinge profundamente o seu futuro e que mutila gravemente a soberania do país.

Também nesta frente capital cresce o número daqueles que se vêm juntar à firme oposição à política da direita de adesão à União Económica e Monetária, desenvolvida desde a primeira hora pelo PCP.

Esta positiva evolução da opinião de importantes figuras e sectores da vida nacional deve-se em grande medida à verificação na prática dos estragos provocados na economia nacional pela aplicação dos critérios de Maastricht; à certeza de que os sacrifícios que estão a ser impostos ao nosso povo não cessam com a adesão, antes se agravam depois dela; à recente aprovação do chamado «pacto de estabilidade» que atenta abertamente contra o proclamado objectivo da coesão social; aos mecanismos de controlo do poder económico sobre o poder político que podem representar uma grave regressão democrática em todos os países da União.

Tais são alguns aspectos essenciais de uma batalha de esclarecimento que vai ganhar seguramente maciças adesões à luta contra a corrida para a moeda única.

Neste início do novo ano, a esperança confunde-se com a disposição de enfrentar, numa atitude combativa, os piores propósitos do Governo para 97, resistindo à ofensiva, não abandonando as reivindicações principais e prosseguindo a luta por uma nova política - uma política de esquerda, como defende o PCP.

Não é apenas no domínio da sua hipócrita política social e no da desastrosa política de integração que o Governo do PS está a experimentar sérias dificuldades nesta passagem de ano, dificuldades que tudo indica se vão complicar ainda mais ao longo dos próximos meses.

São particularmente evidentes os problemas e as perturbações nas áreas da administração interna, do ensino, da agricultura, da cultura, do emprego, da economia. Dir-se-ia que em qualquer delas não seria surpresa a demissão do respectivo ministro e até que não surpreenderia que fossem demitidos todos os ministros das áreas em causa.

Especialmente grave é a situação na administração interna onde o Governo não foi capaz de aplicar uma política que combine um eficaz combate à criminalidade com o respeito pelas regras básicas do Estado de direito democrático e os direitos dos cidadãos.

A incompetente política do Governo engendrou uma situação tal que desacredita ao mesmo tempo as forças policiais, a justiça e os tribunais e a própria autoridade das instituições democráticas, como foi posto em grande evidência pelos factos que antecederam e se sucederam à prisão do guarda Severino, do comando da distrital de Évora.

No início do Ano Novo é importante que se sublinhe que para termos um país desenvolvido e respeitado não precisamos tanto de «uma nova ética», como diz o Primeiro-Ministro, mas de uma nova política que assegure melhores condições de vida ao nosso povo, como diz o PCP, que é a condição básica da potenciação dos recursos nacionais e da mobilização dos portugueses à conquista do futuro.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	
* IVA e portes incluídos	
Nome _____	
Morada _____ Telef. _____	
Código Postal _____	
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.	

A verdade das águas

Diz o provérbio que a verdade vem sempre ao de cima como o azeite. Foi o que aconteceu com a subida das águas do rio Tejo, por ocasião do Natal, que trouxe à tona, com grande evidência, o absoluto incumprimento por parte do Governo das prometidas medidas de protecção das populações ribeirinhas contra os riscos das cheias.

Quem não se lembra das imagens de há um ano atrás com o Primeiro-Ministro a visitar de helicóptero, como um almirante de fuzileiros, as populações isoladas pelas águas e a garantir solenemente: «isto não pode continuar!»

Pois bastaram as primeiras grandes chuvas para se verificar que, um ano depois, tudo continua na mesma: estradas submersas, campos e povoações alagados, populações isoladas, com destaque para a martirizada de Reguengo do Alviela, de novo reconduzido à situação de ilha, que foi a sua durante boa parte do Inverno do ano passado.

Como não havia de continuar tudo na mesma, se o Governo durante um ano não mexeu uma palha, nem em matéria de soluções de fundo, nem sequer de medidas de emergência?!

Por isso, desta vez foram enviados para o terreno apenas dois secretários de Estado, Armando Vara, da Administração Interna, e Ricardo Magalhães, dos Recursos Naturais. Apresentavam-se ambos com ar comprometido e ambos desajeitados nos frouxos argumentos com que quiseram desculpar o Governo. Prudentemente nem se aproximaram de Reguengo do Alviela, mas um deles garantia, em relação a esta povoação, como se fosse obra do Governo: «a água já está a descer, em breve está tudo regularizado»... O pior é se a água volta a subir.

O mais ridículo de tudo foi a tentativa de querer dar a ideia ao país de que havia obras em curso, com aquela mobilização, à última hora, de meia dúzia de presos de Alcoentre («voluntários», como foram apresentados) para fingir que se procedia à limpeza das valas.

Métodos...

A regularização dos Vales do Tejo e Sorraia, que os governos do PSD abandonaram, é uma obra inadiável da maior importância para a agricultura e toda a economia da região e nacional, mas também para o bem estar e a própria segurança das populações ribeirinhas.

O PCP tem-se batido por ela desde há anos e persistentemente, como ainda há pouco foi salientado no XV Congresso na intervenção feita em nome da Direcção Regional de Santarém.

O PS assumiu, pelo seu lado, os mais indisfarçáveis compromissos, durante a última campanha eleitoral, de avançar com a regularização caso fosse governo. O seu cabeça de lista por Santarém, Jorge Lação, subscreveu pessoalmente esses compromissos na Assembleia distrital e em carta aos outros partidos concorrentes.

Há-de reconhecer-se que as populações ribeirinhas têm todas as razões para se sentirem defraudadas ao verificarem que tão solenes promessas eleitorais, reiteradas depois pelo Primeiro-Ministro sobre as águas das grandes cheias do ano passado, se traduziram em nada, um ano decorrido.

Diz o povo que a água lava tudo. Estas do Tejo, do passado Natal, capricharam em pôr em evidência não só a falta aos compromissos por parte do Governo PS, mas também a hipocrisia com que quis disfarçá-la.

■ Carlos Brito

Mensagens para um Ano Novo melhor

Rompendo as festivas imagens natalícias, as imagens entraram nas casas: bandeiras negras desfilando nas ruas; um pinheiro envolto em faixas negras frente ao Mosteiro de Alcobaça. Eram as trabalhadoras da Companhia de Fiação e Tecidos de Alcobaça, sem salários desde Setembro.

Outros breves rasgões na cortina de silêncio que habitualmente esconde ao público a situação social, trouxeram neste final de ano uma amostragem da maré de inquietação, insegurança, revolta e protesto que, como fogo que arde sem se ver, vai lavrando no País.

Foi a manifestação dos trabalhadores da Construção, da Metalurgia, da Função Pública, do Comércio e Escritórios, da Electricidade, da Indústria Automóvel, dos Transportes - desfilando pelas ruas de Lisboa até à Assembleia da República, um protesto contra a política social e laboral do Governo. Foi a greve dos trabalhadores da Têxtil e Cordoaria do Porto, Braga e Aveiro, pelas 40 horas sem trabalho ao sábado. Foi a concentração dos Trabalhadores das Construções Técnicas, Proconstrói, M. Nunes Tiago e Empec junto à sede da Interfina para pagamento dos salários em atraso (desde Agosto!). Foi a manifestação dos agricultores do Norte, com distribuição de leite e batatas nas ruas do Porto, chamando a atenção para falta de saída dos produtos nacionais face às importações indiscriminadas. Foram as lutas da Sedas de Vizela, da União dos Sindicatos do Porto, da Cabos d'Ávila...

Guterres, na sua mensagem de Natal, invocando o nome de Cristo, fez questão de afirmar a sua "consciência social" para apelar à

"modernização das reivindicações dos trabalhadores". Ao mesmo tempo que fazia este apelo aos trabalhadores, o 1º Ministro declarou solenemente "a adesão à moeda única" como o grande objectivo do seu governo para 1997.

Mas com que direito podem invocar a "consciência social" e a "moderação dos trabalhadores" governantes que praticam diariamente a guerra social e que submetem os interesses nacionais à ditadura dos interesses financeiros internacionais?

Como se tem visto, a consciência social de A. Guterres, em termos de actuação política, traduz-se em ataques aos direitos sociais, no prosseguimento da destruição do aparelho produtivo nacional, na transferência dos sectores estratégicos da economia, nacionalizados pelo 25 de Abril (isto é: postos ao serviço da nação) para uma pequena casta de privilegiados. (A propósito: onde estão os 94 milhões de contos arrecadados pelo governo de Cavaco Silva em 1994 com as privatizações e desaparecidos das Contas Públicas? - Expresso, 21/12).

Virando costas ao descontentamento e protesto social, o governo pode continuar a pregar resignação.

Mas a luta continua.

Para os primeiros dias de 97 já estão marcadas mais lutas: dos pescadores de Matosinhos, de novo dos trabalhadores da Sedas de Vizela, dos taxistas, dos trabalhadores da Saúde e da Administração Local.

São as melhores mensagens para um Ano Novo melhor.

■ Aurélio Santos

Lutas severinas

A prisão do guarda Severino, presumível autor do disparo que vitimou um assaltante de um estabelecimento comercial em Évora, e o movimento de solidariedade com o seu camarada que levou boa parte dos polícias portugueses a entregar as armas na noite de 24 para 25 de Dezembro, veio colocar na ordem do dia uma série de problemas que há muito vêm sendo protelados e a que o poder político parece incapaz de dar resposta.

A decisão da juíza do Tribunal de Instrução Criminal de Évora, que mandou prender o guarda Severino e decidiu a libertação de dois dos presumíveis cúmplices do morto, é no mínimo polémica. Não porque os polícias estejam acima da lei ou porque não haja fundamentos legais para a decisão, mas porque a concomitância da prisão do polícia e da libertação dos ladrões teria, inevitavelmente, de provo-

car reacções tanto na sociedade civil como na própria corporação.

O que está em causa não é, naturalmente, qualquer pretenso direito dos agentes da autoridade a um tratamento especial. O que está em causa é por que motivo um agente da autoridade, que alegadamente terá utilizado meios desproporcionados no decorrer de uma acção policial, não pode aguardar em liberdade o decorrer de um processo em que evidentemente terá de prestar contas pela perda de uma vida humana. Mais, que seja encarcerado lado a lado com os delinquentes que a Polícia - que ele próprio representa - prendeu, ou seja, sendo exposto às mais do que previsíveis retaliações, como se veio a verificar.

O que está em causa é que tanto o ministro da Justiça como o ministro da Administração

Interna, que até à data se mostraram incapazes de estabelecer uma forma de diálogo com as chefias policiais capaz de dar resposta aos problemas da corporação e resolver os sucessivos casos de abusos de autoridade por parte de polícias - a anunciada e sempre adiada passagem do comando militar para o comando civil é bem um exemplo disso -, se tenham limitado a dizer generalidades sobre a independência dos tribunais - que não está em causa -, e a tentar minimizar a importância da agressão de que foi alvo o guarda Severino, como se de coisa natural se tratasse a violência nas prisões.

O que está em causa é o aproveitamento para fins menos confessáveis do direito à indignação dos polícias, inclusive por aqueles que não reconhecem as legítimas reivindicações de quem tem uma profissão de alto risco.

O que está em causa é a transformação de um caso particular num pretenso caso exemplar, sem a eventual ponderação do risco de criar um bode expiatório que remeta para o esquecimento outros casos, bem mais graves, ainda por resolver, e permitam perpetuar uma mentalidade nas forças policiais estranhas a um regime democrático.

Exorcizar o descrédito provocado pelos acontecimentos do posto de Sacavém com um qualquer guarda Severino é não só pouco sério como particularmente perigoso. E se as acções corporativas são sempre de lamentar, porque inibidoras da acção da justiça que se desejaria expedita e sobretudo justa, não são menos de lamentar as tibezas políticas de um Governo que mal vai gerindo os problemas do país.

■ Anabela Fino

PERU FMI & C^a

No Público de 20/12, Fernando Sousa comenta acertadamente, a propósito da ocupação da Embaixada do Japão, em Lima: "Não são as guerrilhas que regressam, é o neoliberalismo latino-americano, tecnocrático e empobrecedor das populações, que as está a atizar". Com efeito, o recrudescer dos movimentos guerrilheiros em vários países da América Latina, de que a operação dos Tupac Amaru é o mais recente e mediático episódio, é indelével da evolução económica da região, marcada pela imposição de sucessivos "planos de ajustamento estrutural" do FMI e suas devastadoras consequências sociais.

O último relatório do FMI (*World Economic Outlook*, Out. 96, pp.226-7), fornece friamente dados bem elucidativos quanto à dívida externa da América Latina: de 437 mil milhões de dólares em 1990, saltou para 629 mil milhões em 1995. Mas os pagamentos somados do serviço da dívida nesses 6 anos ascenderam a 460 mil milhões de dólares! Sugados até à medula, os povos latino-americanos mergulham na miséria mais negra. E recorrem a todos os meios para sobreviver.

No Peru, a dívida externa era de 14,5 mil milhões de dólares quando Alberto Fujimori subiu ao poder, em 1990. Hoje, monta a 32 mil milhões. Entretanto, os sucessivos "planos de ajustamento", ditados pelo FMI e ferreamente aplicados por Fujimori, destruíram a economia e a sociedade peruanas. Liquidando a reforma agrária dos anos 70 e realizando a privatização mais radical de toda a América Latina, Fujimori destruiu o aparelho produtivo e lançou mais de metade da população na miséria absoluta, segundo os critérios do Banco Mundial. Logo no primeiro ano do seu governo, Fujimori reduziu drasticamente as áreas de cultura de milho, arroz, cacau, que beneficiavam de créditos do Banco Agrário, passando de mais de 100 000 hectares a menos de 6730. A destruição da reforma agrária fez explodir a produção da folha de coca: o Peru produz por si só mais de 60% do total mundial. Com a crise dos cartéis colombianos, a cocaína está a ser processada no próprio Peru, fazendo florescer o narcotráfico. Os bancos branqueiam sem pudor o manancial dos narcodólares e o próprio Banco Central os utiliza para pagar o serviço da dívida. Quando do chamado *Fujigolpe*, ou *autogolpe*, de Abril de 1992, o ministro da Economia traçou o programa: "tudo será privatizado, absolutamente tudo". E foi. A "economia informal" tomou conta do país. Só que os empresários não investiram no Perú, e o próprio Fujimori se "lamenta" que a fuga de capitais, só para os bancos de Miami, anda pelos 20 mil milhões de dólares (entrevista a *Der Spiegel*, no DN de 2/11/96). Sob o *emperador* Fujimori, uma aliança dos grandes bancos, dos traficantes e dos militares *desgobierna* o Peru, com a cumplicidade do FMI, do BM, dos EUA, etc.

Estes são apenas alguns traços do verdadeiro pano de fundo em que, desde o dia 17, se desenvolve a "telenovela" do sequestro de umas centenas de políticos, diplomatas e grandes empresários na Embaixada do Japão, em Lima, ocupada por um comando do MRTA - Movimento Revolucionário Tupac Amaru. O MRTA nada tem a ver com a sanguinária e fanática seita do *Sendero Luminoso*, com a qual sempre esteve em discordância ideológica e mesmo em conflito. O MRTA, ao que se anuncia, reclama, além da libertação de 400 dos seus militantes presos nas terríveis cadeias peruanas, uma drástica alteração da orientação económica e política do país.

Pelos meios de comunicação social, vão-se sabendo quase hora a hora as peripécias do que se passa na Embaixada. Mas pouco ou nada se tem dito do que se tem passado, há longos anos, nesse enorme Peru, o mais vasto dos países andinos. Peru que foi o centro de irradiação da grande civilização inca, destruída e saqueada desde o século XVI pela colonização espanhola. E hoje saqueado e destruído por um bando de banqueiros, narcotraficantes e militares, agindo em estreita colaboração com as instituições financeiras da "nova ordem" imperialista. A curto prazo, o desfecho é imprevisível. Mas tudo indica que, a mais ou menos médio prazo, são os povos que se levantarão para pôr fim à sua desenfreada exploração.

■ Carlos Aboim Inglez

SEMANA



Temporal fustiga Açores

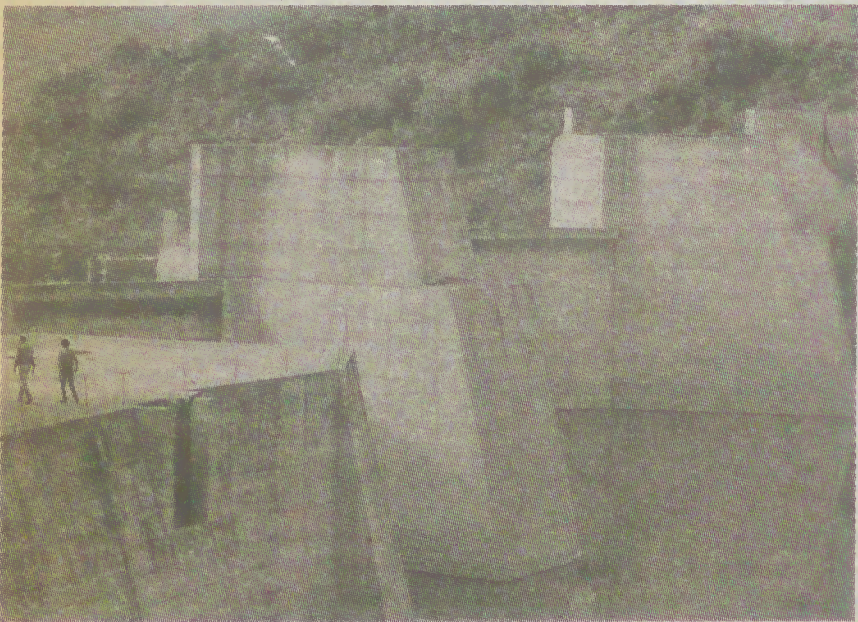
O mau tempo voltou a fustigar os Açores. Ventos ciclónicos e níveis de precipitação elevados causaram um cenário de destruição e dor, com centenas de inundações, casas destruídas, famílias desalojadas, estradas bloqueadas, povoações isoladas. A inclemência do tempo obrigou ao

encerramento de aeroportos e barras, chegando o mar, com vagas superiores a dez metros, a galgar terras e habitações. Contentores, arrastados, ficaram à deriva. Embarcações partiram as amarras. Outras, ainda, tiveram de se fazer ao mar alto.

Particularmente afectadas foram as

ilhas de S. Miguel, Flores e Corvo. Não há vítimas mortais a lamentar, mas o número de feridos ultrapassou as duas dezenas. Já os prejuízos, de acordo com as primeiras estimativas, são volumosos (mais de três milhões de contos), acentuando as dificuldades de quantos ainda há menos de

quinze dias foram atingidos por idêntica intempérie com prejuízos que rondaram os quatro milhões de contos. Após muitas insistências e críticas, o Governo lá rompeu o silêncio, e anunciou em Conselho de Ministros medidas de apoio tendentes a minorar os estragos provocados pelo temporal.



Alqueva, finalmente!

A Barragem do Alqueva conheceu um novo e decisivo impulso com a assinatura do contrato de adjudicação da empreitada principal. Orçadas em 16 milhões de contos, estas obras que abrangem também a central hidroeléctrica têm o seu início previsto já para este mês de Janeiro, sendo convicção dos técnicos que o início do enchimento da albufeira de Alqueva, se tudo correr bem, venha a ocorrer no Inverno do ano 2000.

Encarado como uma grande vitória do

povo alentejano, este avanço no processo de construção do Alqueva foi saudado pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, que, em comunicado, depois de expressar a sua congratulação pela adjudicação, faz notar que os factos confirmam que, "mesmo quando tudo parece perdido, é preciso não desanimar e que vale a pena lutar", concluindo pela necessidade de prosseguir agora "a luta pelo financiamento ao empreendimento pela União Europeia".

Tragédia nas estradas

Imprudência, muita imprudência dos automobilistas, associada desta feita às más condições atmosféricas, voltou a estar na origem de um trágico balanço natalício nas estradas portuguesas. No período em que decorreu a «Operação Natal», o número de acidentes de viação elevou-se a 2140 (mais 19% do que no ano passado), ceifando a vida a 49 pessoas e originando 133 feridos graves. Números assustadores que testemunham uma realidade

que nada nos honra: Portugal continua a chefiar o pelotão dos países europeus em matéria de sinistralidade, com uma taxa que à escala mundial só é superada pela Coreia do Sul.

Em questões de civismo e de educação rodoviária - e esta é uma conclusão inevitável -, um longo caminho há, pois, a percorrer pela generalidade dos condutores nacionais. Pelo que fica a pergunta: é assim tão difícil apostar desde já nas escolas...?



Polícias descontentes

Grande parte dos polícias de serviço nas vésperas de Natal entregaram as suas pistolas aos superiores hierárquicos, assegurando os respectivos turnos desarmados, sem que isso, garantiram, tivesse comprometido a segurança das populações. Este movimento, que teve a adesão massiva dos profissionais da PSP por todo o País, em resposta ao apelo da Associação Sócio-Profissional da PSP (ASSP), surgiu na sequência da prisão preventiva do guarda Severino, presumível autor da morte de Carlos Araújo, presumível assaltante de um estabelecimento comercial em Évora.

O que terá feito transbordar a gota de água, na perspectiva policial, foi o que consideraram ser a decisão precipitada da juíza do Tribunal de Évora, ao mandar prender o guarda, deixando em liberdade a aguardar julgamento os alegados assaltantes. A reacção dos polícias dividiu opiniões, entre os que a classificam de ilegítima pressão sobre o poder judicial e os que, solidários, viram no gesto mais um sinal de descontentamento de homens e mulheres que há muito lutam pela criação do seu sindicato, por um melhor funcionamento da instituição e por melhores condições sociais.



Pirites alentejanas

Os trabalhadores e a população de Aljustrel reagiram com prudência à anunciada intenção do ministro Augusto Mateus de instalar no concelho uma unidade industrial do ramo metalomecânico. Este objectivo, de acordo com as informações vindas a público, insere-se num esforço de diversificação das actividades existentes

com vista a encontrar alternativas de emprego numa área fortemente dependente da actividade mineira. Não podendo deixar de concordar com a ideia de diversificar as actividades da região, para os trabalhadores, no entanto, esta ideia não pode servir de pretexto ou dar cobertura a qualquer plano que vise o encerramento das

minas. Os trabalhadores que não aceitaram a rescisão do seu contrato de trabalho (como aliás os restantes e de um modo geral toda a população), continuam a lutar pela reabertura da mina - que acreditam ser economicamente viável -, do mesmo modo que se batem pela actualização salarial, congelada há quatro anos.



FRASES

“É paz podre, não é coexistência pacífica.”

Deputado do PS, a propósito do conflito entre o grupo parlamentar socialista e o Governo, Expresso,

21-12-96

“(Manuel Monteiro é) refém da CIP, que precisa dele para negociar com o Governo, como no caso do Orçamento.”

Narana Coissoró, Expresso,

21-12-96

“Monteiro perdeu o respeito pela palavra dada e todos os escrúpulos políticos.”

Idem

“Fiquei com a convicção de que ele me queria ver pelas costas.”

António Macedo, ex-animador da Central FM, falando do seu conflito com o dono da estação, Armando Martins, Expresso, dia

21-12-96

“Sempre que os governos franceses têm problemas internos aumenta de tom a voz anti-americana. O bater de pé chauvinista é uma grande forma de distrair as massas.”

Responsável da Administração Clinton a propósito da eleição do novo secretário-geral da ONU. Expresso, 21-12-96

“Agora não há nenhuma razão de não lavarmos a roupa suja em público.”

Outro responsável norte-americano anónimo, falando das relações entre os diversos países após o fim da guerra-fria, Expresso, 21-12-96

“A nossa relação com eles não era má.”

João Melo Sampaio, representante da UE em Lima, referindo-se aos revolucionários do Movimento Tupac Amaru, Público, 23-12-96

“Parece-me errado esperar demasiado deste tipo de conferências, e estabelecer objectivos que depois não se alcançam.”

Elisa Ferreira, Ministra do Ambiente, sobre a Conferência Internacional sobre Ambiente a decorrer em 1997, Visão, 26-12-96

“(O que conta para o Governo) são as pessoas, não são as moedas.”

António Guterres, citado pelo Diário de Notícias, 26-12-96

TRABALHADORES

CGTP denuncia: corporativização do regime assombra perspectivas para 1997

A ofensiva contra os trabalhadores vai ter uma resposta à altura

Para os trabalhadores portugueses e a CGTP-IN, o novo ano herda de 1996 os problemas a que o Governo não deu as esperadas respostas, agravados pelas fraudes e vigarices urdidas com os patrões e que já nem respeitam os limites do regime democrático, do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social. Insurgindo-se contra a utilização que está a ser feita da «comissão de acompanhamento do acordo», a CGTP reafirma a sua disposição de impedir que os trabalhadores sejam marginalizados e o regime passe a ter carácter corporativo.

«A 9 de Dezembro suspendemos a nossa participação nas reuniões da CPCS, por uma razão muito forte e que hoje está demonstrado perante o País que é uma razão profundamente justa, que interessa a algumas centenas de milhares de trabalhadores no imediato e a todos a prazo: a redução do horário de trabalho. Há violações, há imposições e interpretações inaceitáveis por parte do patronato que estão hoje claras e eram razões mais que suficientes para que a CGTP suspendesse a sua participação nas reuniões da CPCS.» Manuel Carvalho da Silva, na última conferência de imprensa dada em 1996 pela Comissão Executiva da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, recordou assim a «fraude» que significa a abolição das pausas e intervalos para evitar reduzir os horários de trabalho. E constatou que «o Governo e os patrões, em vez de procurarem resolver o problema, agiram fazendo de conta que se não estava a passar nada».

António Guterres foi mesmo acusado pelo coordenador da CGTP de, premeditadamente, ter demonstrado a pretensão de afastar a central do processo da concertação estratégica, ao recusar-se a receber uma delegação da Inter antes do desfecho final: a assinatura do acordo por patrões, Governo e UGT.

Um órgão ou um grupo de amigos?

Nestas condições, sublinhou Carvalho da Silva, o acordo não tem «um compromisso sério com os trabalhadores». Contudo, «não abandonámos nem abandonaremos a Comissão Permanente de Concertação Social ou o Conselho Económico e Social», sublinhou o sindicalista, frisando que a central «não



abdica de participar, mas bater-nos-emos para que o CES e em particular a CPCS não se transforme numa câmara corporativa, como ameaça transformar-se por vontade dos patrões e com o apoio do Governo».

O problema está, alerta a CGTP, na pretensão de «transformar o grupo de subscritores do acordo — figura que não existe em nenhum órgão do Estado — numa instituição», o

CGTP declarou que «não há nenhum fundamento para a existência das chamadas comissões de acompanhamento: o CES é um órgão institucional, dependente da AR, e a CPCS é um espaço institucional, onde todos têm direito a pronunciar-se a favor ou contra, de direito pleno, e não é aceitável transformar estes órgãos em grupos de amigos».

Carvalho da Silva — acompanhado perante os jornalistas por Manuel Lopes, Maria Augusta Sousa, Carlos Trindade e Joaquim Dionísio — considerou que, «do ponto de vista político, pode dizer-se que a montanha pariu um rato», pois desde 1991, incluindo este ano, «não há

«assenta numa estratégia global para o futuro deste país que continua a privilegiar o modelo da mão-de-obra barata: todo o acordo está trespassado por apoios e benefícios às empresas, leia-se aos empresários, como tem sido prática e tem levado à indevida e chocante acumulação de riqueza por parte de alguns empresários».

A tentativa de institucionalizar a comissão de acompanhamento é a novidade qualitativa que a CGTP encontra no documento subscrito pela CIP, CAP, CCP, UGT e Governo. «Em 1991 surgiu pela primeira vez essa história da comissão de acompanhamento. Mas o Governo teve o cuidado de ir gerindo a vida da comissão no andamento normal da aplicação das políticas e dos processos, nunca lhe deu um cariz institucional. Agora, tenta-se fazer essa alteração e vai-se longe, porque se lhe atribui até poder na elaboração de legislação laboral, o que é claramente inconstitucional. Há a marca da corporativização objectiva do regime» — disse Carvalho da Silva.

Tal como sucedeu com a tentativa de subverter a lei que impõe a redução dos horários, as intenções expressas no acordo de concertação estratégica «são graves e provocarão a revolta dos trabalhadores». Ao prever esta resposta, a CGTP alerta: «Num contexto em que se continua a beneficiar os empresários, sem lhes exigir responsabilidades, pode gerar-se um desgaste e uma conflitualidade muito grande. Há um desgaste do capital social deste Governo, que era muito grande. Há um grande desgaste da capacidade financeira e económica do País, não só pelos milhões que são dados aos empresários, mas pelas condições que são dadas para que eles continuem a fazer acumulações indevidas.»

Contrariando aqueles objectivos, a CGTP reafirma que vai continuar a agir com os trabalhadores, «em defesa do emprego, pela salvaguarda da Segurança Social, não permitindo a destruição da legislação laboral, intervindo junto das instituições, órgãos de soberania e partidos políticos, e claro, na luta».

Um caso

No dia 14, às 6 da manhã, uma trabalhadora ia para a Corfi. Era dia de greve em todo o sector têxtil. Veio ter com Carvalho da Silva e Manuel Lopes «muito entusiasmada, a dizer-nos isto aqui vai parar tudo, contem connosco, e depois disse assim: sabem, o meu pai tem 81 anos, trabalhou aqui 36 anos, ontem chamou-me e perguntou-me se este problema do horário de trabalho já estava resolvido; respondi-lhe que não e ele disse-me: “minha filha, eu não gosto muito desta coisa das greves, mas se tiveres que fazer greve por isso, faz greve, porque nós há mais de 30 anos que tínhamos negociado e resolvido com o senhor Violas essa questão das pausas e dos intervalos”».

Uma frase

Um jornalista pergunta pela UGT. Carvalho da Silva responde: «Não vale a pena referir essa organização, o seu papel deixou de ter significado como representação sindical. O papel dos dirigentes sindicais que assinaram este documento — que nós não confundimos com as bases da UGT — deixou de ter significado como representação sindical.»

que significaria «a consagração da corporativização das relações laborais». A «comissão de acompanhamento do acordo» passaria a funcionar como «uma antecâmara legislativa e uma câmara de controlo legislativo, que colocará ao País e à AR consensos supostamente obtidos para condicionar o debate das leis laborais».

Por isso, na conferência de imprensa de 23 de Dezembro a

nenhum acordo com tão pouco impacte político, em termos de sinais de influência sobre o andamento do aparelho produtivo ou sobre a sociedade».

Do ponto de vista quantitativo, «apenas traz a confirmação de uma opção», que é «pelo apoio ao capital em desfavor dos trabalhadores». Para a CGTP, o acordo «acaba por ser tripartido apenas por ser assinado pelas três confederações patronais e

Detalhes do acordo

A par da caracterização global do «acordo de concertação estratégica», a CGTP comentou alguns aspectos concretos do seu conteúdo.

Desemprego

O documento não inscreve um combate sério ao desemprego, antes pelo contrário, inclui um conjunto de mecanismos que facilitam o aumento do desemprego, ao facilitar os despedimentos.

Relativamente à criação de emprego, limita-se a promessas. É positivo que inscreva uma meta de criação de cem mil postos de trabalho, mas se lermos com atenção nada está garantido.

Má-fé da CIP

Há indícios claros de má-fé por parte da CIP. O próprio Ferraz da Costa disse publicamente que a assinatura do acordo era feita muito para criar condições para continuar a negociar com o Governo a reforma fiscal, deixando indicadores de que o compromisso da CIP com este acordo é só para ter mecanismos de pressão sobre o Governo.

Segurança Social

O acordo avança com limitações à reforma da Segurança Social que muita gente em breve vai começar a denunciar, nomeadamente o plafonamento das pensões (que tem a oposição dos trabalhadores e merece dúvidas a muitos especialistas).

Salários em perda

Os 3,5 por cento de aumentos de salários ficam muito aquém do somatório da inflação mais os ganhos da produtividade, ou seja, continuamos a ter perda real dos salários.

Inconstitucional

Sem revisão constitucional, o acordo pretende dar ao patronato o direito de intervir na elaboração da legislação laboral. A Constituição hoje só permite a intervenção dos trabalhadores na elaboração das leis laborais. No contexto de desequilíbrio altamente favorável ao poder económico e existindo pessoas sempre prontas para subscrever as posições do patronato, está-se perante a corporativização absoluta da elaboração da legislação laboral.

Escândalos graves

Estamos perante escândalos, alguns muito camuflados, mas muito graves, na mesma linha da má-fé e da vigarice que já se viu em relação ao horário de trabalho:

- a tentativa de alargamento, embora a título excepcional, do limite dos contratos a prazo de três para quatro anos;
- a revisão da lei da redução do horário de trabalho, da flexibilidade e da polivalência, para que a organização dos horários possa ser alterada unilateralmente pelas empresas (para tentarem impor aquilo que a AR colocou como imperatividade, alterando a proposta que estes senhores enviaram ao Parlamento e que não passou), para reduzir de oito para dois dias o período de envio dos mapas de horários de trabalho, para oferecer a dispensa desse envio se as alterações não excedem uma semana...

— o pagamento de indemnizações por despedimento com dinheiro do Fundo de Garantia Salarial da Segurança Social, mas sem se saber quem vai pagar;

— a tentativa de alterar o regime de férias, apresentado como um alargamento do período de férias, mas encobrindo mexidas nos pressupostos, para fazer depender da assiduidade o direito universal às férias;

— concessão de diversos benefícios às empresas, reduzindo as suas comparticipações para a Segurança Social.

TRABALHADORES

FERROVIÁRIOS DÃO TEMPO AO CG

A greve de 23 de Dezembro nas empresas do Grupo CP foi suspensa para dar tempo ao novo conselho de gerência (empossado naquela data) e ao ministro do Equipamento «para concretizarem de uma forma clara e inequívoca as afirmações que têm proferido sobre as reivindicações dos trabalhadores». Ao dar esta informação, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses frisa que, «ao contrário do que tem repetidas vezes declarado, o ministro João Cravinho ainda não assumiu, de uma forma clara e inequívoca, qualquer compromisso quanto à salvaguarda dos direitos dos postos de trabalho».

Salientando que a suspensão da greve «não significa a suspensão da luta em curso pelo desenvolvimento do caminho-de-ferro, contra o desmembramento da CP, pela defesa dos postos de trabalho e dos direitos adquiridos, pela resolução dos problemas laborais», a FSTFP/CGTP convocou para a próxima segunda-feira, dia 7, um plenário de dirigentes e delegados sindicais, «com o objectivo de reanalisar a situação e decidir as futuras acções a desenvolver».

PESCADORES COM O PÉ FIRME

A primeira greve de 1997 foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, na sequência de um plenário realizado dia 21 em Matosinhos, para a faina que se iniciou na noite de ontem. No pré-aviso de greve apontam-se os motivos que levam à paralisação: o não cumprimento pelos armadores da legislação sobre subsídio de Natal (DL 88/96) e do contrato colectivo de trabalho para o arrasto costeiro (nomeadamente no que toca ao descanso semanal), bem como os atrasos nas negociações colectivas e na aprovação do regime jurídico do trabalho a bordo das embarcações de pesca. A greve teve o apoio da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca.

METALMINER ROGA AO PAI NATAL

A falência da Metalminer, decretada pelo Tribunal de Oeiras a 19 de Dezembro, deixa sem emprego 60 pessoas, situação que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa considera «duplamente preocupante», uma vez que se trata de homens e mulheres na faixa etária superior aos 40 anos. Metade daqueles trabalhadores já se encontrava com os contratos suspensos ao abrigo da lei sobre salários em atraso. Aos restantes 30, a empresa devia mais de 56 mil contos de remunerações.

«Porque estamos na época das boas-vontades, os trabalhadores da Metalminer e o sindicato solicitam ao Pai Natal que ajude o engº Guterres a tirar o socialismo da gaveta e terminar com os despedimentos, falências e salários em atraso», afirma-se na nota de imprensa divulgada pelo sindicato.

METALÚRGICOS CONTRA SEGREDO

Depois de chegar a acordo com os sindicatos, a federação patronal da metalurgia e metalomecânica não procede à necessária assinatura para posterior publicação. Esta posição da Fename é classificada como incompreensível pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, que admite que o patronato pode não estar de boa-fé neste processo. «O patronato pretende, neste final de ano, um acordo salarial sem publicação, o que significaria levar os trabalhadores a comer gato por lebre, pois um acordo sem publicação seria um cheque sem cobertura passado aos trabalhadores, com salários por actualizar há mais de 6 meses», afirma o secretariado da FSMMP/CGTP, numa nota anunciando que a comissão negociadora sindical se ia deslocar, dia 23 de Dezembro, à Rimetal (empresa de Torres Vedras que ocupa a vice-presidência da Fename) para reclamar a assinatura e publicação do acordo de revisão do CCT.

COMÉRCIO FECHA E SEGUE

No comércio tradicional e noutros subsectores do comércio e serviços vive-se uma fase de agravamento dos problemas do emprego e dos salários, com inúmeros despedimentos e encerramentos de empresas. A federação sindical do sector (FEPACES/CGTP) aponta alguns dos casos mais graves, numa nota após a última reunião de 1996 da sua Comissão Executiva: EPAC, Ágora Supermercados, Braz e Braz, Supermercados Mateus, Rendas e Correia, Regindústria. A precariedade, o trabalho precário (mão-de-obra alugada) a recibo verde, trabalho clandestino «e outras formas ilegais, sem direitos nem respeito pelas leis e pelos contratos colectivos», afirma a federação, «continuam a proliferar especialmente nas grandes superfícies e, em particular, nas empresas Continente e Modelo, do Grupo Sonae».

Concentração nacional no Porto Têxteis, vestuário e calçado pelas 40 horas a sério

Trabalhadores e sindicatos reafirmaram a disposição de continuar a lutar contra a burla da eliminação das pausas e pela efectiva redução dos horários de trabalho. Na resolução aprovada dia 21 exige-se a demissão do secretário de Estado do Trabalho, «homem não isento e claramente ao serviço do grande patronato».

As várias centenas de manifestantes - que tinham consigo o apoio de muitos milhares de trabalhadores em greve, sobretudo nos distritos do Porto, Braga e Aveiro - saudaram a firme posição da CGTP na Concertação

Social e apelaram à central para que continue a tentar sensibilizar os diversos órgãos do poder e sustente a ofensiva em curso contra «os direitos mais elementares das trabalhadoras e trabalhadores» do sector.

Prevenir a fraude nos Móveis Olaio

Os trabalhadores da Fábrica de Móveis Olaio, apoiados pelo Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras de Lisboa, entraram em luta pelo pagamento dos salários em atraso e exigem que o Governo defenda os interesses do Estado, como principal credor, face a um eventual encerramento fraudulento.

Uma nota distribuída pelo sindicato refere que a luta foi desencadeada depois de, dia 13 de Dezembro, apenas terem sido pagos 30 contos por conta dos salários do mês de Agosto. O conselho de administração da Olaio, presidido por João Mota Marques, é acusado de assumir mais o papel de comissão liquidatária, do que propriamente uma gestão virada para o relançamento da empresa, desrespeitando o plano de viabilização aprovado há um ano em tribunal. «A passagem deste senhor pela Olaio representa já uma das

páginas mais negras da vida desta importante unidade fabril», afirma o sindicato, considerando «imperioso e urgente» a demissão da actual administração.

Os trabalhadores e os seus sindicatos representativos reafirmam a exigência de uma auditoria às contas da empresa e da convocação de uma reunião urgente da comissão de credores, «para avaliar a execução do plano de viabilização, analisar com rigor a gestão desenvolvida pela actual administração, destituição de todos os seus membros pela incapacidade demonstrada e nomeação de novos administradores que tenham como objectivos centrais, da sua acção diária e permanente, o relançamento e afirmação da Olaio».

Estes problemas estiveram na origem de uma greve de 15 dias, em Julho, culminando outras formas de luta.

Grunig despede sindicalizados

A empresa Grunig, contrariando promessas públicas do governador civil de Bragança e do Primeiro-Ministro, eliminou três quartos dos seus postos de trabalho, despediu praticamente todos os trabalhadores sindicalizados e caminha rapidamente para a extinção.

A denúncia foi feita pelo sindicato da Construção e Metalurgia de Trás-os-Montes e Alto Douro, numa nota de imprensa em que questiona o Governo e o seu representante no distrito sobre a actual situação, uma vez que «assumiram publicamente manter os postos de trabalho e nada fizeram para isso». O governador civil, falando a algumas rádios locais como portavoza do patrão da Grunig, chegou mesmo a dizer que os postos de trabalho iriam aumentar até

duas centenas; de facto, passaram de 160 para 40.

Do Ministério do Emprego (e do seu inspector-delegado no distrito), o sindicato espera uma intervenção junto do empresário, para que terminem as perseguições aos trabalhadores sindicalizados e as violações aos direitos do pessoal. Refirmando a sua posição «firme na defesa dos direitos dos trabalhadores», o sindicato informa que está a accionar «todos os mecanismos legais para combater esta injustiça e repor a legalidade» e sublinha que na actual quadra «os trabalhadores da Grunig mereciam maior respeito por parte das instituições responsáveis por esta situação», apontando a empresa, a autarquia, o delegado do Ministério do Emprego e o Governo.

Foi também dirigido um apelo à Comissão de Trabalho da AR e aos grupos parlamentares, para que intervenham junto do Governo procurando que este faça cumprir a redução do horário, de acordo com o parecer aprovado no plenário do parlamento.

A resolução aponta diversos argumentos que dão mais razão às posições da FESE-TE/CGTP e dos sindicatos, nomeadamente:

- a nível europeu, os trabalhadores das indústrias têxteis, de vestuário e do calçado lutam e negociam horários de 35 horas;

- nas anteriores reduções de horário (de 48 horas semanais para 45, depois para 44, que viriam a ser fixadas, por negociação colectiva, em 43 horas no calçado, 42,5 no vestuário e lanifícios, e 40 nos curtumes e lavandarias), sempre as pausas e intervalos rotativos foram considerados como tempo de trabalho;

- no sector, há mais de 20 anos (nalguns casos, mais de 30 anos) que os trabalhadores em regime de turnos têm meia hora de pausa rotativa e/ou duas pausas diárias de 10 minutos nos trabalhos monótonos e cadenciados - reconhecidas como trabalho efectivo pelo patronato mesmo antes do 25 de Abril, incluídas na con-

tratação colectiva há mais de duas décadas e consignadas legalmente em 1978;

- não sendo ainda a maioria, há um conjunto de empresas que, pelo diálogo e negociação com os trabalhadores, reduziram a semana de trabalho para as 40 horas, aplicam direitos e salários acima dos contratos e, ao mesmo tempo, são competitivas e têm garantias quanto ao futuro.

Na resolução é feita uma forte crítica aos responsáveis do Ministério do Emprego e ao grande patronato, para quem «a "empresa" passou a ser uma entidade mítica e sobrenatural, deixando de ser um meio para servir os homens e transformando-se num fim autónomo a que os homens devem servir obedientemente».

Reafirmando que «não é, nem nunca será com baixos salários e horários elevados que se garante a competitividade das empresas e o emprego», o documento defende que o futuro «garante-se com empresas bem geridas; com empresas que não desviem os seus resultados; com empresas que disponham de trabalhadores bem pagos, motivados e com formação adequada; com empresas que apostem na qualidade do ambiente de trabalho e dos seus produtos».

Quimitécnica encerra forno da cal

O encerramento do forno da cal da Quimitécnica, oficialmente anunciado para anteontem, «demonstra bem a política Melo para a indústria química, de que o Governo PS tanto fala e pretende beneficiar, no chamado caso da privatização da Quimigal, falando de um grupo químico forte em Portugal» - comenta o Sindicato dos Químicos do Sul e Ilhas.

A notícia do possível encerramento deste forno levava já a comissão sindical da empresa a interpelar a administração, há cerca de 3 meses, deixando dúvidas a tentativa de desmentido então feita pelos responsáveis da Quimitécnica. Agora, a confirmação foi recebida como «uma prenda de Natal envenenada», para as duas dezenas de pessoas cujos postos de trabalho (directos e indirectos) são liquidados, mas também para os restantes trabalhadores.

Num comunicado que distribuiu no Barreiro, o Sinquifa/CGTP refere que - como tem denunciado ao longo da chamada reestruturação - o desmantelamento da Quimigal tem implicado a destruição do aparelho produtivo e o aumento do desemprego, problema já de si grave no concelho e no distrito.

Recordando as lições do passado, o sindicato apela aos trabalhadores da Quimitécnica para que evitem que este encerramento se concretize, «pois ele vem pôr em causa, não só o forno da cal, como o futuro da empresa». É que, recorda-se no comunicado, «desde que a empresa foi formada e privatizada e caiu nas mãos de José Manuel de Melo, os encerramentos foram-se sucedendo, sem que se tivesse investido na área produtiva, tornando-se cada vez mais a Quimitécnica numa empresa de comercialização de produtos importados».

SANTA MARIA DA FEIRA Trabalhadores em luta

Com o argumento de não poder garantir o pagamento dos respectivos salários, a empresa Oóbébé (ex-Sá e Portela), de uma forma perfeitamente ilegal, suspendeu através de carta 40 dos seus trabalhadores.

A Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP denuncia com veemência «mais esta violação das leis laborais e do direito ao trabalho» - que, no entender dos comunistas, em consequência da destruição do aparelho produtivo levada a cabo pelo Governo PS tende a generalizar-se -, e solidariza-se com a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e postos de trabalho.

Por fim, saudando os trabalhadores da ex-Sá e Portela pela unidade e firmeza manifestadas, o PCP afirma serem estas um factor decisivo para «travar todo e qualquer processo fraudulento», «repôr a legalidade» e «impedir o despedimento colectivo».

ESPOSENDE Política arrogante

«Arrogante» é como a Comissão Concelhia do PCP classifica a política municipal do PSD na Câmara de Esposende. A prová-lo apresenta, entre outras «aberrações», o «famigerado "bunker"» que o Executivo da Câmara teima em construir no largo do Município, à revelia das opiniões discordantes e à custa do sacrifício de outras infra-estruturas de que a população do concelho tanto carece.

O PSD prossegue a triste gestão do CDS/PP, dizem os comunistas, e, por inexistência de um plano de desenvolvimento estratégico, as medidas surgem desgarradas, suportadas por um débil PDM, facilitador de uma política de desmandos.

Para além do desprezo total pelas freguesias do interior do concelho, não são tomadas medidas contra a «libertinagem poluidora do Cávado» e outros cursos de água, persiste a falta de protecção da faixa litoral do concelho e de uma verdadeira política de solos. E a satisfação que se verifica «dos apetites lucrativistas» tem tradução imediata no aparecimento de espaços completamente destruídos, concretamente na zona do Pinhal de Ofir.

Da análise que o PCP faz à situação política concelhia, conclui ainda que também a política do governo se manifesta desfavorável a Esposende, designadamente ao nível das condições de prestação dos cuidados de saúde, onde os problemas continuam.

ÉVORA Mais desemprego

Por seu turno, a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, reafirmando a sua solidariedade à justa luta e protestos dos trabalhadores da Administração Pública, condena a atitude do Governo e da UGT que no processo negocial reafirmaram a sua matriz de classe, decidindo contra os interesses dos trabalhadores.

O Governo e o PS estão prisioneiros das suas opções de marginalização do desenvolvimento da Região, consideram os comunistas, referindo concretamente o caso de encerramento da Melka e a ameaça de encerramento da Portucel, a pretexto da sua inviabilidade económica, «sem ter em conta a criação de novas unidades económicas alternativas que pudessem absorver estes futuros desempregados».

Por fim, e depois de se solidarizar não só com os trabalhadores alentejanos mas também com os pensionistas e idosos e jovens à procura do primeiro emprego, a DOREV convoca para Fevereiro de 1997, em Évora, a sua IV Assembleia de Organização.

OVAR Acessos estrangulados

Cada vez mais penosa e difícil a circulação e o acesso automóvel ao centro da cidade de Ovar, a situação está entretanto a tornar-se caótica pelo arrastamento das obras noutras vias rodoviárias adjacentes. Também as chuvadas vieram pôr a nu a debilidade e insuficiência das infra-estruturas de escoamento das águas pluviais, provocando constantes inundações em vários pontos da cidade - Arruela, Campos, Ribas, etc. A afirmação pertence à Comissão Concelhia de Ovar do PCP, que considera não se tratarem, «infelizmente, de casos pontuais imprevisíveis», sendo sim consequência de uma patente falta de planeamento e direcção, da responsabilidade, em última instância, da maioria PS no Executivo Municipal.

Referindo o panorama confrangedor do que se passa com a Ria de Aveiro, votada ao abandono, os comunistas chamam ainda a atenção para a gravidade do que se está a passar com o pavilhão Gimnodesportivo de Válega, equipamento de grande envergadura e investimento que por incúria continua sem funcionar. Por tudo isto, considera a Concelhia do PCP serem ridículas das entidades na Câmara e dos partidos nela representados de «com disputas e acusações verbais» tentarem «desviar as atenções dos munícipes das questões essenciais e da falta de respostas» aos anseios e necessidades das populações.

Situação autárquica em Niza

PCP solidário com presidente da Câmara

A Comissão Concelhia de Niza do PCP expressou a sua total solidariedade ao presidente daquele município do Alto Alentejo, José Manuel Basso, reiterando simultaneamente o seu empenho e confiança em continuar a lutar para que o projecto de desenvolvimento protagonizado pela CDU «não seja interrompido» e prossiga a obra de «valor inegável» até aqui realizada.

Esta tomada de posição pública dos comunistas de Niza em comunicado aos órgãos de comunicação social surge na sequência da postura de conflitualidade permanente provocada pelos vereadores do PS e PSD, a que se associou o vereador José Dinis Murta (que usurpou o mandato depois de ter perdido a confiança política da CDU), visando o presidente da Câmara, numa afronta pessoal destinada

a romper a sua «resistência física, a sua força anímica e o seu empenhamento no serviço público em prol do bem-estar e do desenvolvimento sociocultural e económico do concelho».

A concelhia do PCP acusa designadamente as restantes forças políticas de assumirem uma «postura destrutiva» e de, «ao invés da apresentação de propostas e do confronto de posições políticas», apostarem

cegamente no derrube do presidente, socorrendo-se para o efeito dos mais baixos processos, «dos insultos reles, às cartas a organismos da tutela, às denúncias e às solicitações de inquéritos».

«Tudo foi tentado, com os resultados que se conhecem: não conseguiram condenar o presidente da Câmara, as acusações demonstraram-se infundadas», sublinha a nota da Concelhia do PCP, para quem todo este processo obedece a um plano urdido nas costas das populações e dos agentes concelhios, alimentado pela ambição de José Dinis Murta de assumir a presidência do município.

A este respeito, lembradas são as declarações deste vereador a uma rádio no dia 16 de Dezembro, em que afirma «Ele

(presidente da Câmara) tinha de cair», bem como a disponibilidade por si então revelada para ocupar o cargo de presidente, inflectindo a orientação da política municipal resultante da vontade manifestada pelo eleito quando maioritariamente votou no programa e nos projectos apresentados pela CDU.

Depois de considerar que uma «nova orientação política só deveria resultar de novo acto eleitoral» - desafio feito por José Manuel Basso e pela CDU que não obteve aceitação dos referidos vereadores -, o PCP de Niza acusa ainda aqueles eleitos de com as sua obstrução à realização das reuniões de Câmara nos dias 11 e 18 de Dezembro estarem a causar sérios prejuízos aos munícipes e ao funcionamento dos serviços.

Em causa situação social e responsabilidades da administração

Comunistas do Banco de Portugal tomam posição

Os trabalhadores comunistas do Banco de Portugal alertaram para o agravamento da situação social na instituição, bem como para a degradação do seu papel e intervenção no sistema financeiro português. Em comunicado subscrito pelas suas células de Lisboa e Porto, o PCP reitera igualmente o seu compromisso de continuar a lutar em defesa dos direitos dos trabalhadores e de melhores condições de vida.

Na sua tomada de posição pública, intitulada «palavras necessárias», os comunistas do Banco de Portugal começam por lembrar que a «degradação das responsabilidades que cabem à administração e ao Governo» não estão dissociadas da continuação da política de direita, designadamente da «marcha forçada para a moeda única, com o agravamento do fosso entre os países e as regiões e entre a minoria dos detentores de enor-

mes riquezas e a generalidade da população».

O PCP entende, concretamente, que há competências e responsabilidades que o Banco de Portugal não pode alienar - como sejam colaborar na definição e execução da política monetária e cambial ou velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional - sendo por tal motivo de séria preocupação, neste âmbito, alertam, o facto de estar a diluir-se o exercício da supervisão bancária.

Infelizmente, a este respeito, os exemplos abundam, sendo lembrados, entre outros, a publicidade enganosa praticada no sector, a falência da Caixa Económica Faialense, a entrega de milhões de contos a Champalimaud, a atribuição de créditos a amigos e correligionários das administrações, a subversão da chamada concorrência, os atropelos e violações constantes da lei e do ACTV da banca, o fechar de olhos perante as frequentes notícias de branqueamento de capitais, a falta de informação sobre a cobrança de taxas e comissões de taxas e comissões de serviço arbitrárias e indiscriminadas.

Por outro lado, ao nível da gestão interna, designadamente em termos de gestão dos recursos humanos, a situação também não é melhor, verificando-se idêntico abdicar de responsabilidades.

Citada, neste plano, a título de exemplo, é a inexistência de critérios objectivos de admissões e de desenvolvimento da carreira profissional, com consequente clientelismo e nepotismo, bem como as contratações de trabalhadores a prazo e à tarefa, ou ainda a sonegação de informações às Estruturas Representativas dos Trabalhadores (ERT's) com vista ao exercício das suas funções legais.

É neste quadro que se desenvolve a acção firme e persistente dos trabalhadores e das suas ERT's, acção esta que tem na primeira linha os comunistas e os outros membros das Listas Unitárias, os quais, salienta o comunicado, «são independentes do patronato e das suas concepções mas não são independentes dos anseios e interesses dos trabalhadores».

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Miguel Peres

Faleceu no passado dia 6 de Dezembro, em Silves, com 84 anos de idade, o camarada Manuel Miguel Peres, membro do PCP desde os anos 40. Manuel Peres participou nas lutas dos corticeiros de Silves e da Cova da Piedade e esteve preso nas prisões fascistas. Depois do 25 de Abril foi membro da Comissão de Freguesia de Silves do PCP, eleito na Assembleia de Freguesia de Silves e dirigente da Associação Local dos Reformados.

Miguel Correia Silva

Faleceu recentemente, com 74 anos, o camarada Miguel Correia Silva. O camarada, que militou vários anos na célula da CP, estava ultimamente organizado na freguesia do Beato, em Lisboa.

Afonso Bento Campino

Com 67 anos, faleceu o camarada Afonso Bento Campino. Militante do Partido desde 1946, foi preso e perseguido pela PIDE. Participou em diversas lutas na Sociedade Nacional de Sabões, onde trabalhava. Desempenhou cargos directivos no movimento associativo e popular a que estava ligado na freguesia de Marvila, Lisboa, onde residia.

José Alberto dos Santos Vila Cova

Faleceu, com 56 anos, o camarada José Alberto dos Santos Vila

Cova (Espírito Santo). Membro do Partido desde 1974, foi durante vários anos activista da Festa do «Avante!» e estava organizado na Comissão de Freguesia do Samouco.

Francisco Gonçalves Bexiga Estêvão

Faleceu recentemente o camarada Francisco Gonçalves Bexiga Estêvão. Militante do Partido desde antes do 25 de Abril, o camarada pertencia à Comissão de Freguesia de Ervidel e era responsável pela Sede do Partido.

José de Jesus André

Com 67 anos, faleceu em Lisboa, em finais de Novembro, o camarada José de Jesus André. Membro do Partido desde 1985, estava organizado na freguesia do Alto do Pina, onde desenvolvia uma intensa actividade, nomeadamente nas campanhas eleitorais.

Vítor Manuel da Cunha Ferreira

Faleceu no passado dia 14 de Dezembro, com 83 anos, o camarada Vítor Manuel da Cunha Ferreira. Militava na organização concelhia de Torres Novas, onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Ourique contra encerramento do SAP

A Assembleia Municipal de Ourique aprovou, a semana passada, duas moções propostas pela bancada da CDU, uma sobre o Orçamento de Estado e outra de protesto pelo encerramento nocturno do SAP no Centro de Saúde.

O encerramento do serviço nocturno no SAP é considerado, na moção agora aprovada, como "uma medida que encerra graves consequências para as populações do nosso concelho e que contraria as promessas eleitorais do PS de solidariedade com as populações, de combate à desertificação e às desigualdades regionais, cumulativamente na área da saúde com o recente aumento dos medicamentos, põe em causa o direito dos cidadãos à saúde, sobretudo num concelho com elevada percentagem de idosos, os mais carenciados de assistência".

Na declaração de voto da CDU, no que se refere ao Orçamento e Plano de Actividades para o ano de 1997, justifica-se as razões da abstenção, ao considerar que o plano para Ourique "mais não é do que um enumerado de actividades e projectos sem coerência nem fio condutor, resultado da ausência de um projecto político consistente de resolução dos problemas e necessidades da população do concelho" e que virá a ser "pano de fundo para uma operação de propaganda da actual maioria".

Montijo PER e integração social

A Câmara Municipal do Montijo, através da Divisão de Habitação, está a desenvolver um programa que visa integrar as populações que estão a ser realojadas no quadro do Programa Especial de Realojamento - PER. Este programa visa: promover a integração socioeconómica da população e a integração das famílias na comunidade e na estrutura socioeconómica; valorizar a auto-estima dos indivíduos e famílias; promover a aproximação das populações às entidades que intervêm na zona, nomeadamente o contacto com a Câmara; promover a construção de um *habitat* integrador da população e a reestruturação da família no novo *habitat* e quotidiano.

As acções a desenvolver nesta perspectiva passam pelo estudo e caracterização da população e por iniciativas de apoio à criação de associações locais, actividades recreativas, de informação, desportivas e culturais, acções de educação e de formação em diferentes áreas.

Acordo sobre o pré-escolar

O Governo e seis câmaras municipais do distrito de Lisboa assinaram, a semana passada, um acordo que viabiliza a abertura de novas salas de ensino pré-escolar durante o ano de 1997.

Nos termos dos protocolos agora assinados, as câmaras municipais responsabilizam-se pela colocação de pessoal auxiliar, sem o que não seria possível abrir novas salas.

O acordo é válido por um ano, e o sentimento generalizado dos autarcas é de que o Ministério da Educação deve assumir maiores responsabilidades na expansão da rede pública do pré-escolar, designadamente reforçando verbas para pessoal docente e auxiliar e disponibilizando meios para infra-estruturas.

Falando em nome das câmaras que assinaram este acordo, o vereador da Educação na Câmara Municipal de Lisboa, António Abreu, frisou que "a solução de não afectar o pessoal auxiliar aos quadros do Ministério, pagando apenas formas de contratação precária destes profissionais pelos municípios, é uma solução deficiente, que teremos que encarar como necessariamente provisória e a vigorar apenas no ano lectivo corrente".

António Abreu reafirmou, no entanto, o empenhamento dos autarcas "em continuar a trabalhar para a expansão da rede pública do pré-escolar, o que implica um investimento sério da parte das câmaras municipais".

Tratamento de resíduos da Margem Sul

O executivo da Câmara Municipal do Barreiro aprovou uma moção relativa à criação do Sistema Multimunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Margem Sul do Tejo, em que analisa as propostas apresentadas pelas autarquias e a posição do Governo e sublinha, como diferença fundamental, a detenção do capital social e a identificação da sua maioria.

A proposta das câmaras era "terem um mínimo de 51% do capital social da empresa a constituir", enquanto o Governo apresentou uma proposta de um máximo de 49% de capital dos municípios.

À rigidez da posição governamental decidiram entretanto as câmaras contrapor "o seu espírito de luta pela defesa do ambiente e da melhoria das condições de vida das populações", avançando nas negociações para a sua entrada numa entidade empresarial que será concessionária do Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização dos RSU (resíduos sólidos urbanos), nos próximos vinte e cinco anos, numa situação de minoria de capital, tentando entretanto introduzir "um conjunto de cláusulas de salvaguarda dos direitos dos municípios e dos seus órgãos" representativos.

Açores

Uma situação de calamidade pública

O mau tempo que tem vindo a assolar os Açores provocou elevados estragos por todo o arquipélago, destruiu casas, isolou povoações. Uma situação que o PCP/Açores considera ser de calamidade pública, a exigir os meios necessários à reposição da normalidade.

Os ventos ciclónicos e a violência do mar deixaram a sua marca em muitas localidades. Há povoações isoladas. As vias rodoviárias estão bastante danificadas. Em Lagoa, 20 famílias ficaram sem casa. Na ilha Terceira, o navio de cabotagem "Fernão de Magalhães" partiu as amarras e a fúria do mar atirou-o para cima do molhe de protecção à marginal de Angra do Heroísmo. Em São Miguel (grupo oriental) registou-se a destruição das casas e quintais mais próximos do mar. Em Povoação, a madeira arrastada na tempestade da passada semana foi devolvida pelo mar, chegando a atingir o primeiro andar das casas de habitação. Em Ribeira Quente, foi destruído o

molhe do porto de pesca e a estrada marginal desapareceu. No porto de Ponta Delgada registaram-se elevados estragos, com alguns navios a cabotaram as amarras com a força das vagas de mar, que atingiram vários metros.

Cerca de 50 contentores foram atirados para a marina. Uma draga soltou-se, destruindo vários barcos. Só no porto de Ponta Delgada foram ao fundo dois navios.

Um quadro dramático em que os pescadores - que perderam instrumentos de trabalho e mesmo as suas casas - são particularmente afectados.

Face a esta situação, o Secretariado da Direcção da Organização Regional dos Açores

do PCP divulgou um comunicado - que aqui reproduzimos - em que defende a **declaração de situação de calamidade pública**.

"As sucessivas vagas de mau tempo que, desde o dia 9 de Novembro, se têm abatido sobre diversas ilhas da Região provocaram já prejuízos materiais de muitos milhões de contos e causaram problemas gravíssimos de habitação, segurança e subsistência a centenas de famílias", afirma-se em nota enviada aos órgãos de comunicação social.

"No entender do PCP/Açores a situação é, claramente, de calamidade pública", afirmando os comunistas açorianos "que devem ser postos ao dispor dos órgãos de Governo próprio (Assembleia Legislativa Regional e Governo Regional) os meios necessários tendo em vista repor a normalidade", considera o documento.

O PCP/Açores "solidariza-se

com todas as vítimas directas do mau tempo e lembra ser indispensável desenvolverem-se todos os esforços para abrigar os desalojados e para acorrer às necessidades de todos os que estão impossibilitados de exercer as suas actividades, nomeadamente os pescadores de diversos portos da Região".

Lembra ainda "ser necessário ter em conta que, nomeadamente na agricultura, lavoura e comércio, vultuosos prejuízos que agora se verificaram se irão reflectir nos rendimentos de todo o próximo ano, o que exigirá inevitáveis compensações aos produtores".

Neste quadro o PCP/Açores "disponibiliza-se junto de todas as autoridades regionais no sentido de contribuir para que possam ser desenvolvidas, do ponto de vista do interesse regional, todas as acções que garantam a existência, no curto prazo, dos meios necessários à reposição da normalidade".

CNA exige reforma da PAC

"Os produtores portugueses de cereais e oleaginosas vão ser penalizados pela União Europeia, a pretexto de termos ultrapassado as quotas de produção e produtividade impostas pela PAC", um facto sublinhado pela Direcção Nacional da Confederação Nacional da Agricultura, CNA, em nota à imprensa, em que se questiona o Governo por aceitar "os actuais acordos desta PAC, que tão fortemente prejudicam o nosso país, que põem mesmo em risco a soberania alimentar dos portugueses".

A CNA lembra que "importamos uma percentagem elevadíssima de cereais para o nosso consumo e ainda por cima somos penalizados quando aumentamos a nossa produção e produtividade" e pergunta que "vantagem temos com esta PAC, para além de sermos um mercado de consumo dos países ricos?"

"Não aceitamos estes cortes de subsídios que poderão ultrapassar os 8 milhões de contos", afirma-se no documento da Confederação de agricultores que reclama do Governo "o início imediato de novas negociações com a UE, que nos permita produzir a área e a quantidade de cereais que entendermos" e que "exija uma nova reforma da PAC, que tenha em conta as assimetrias dos Países do Sul da Europa, concretamente o nosso país".



União Europeia pretende limitar a já deficitária produção nacional de cereais

O povo alentejano não vai perdoar

A decisão do governo PS de indemnizar os grandes latifundiários com 60 milhões de contos levantou, naturalmente, grandes protestos. Protesto igualmente assumido pelos comunistas de Montemor-o-Novo que, em comunicado divulgado em Novembro passado, consideram tal decisão como "um escândalo e uma ofensa aos trabalhadores e ao povo alentejano".

Esta tomada de posição desagradou à Secção de Montemor do PS que respondeu com outro comunicado em que na prática se manifesta "incomodada pelos comunistas denunciarem as injustiças", como se refere no documento da Comissão Concelhia do PCP.

No comunicado dos socialistas é evocada a Lei 406-A/75 de 29 de Julho e refere-se que "um dirigente do PCP, na altura Ministro sem Pasta no Governo de Vasco Gonçalves, teria apoiado a Lei".

Em causa está a Lei da Reforma Agrária, que previa de facto as indemnizações serem deduzidas às dívidas dos expropriados ao Estado.

Afirmando a necessidade de repor a verdade, os comunistas de Montemor-o-Novo lembram que hoje, volvidos 21 anos, a situação é bem diversa. "O PS foi o primeiro Governo a destruir a Lei 406-A/75, substituindo-a por uma nova lei, que ficou baptizada pela *Lei Barreto*, Lei que abriu a grande ofensiva que levou à destruição da Reforma Agrária e à reconstituição do latifúndio. Hoje, as terras do latifúndio estão incultas. Os agrários expropriados receberam de novo as terras. 1% das explorações agrícolas do Sul têm 80% da terra", denuncia-se no comunicado dos comunistas de Montemor.

Não tem sentido "o PS evocar a Lei 406-A/75, Lei que o Governo do PS destruiu", afirma-se no comunicado, que sublinha que "o povo alentejano não vai perdoar este acto antidemocrático".

Sem Terra em marcha pelo Brasil

Reivindicando a realização da Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Sem Terra vai promover uma marcha de mil quilómetros até Brasília, numa iniciativa que deverá demorar dois meses e envolverá oito a dez mil pessoas.

Partindo de cinco pontos diferentes do país no dia 17 de Fevereiro, a marcha dos Sem Terra chega a 17 de Abril à capital.

Como explicou ao *Avante!* Valmir Carlos Assunção, este dia simboliza a luta pela Reforma Agrária e contra a violência nas zonas rurais, assinalando ainda o primeiro aniversário do massacre do Pará, que continua impune.

«Estamos trabalhando no sentido de que nesse período pessoas, organizações, partidos de outros países possam ir ao Brasil prestar solidariedade. Isso é, para nós, fundamental», afirmou.

Outra das iniciativas previstas para 17 de Abril é a realização de um tribunal internacional, em Genebra, «onde se possa ver a sociedade internacional julgar o massacre do Pará».

No Brasil, 17 por cento da população está desempregada. «Num país que tem ainda uma

grande percentagem de trabalhadores no campo (25 por cento) - mesmo no PIB 12 por cento é da agricultura - mais, nós temos 32 milhões de indigentes que moram na periferia das cidades, que não têm emprego» a Reforma Agrária é vista como a alternativa ao sistema e a solução para inúmeros problemas.

O fotógrafo Sebastião Salgado irá publicar também em Abril um livro dedicado à realidade dos Sem Terra. Intitulado «Terra», o livro conta com a participação de José Saramago que escreveu o prefácio e as legendas. Conjuntamente é publicado um CD com canções inéditas dedicadas aos trabalhadores rurais da autoria do cantor Chico Buarque.

No Brasil, a perseguição contra o movimento prossegue. José Rainha Júnior, líder da organização e um dos seus fundadores, está a braços com a justiça, acusado de ter assas-



A marcha dos Sem Terra pela Reforma Agrária é mais um grito de alerta para a dramática situação em que sobrevivem milhões de brasileiros

sinado um polícia e um fazendeiro numa altura em que ele nem sequer morava no local dos crimes. Caso seja considerado culpado, Rainha Júnior será condenado a uma pena que pode ir de 12 a 32 anos de cadeia.

«Para nós, não está a ser julgada a pessoa de José Rainha Júnior. Está a ser julgado o Movimento dos Sem Terra. E nós estamos trabalhando para que em todo o país a gente preste solidariedade ao movimento», declara Valdir Assunção.

«No período do julgamento vamos realizar um acampamento de dois dias - para também pressionar e sensibilizar toda a sociedade brasileira, para rever-

ter a situação e o nosso companheiro não seja condenado. Se isso acontecer, o que se estará condenando é a Reforma Agrária em geral», conclui.

Israel em luta

A política económica do governo israelita está a ser alvo de uma das mais fortes contestações registadas no país nos últimos anos. À hora do encerramento da nossa edição, e a terem sido cumpridas as ameaças da central sindical Histadrut, Israel terá paralisado com uma greve geral, coincidindo com o início do debate parlamentar sobre o Orçamento.

A greve foi convocada pela central sindical Histadrut para protestar contra o plano de austeridade do governo, que prevê cortes de 2300 milhões de dólares no Orçamento de 1997.

Um vasto movimento de greves começou por paralisar, quinta-feira passada, o tráfego aéreo em Israel e outros serviços públicos, designadamente os correios, telecomunicações, portos e caminhos-de-ferro, onde os trabalhadores denunciam os projectos de privatização do governo de Netanyahu.

O movimento grevista prosseguiu na sexta-feira nos sectores das telecomunicações e do desporto.

A Histadrut, dirigida pela oposição de esquerda, rejeita, entre outras coisas, a decisão de suprimir a diminuição de impostos que até aqui beneficiava as mulheres trabalhadoras.

Críticas aos EUA

No plano político, a situação continua igualmente difícil no Médio Oriente. Os palestinianos manifestaram nos últimos dias o seu desagrado com o facto de os Estados Unidos lhes pedirem novas concessões sobre Hebron, quando no seu entender é Israel que está a bloquear as negociações.

«As afirmações de que Israel é que tem feito concessões e de que os palestinianos estão a arrastar as negociações não são um bom augúrio», declarou recentemente o negociador palestiniano Hassan Asfour, sublinhando que tal revela «que os Estados Unidos não são sérios nos seus esforços para desbloquear as negociações», que se arrastam há cerca de três meses.

Recorda-se que o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, atribuiu aos palestinianos uma grande parte da responsabilidade do bloqueio nas negociações, exortando-os a responder às aberturas israelitas.

«Os israelitas deram alguns passos sobre Hebron. É altura de os palestinianos, do Presidente da Autoridade Palestiniana Yasser Arafat, responderem», afirmou Christopher.

O acordo israelo-palestiniano de extensão da autonomia na Cisjordânia, concluído em 1995, previa para Março passado a retirada de Israel de 80 por cento de Hebron, a única grande cidade da Cisjordânia ainda sob ocupação. As autoridades israelitas recusam aplicar o acordo e reclamam novas garantias de segurança para os cerca de 400 colonos judeus que se encontram instalados entre 120 000 palestinianos. Entretanto, tem continuado a implementação de novos colonatos.

Este impasse levou o líder palestiniano, Yasser Arafat, a afirmar que o processo de paz israelo-palestiniano está paralisado, e que «não há nenhuma esperança no futuro em chegar a uma solução satisfatória para os palestinianos».

Arafat acusa o Governo israelita de não cumprir «nenhuma das suas obrigações», e de continuar «com a confiscação de territórios, a construção de colonatos (judeus) e as detenções (de palestinianos)».

Jornalistas assassinados

Vinte e nove jornalistas foram mortos em 1996, enquanto exerciam a sua profissão ou em consequência dos seus artigos, revelou recentemente a associação «Repórteres Sem Fronteiras». Referindo-se aos 600 profissionais da comunicação assassinados nos últimos dez anos, a organização afirma que «os assassinos continuam em liberdade e é muito provável que a maioria destes crimes fique impune». E aponta as razões para tal: «choque da Justiça com o poder político, onipotência da corrupção, prepotência dos interesses financeiros». A Argélia foi o país onde se registaram mais assassinatos entre os jornalistas (oito mortes).

Herceg-Bosna dissolvida

A República croata de Herceg-Bosna foi dissolvida oficialmente no passado dia 19 de Dezembro. Numa carta ao alto representante civil para a Bósnia, Carl Bildt, o presidente da Federação Croato-Muçulmana e presidente do Estado extinto Kresimir Zubarak transferiu todos os poderes da Herceg-Bosna para a entidade croato-muçulmana.

Convenção contra a desertificação

Procurando contrariar a desertificação no globo, entrou em vigor na passada quinta-feira a Convenção da ONU contra a Desertificação. Adoptada por 115 países desde 1994, este tratado prevê uma melhor gestão dos recursos naturais para evitar a improdutividade e desertificação dos solos. Actualmente, este problema atinge 30 por cento do planeta e ameaça as terras secas de 110 nações. As Nações Unidas alertaram para o facto de, apesar de a desertificação ser particularmente sensível em África, já se fazer sentir na Europa, na América do Norte, na Austrália e na ex-URSS. Cerca de 250 milhões de pessoas são directamente afectadas e os meios de subsistência de mil milhões estão ameaçados. O custo da desertificação é estimado em 42 mil milhões de dólares por ano.

Reconciliação checo-alemã

Os ministros dos Negócios Estrangeiros checo e alemão assinaram no dia 20 o protocolo de conclusão das negociações sobre a declaração de reconciliação entre os dois países, que será assinada em meados de Janeiro por Helmut Kohl e Vaclav Havel em Praga. O documento, que terá de ser aprovado por ambos os parlamentos, tem como objectivo pôr fim ao contencioso entre Praga e Bona sobre a expulsão de três milhões de alemães sudetas da Checoslováquia, em 1945, e a indemnização das vítimas checas do nazismo.

Este acordo foi alvo de diversas críticas internas nos dois Estados. O Partido Comunista Checo organizou vários protestos, petições e encontros, opondo-se à recuperação do direito de residência e de propriedade dos descendentes da zona fronteiriça entre os dois países, perdidos em Postdam em 1945.

Contra os despedimentos

Mais de um milhão de sul-coreanos em greve

Mais de um milhão de trabalhadores responderam ao apelo da Federação Coreana de Sindicatos do Comércio (FCSC), cumprindo uma greve de protesto contra a aprovação pela Assembleia Nacional de uma emenda à legislação laboral autorizando a liberdade de despedimento por parte das entidades patronais.

A FCSC, o maior sindicato da Coreia do Sul e o único reconhecido pela legislação sul-coreana, conta com 1,2 milhões de filiados. A greve de 24 horas, convocada para a passada quinta-feira, foi posteriormente

ampliada até segunda-feira, engrossando as fileiras dos trabalhadores da saúde que já se encontravam paralisados contra a mesma lei, deixando 14 hospitais nacionais somente com os serviços de urgência.

A luta abrangeu igualmente o sector dos transportes públicos, especialmente o de autocarros nas seis principais cidades do país. Em Seul, Taegu e Pusan a situação agravou-se no sábado com a greve dos trabalhadores do metropolitano, que paralisaram durante meio dia em protesto contra a nova legislação laboral.

Os fornecimentos de gás, electricidade e telefones, por decisão das estruturas sindicais, não foram afectados.

A greve paralisou ainda as cadeias de produção do mais importante grupo industrial sul-coreano, «Hyundai», particularmente as fábricas de montagem de automóveis e os estaleiros.

O grupo «Daewoo» também viu afectada a produção nas suas fábricas devido à greve.

O governo sul-coreano declarou ilegal a greve, o que ao abrigo da nova lei laboral, permite às empresas substituir os trabalhadores que aderiram ao protesto, por este não estar autorizado.

As emendas à lei laboral são apresentadas como benéficas para a economia, pois visam permitir às empresas reduzir custos de produção e aumentar a sua competitividade. À custa dos trabalhadores, claro.

Peru Reféns da fome

O Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), que tomou de assalto a Embaixada do Japão, em Lima, dia 17 de Dezembro, fazendo cerca de 500 reféns, entre os quais 18 embaixadores, dois ministros peruanos e um grande número de empresários japoneses, continuava no encerramento da nossa edição a dominar as atenções internacionais.

As reivindicações do MRTA passam pela mudança no rumo da política económica peruana em direcção a um modelo que ofereça bem-estar «às grandes maiorias», a libertação dos companheiros presos e o pagamento por Lima de um «imposto de guerra».

Com o passar dos dias centenas de reféns foram libertados. As razões da existência do MRTA assentam na pobreza em que vive a esmagadora maioria da população não só do Peru, mas de toda a América do Sul. No Peru a camada mais rica (dez por cento) possui 80 vezes mais recursos do que os dez por cento mais pobres. Vinte por cento dos peruanos encontra-se numa situação de miséria extrema

Esta realidade reflecte-se claramente no discurso dos revolucionários. «O Governo de Fugimori está a deixar morrer à fome 13 milhões de peruanos, sem fazer nada para os salvar», declarou um membro do movimento numa entrevista.

Cuba sempre

HÁ TRINTA E OITO ANOS, na noite de 31 de Dezembro, as forças revolucionárias cubanas entraram em Havana, derrubaram o regime fascista de Fulgêncio Batista e deram azo à mais original e festiva comemoração de passagem de ano de que há memória. O ditador fugiu procurando o exílio que melhor o recebesse que, no caso, foi Portugal, na altura sofrendo a opressão do fascismo salazarista.

A uma centena de quilómetros do colosso imperialista, a revolução cubana ousou empreender o ambicioso e difícil projecto de construção de uma sociedade socialista. Por isso Cuba, o seu povo, a sua revolução foram desde logo considerados alvo preferencial do imperialismo norte-americano. São conhecidas as muitas tentativas de liquidação da revolução cubana levadas a cabo pelos sucessivos governos dos EUA. São igualmente conhecidos os sucessivos fracassos dessas tentativas. Sabe-se ainda que na origem desses fracassos esteve a coragem, a determinação, a firmeza, a capacidade de resistência do povo cubano, com o qual sempre estiveram solidárias as forças revolucionárias e progressistas do Mundo.

Em 1991, após o desaparecimento da União Soviética, muitos foram os observadores e analistas que prognosticaram o fim imediato de Cuba. Começaram por lhe dar uma semana de vida; depois alargaram o prazo para uns meses; mais tarde, contrariados, viram-se forçados a estender o prazo até um ano... Entretanto as semanas, os meses, os anos passaram – já lá vão cinco – e Cuba resistia. Com êxito.

Pouco a pouco, dificuldades por muitos consideradas intransponíveis foram superadas apesar do cerco cerrado do bloqueio imperialista. No ano que acaba de findar, a previsão de crescimento de 5% – já notável – foi excedida e, apesar dos enormíssimos prejuízos causados pelo furacão Lili em Outubro passado, deverá atingir os 74%.

A ideia de que «o pior já passou» corresponde a uma realidade sentida e reconhecida pela generalidade da população. Bem como a ideia de que há ainda muito que passar...

Como e porquê tudo isto? – perguntaram-se os entendidos. Como é possível que Cuba continue a resistir? Por que falharam as previsões dos computadores da Casa Branca planetariamente difundidas pela turba canora de analistas ao serviço dos interesses e dos objectivos norte-americanos? Estas desesperadas interrogações deram origem a uma nova tese que surgiu e se desenvolveu assim: começaram alguns analistas por perguntar-se se não seria o bloqueio americano o principal responsável pelo êxito da resistência cubana; ao que outros seus congéneres responderam, aliviadíssimos, que sim, que o bloqueio, na medida em que constitui um factor de unidade do povo cubano, acaba por ser favorável à resistência de Cuba e ao seu projecto de construir uma sociedade socialista; e alguns outros analistas, gémeos dos primeiros e dos segundos, garantem mesmo que se os EUA decidissem acabar com o bloqueio, a resistência cubana cederia e Cuba adoptaria de imediato o modelo de democracia made in USA.

Pena é que Clinton não seja da mesma opinião e persista no bloqueio, e desenvolva uma vaga de pressões políticas e económicas visando a aplicação da iníqua lei Helms-Burton, e continue, assim, a afrontar o direito internacional e a desprezar os direitos humanos.

Cuba resiste, então. Com êxito. Mas, é necessário repeti-lo, com muitas e muito grandes dificuldades e problemas; dificuldades e problemas que têm que ser vistos à luz do bloqueio imperialista que é sua causa essencial. Com efeito, o bloqueio, com os condicionamentos e imposições que coloca à revolução cubana, está na origem não só das dificuldades económicas e financeiras existentes mas também do surgimento, nomeadamente nos últimos anos, de fenómenos negativos semelhantes aos que se verificam em todos os países capitalistas.

Há muitas coisas em Cuba que eu, como comunista, desejaria que não houvesse? Há, sem dúvida. Há muitas coisas em Cuba que a mim, como comunista, me agrada que haja? Sem dúvida que sim. E com esta particularidade: quase tudo aquilo de que não gosto em Cuba existe, muitas vezes elevado ao quadrado, em Portugal; e quase tudo aquilo que me agrada em Cuba não existe, nem de longe nem de perto, em Portugal. Há prostituição em Cuba? Há e é mau que haja. Importa no entanto conhecer as causas da existência desse fenómeno, perceber o porquê das características específicas da prostituição em Cuba que a distinguem da que se verifica, por exemplo, em Portugal, esclarecer que, contrariamente ao que alguns querem fazer crer, não há mais prostituição em Cuba do que em Portugal. Bem pelo contrário. Há criminalidade em Cuba? Há e é mau que haja. Mas é necessário saber que se trata de criminalidade que, quer na dimensão quer nos

metodos utilizados, não pode ser comparada com a criminalidade existente em Portugal. Repito: a meu ver a existência destes fenómenos negativos em Cuba não pode ser vista desligada da gravíssima situação gerada pelo bloqueio norte-americano.

A ideia de que «o pior já passou» corresponde a uma realidade sentida e reconhecida pela generalidade da população.

O que é espantoso e assinalável é que, apesar do bloqueio, o Estado cubano continue a assegurar um ensino público gratuito e de qualidade; que mesmo durante os piores momentos do «período especial», não tenha ficado uma única criança sem escola; que Cuba apresente o mais elevado índice de alfabetização das Américas e um dos mais elevados do mundo; que exista um professor por cada 37 habitantes; que o número de estudantes, *per capita*, seja o mais elevado do mundo; que Cuba esteja prestes a atingir os 700 000 diplomados com cursos superiores.

O que é espantoso e assinalável é que a Revolução continue a assegurar, apesar do bloqueio, um serviço de saúde reconhecido em todo o mundo como exemplar, só comparável na qualidade com o que existe em alguns países altamente desenvolvidos e com a vantagem em relação a esses de ser totalmente gratuito; que Cuba tenha passado dos 3000 médicos com que contava há 38 anos para os 55 000 hoje existentes, ou seja um médico para 200 pessoas, ou seja o número de médicos *per capita* mais elevado do mundo; que em Cuba existam 72 700 enfermeiras (muitas das quais com estudos superiores), 308 000 trabalhadores da saúde e 277 hospitais.

Espectacular e assinalável é, igualmente, a forma como as dificuldades são repartidas em Cuba e como se desenvolve e concretiza na prática a solidariedade colectivamente assumida – solidariedade enquanto valor revolucionário, enquanto valor humano essencial e que, por isso, nada tem a ver, por exemplo, com a hipócrita caridadezinha que é flama de primeira fila na cruzada neoliberal do engenheiro Guterres.

O que é espantoso e assinalável é que, no quadro mundial surgido na sequência do desaparecimento da União Soviética, Cuba resista e vença. «A nossa Revolução e o nosso Povo souberam decidir no momento adequado qual a primeira de todas as medidas que se impunha tomar: resistir, resistir no caminho socialista da revolução» – disse Carlos Lage Davila, vice-presidente do Conselho de Estado. Medida difícil de concretizar? Sem dúvida: «Não se esqueçam que somos uma ilha rodeada de capitalismo por todos os lados», lembrou então Fidel. Que fazer? Que teria respondido Lênine a esta pergunta concreta nesta situação concreta? «Estou certo», diz Fidel, «que Lênine nos diria para fazermos o que estamos a fazer, para continuarmos a fazer o que estamos a fazer, porque um marxista-leninista faz o que estamos a fazer».



JOSÉ CASANOVA
Membro da
Comissão Política



Carta-aberta da União dos Sindicatos de Setúbal

Para ler e meditar

Aproveitando uma visita da ministra do Emprego, que esteve prevista para dia 18, o Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal escreveu a Maria João Rodrigues uma «carta de protesto», explicando por que motivos os trabalhadores estão «desiludidos com promessas incumpridas ou distorcidas» e, «mais que isso, já indignados e dispostos ao desenvolvimento das lutas sociais».

A ministra acabou por não visitar Setúbal naquela data, mas a USS/CGTP enviou-lhe na mesma a missiva, como «carta-aberta» - documento «para ler e meditar» que aqui publicamos.

Exma. Sra. Ministra para a Qualificação e Emprego Setúbal,
20 de Dezembro de 1996

O Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN esteve reunido no passado dia 18, quando teve conhecimento da sua passagem por Setúbal.

Tendo sido feita a análise da situação social e laboral, bem como dos efeitos perversos de algumas interpretações abusivas da Lei 21/96, decidiu o Conselho Distrital da União dar a V. Exa. a oportunidade de se aperceber mais directamente das razões que assistem aos trabalhadores e dos desencantos que lhes está a provocar o Governo «socialista» que V. Exa integra, depois de tanta promessa em vão de tanto diálogo, quase sempre de surdos, porque a voz dos trabalhadores nunca chega a ser ouvida.

Por isso, o Conselho Distrital mandatou uma delegação de dirigentes sindicais do distrito de Setúbal para lhe fazer entrega desta Carta de Protesto.

O desemprego - sabe-o bem - vai crescendo continuamente, fazendo aparecer uma geração no desespero dos 40, enquanto os jovens somam a desilusão do desemprego, ao desespero dos pais despedidos.

Ora, este problema - também o saberá, certamente - não se resolve com falinhas mansas, nem com promessas de «mais 100 mil até ao fim do século», mas com medidas concretas de política económica. A CGTP propôs a sua discussão; o Governo não quis e, o patronato esfrega as mãos de contente, porque o que lhe convém é um grande exército de reserva de mão-de-obra. É dos livros, Sra. Ministra!...

A degradação do emprego é a nota dominante, quer no emprego existente, quer no emprego criado, as mais das vezes à custa de vultuosos fundos públicos, sem que o Governo mexa um dedo para verificar as condições de trabalho e pôr cobro à precariedade e ilegalidade reinantes. Até quando?...

Lembramo-lhe o escândalo das tendinites Ford Electrónica, onde grande parte das jovens trabalhadoras tem uma duração da vida de trabalho de 6 a 8 meses, depois do que ficam, quase certo, com invalidez crónica e permanente. É o que faz o Governo, o seu Ministério, se nem a doença profissional querem reconhecer àquelas trabalhadoras?...

Nas grandes superfícies comerciais, dos poucos sectores onde o emprego tem crescido, ainda que à custa do desemprego no pequeno comércio, a polivalência significa mesmo a «lei da selva» e aí se percebe bem o que é a polivalência desqualificante. Jovens mal pagas (intruídas para despir a bata e «desaparecerem») mal apareça alguém do sindicato ou, raramente, da Inspeção do Trabalho) são obrigadas a trabalhar as horas «que for preciso» sem receber mais um tostão; sejam caixas ou repositoras, têm mesmo que varrer o chão; muitas vezes são obrigadas a descarregar as camionetas dos fornecedores; ou a fazer

equilíbrio arriscadíssimo, em cima de empilhadores, para retirar caixotes a 4 ou 5 metros de altura.

Sabia, Sra. Ministra, que é assim que se trabalha no dinâmico, moderno e competitivo sector dos hipermercados? E isto, é só um exemplo...

É por isso que os trabalhadores e a CGTP-IN combatem a polivalência, mesmo que a lei lhe chame qualificante e lhe

introduza algumas salvaguardas formais. Porque o patronato típico, no nosso país, não liga a leis. E o pior, é que fica impune! E, pior ainda, é que é sempre recompensado, seja com subsídios a fundo perdido, seja com isenções e benesses fiscais, seja com o atendimento final de todas as suas reivindicações na **Conservação Social**, depois de o Governo ter fingido «dialogar», durante uns meses, com todos os parceiros.

Resultado: carga fiscal mantém-se elevadíssima para os trabalhadores; o capital e o patronato, além de fugirem sistematicamente aos impostos, ainda são aliviados. Escandalosamente, a distribuição de rendimentos continua a reduzir-se para o lado dos trabalhadores e a crescer para o lado dos lucros e dos rendimentos de capital.

Solidariedade? Justiça social? Onde estão, Sra. Ministra?...

Finalmente, a redução do horário de trabalho. Se, no país onde se pratica o horário mais alargado da UE (e não é por isso mais competitivo), a redução é reconhecida como contributo para o combate ao desemprego - e, será, certamente, também um contributo para a promoção da produtividade, ainda que o patronato de vistas curtas o não queira entender - porquê (depois da primeira cedência do Governo ao patronato, com a mistura da polivalência e flexibilidade) ainda se tenta uma vez mais defraudar os trabalhadores?

As pausas de trabalho estão livre e legitimamente negociadas em Convenções Colectivas, sempre compreendidas no período normal de trabalho. Nos sectores e empresas onde foram introduzidas, mais que uma «regalia» dos trabalhadores, são uma necessidade para atingir os níveis de produção exigidos. Simplesmente, porque os trabalhadores «precisam de respeitar» para voltar a produzir ao mesmo ritmo.

Lembramos o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para justificar a constitucionalidade da proposta de lei: «... o que a proposta de lei consagra é que os trabalhadores obtenham, para além de interrupções já garantidas por lei ou convenção colectiva, a redução de mais duas horas no seu traba-



lho efectivo, sem prejuízo das interrupções anteriormente conquistadas».

A não ser assim, até podia acontecer que a pretexto da redução de horário, o resultado fosse o aumento do período normal de trabalho. Por hipótese: numa empresa onde se faça uma pausa de 15 minutos de manhã e outra à tarde (150 m por semana), se reduzir de 42 para 40 horas semanais, não incluindo agora as pausas, teria que passar a ter um horário normal de 42h 30m, para que as pausas se mantivessem. Ou, por absurdo, ter-se-ia que considerar que uma empresa que pratica um horário normal de 42 horas não reduziria o horário porque o horário de 42h, afinal, não é de 42h, mas de 39h 30m, por obra e graça da discricionariedade patronal.

Certamente a Sra. Ministra fez estas contas, e com certeza também há-de achar que é de todo inadmissível a completa inversão do sentido da lei que visa a redução do horário de trabalho.

Por último, chamamos-lhe a atenção para uma questão gravíssima, que é o processo de corporativização da interpretação e aplicação das leis do trabalho.

Nenhuma Comissão de Acompanhamento de qualquer acordo de consertação pode combinar formas de aplicação da lei, porque vivemos num regime de constitucionalidade democrática, onde compete aos tribunais interpretar e fazer aplicar a lei, em caso de dúvida ou incumprimento, e em que a interpretação autêntica cabe apenas ao órgão legislativo autor da lei.

Para ler e meditar - é a recomendação que nos permitimos deixar-lhe, esperando que esta «carta de protesto» ajude a compreender porque estão os trabalhadores desiludidos com promessas incumpridas ou distorcidas e, mais que isso, já indignados e dispostos no desenvolvimento das lutas sociais.

A razão, é que se vêem perante um Governo que, invocando todos os dias o diálogo, só ouve o patronato e não ouve os trabalhadores, escolhendo

aquele como aliado preferencial, como se fosse o patronato o mais interessado no desenvolvimento do país.

Mas o patronato - é da sua natureza - quer, acima de tudo, lucro, mais lucro e acumulação de riqueza. Um Governo socialista não pode esperar que venha da «boa vontade» e das sobras da classe patronal o suficiente para assegurar, genericamente, o bem-estar social. Um Governo socialista devia saber que é preciso intervir e regular as condições de produção, logo, as condições de trabalho, para poder promover a solidariedade e a justiça social.

Os trabalhadores, sabem que o seu emprego depende do crescimento económico, de mais produtividade também, e que para isso conta a dignidade das condições de trabalho e o nível dos seus salários. Contra os trabalhadores não há desenvolvimento, mas eles são os primeiros interessados no desenvolvimento, e sabem que são parte fundamental do progresso do país.

Assim, o Governo queira contar com os trabalhadores.

O Conselho Distrital da USS/CGTP-IN

Contra as vigarices patronais e a ofensiva do Governo

Braga prepara jornada de luta

O Conselho Distrital da União dos Sindicatos de Braga demonstrou «disponibilidade para promover no distrito, no início do ano, uma grande jornada de luta que denuncie as vergonhosas vigarices de diversas entidades patronais e ponha termo à ofensiva política do Governo contra os trabalhadores».

A intenção foi manifestada na reunião do Conselho Distrital que teve lugar antes das festas de Natal e Ano Novo e onde foram denunciados diversos casos de violação de direitos dos trabalhadores, particularmente no que toca às pausas no trabalho, que «há mais de 25 anos» contam como tempo de laboração.

A USB/CGTP considera «vergonhoso» o comportamento dos empresários que teimam em não reduzir os horários, tanto mais quando todos os partidos políticos com assento parlamentar e os órgãos de soberania reconhecem razão aos trabalhadores quanto ao modo como devia ser aplicada a Lei 21/96. A par daqueles empresários, são também apontados «políticos e personalidades públicas e

da Igreja, com responsabilidades», que «insistem em violar a lei e desafiar o poder democrático instituído».

A nota divulgada após a reunião do CD da USB aponta alguns casos de outras violações de direitos, verificando «a inoperância da Inspeção Geral do Trabalho em todo o distrito e a sua cada vez maior desactivação, por falta de meios técnicos e humanos, demonstrada na falta de acção, intervenção e resposta a centenas de pedidos»:

- o mesmo quarto de banho serve homens e mulheres, como sucede na **Batil**;
- há empresas onde chove em cima dos trabalhadores, como nas **Cutelarias Manuel Machado**;
- bombas de gasolina, como a **Cepsa** de Joane, não reconhecem direitos, não afixam horários e recorrem a trabalho infantil clandestino;
- a empresa **Tiége - Os Pioneiros de Electricidade Geral**, em Braga, não paga salários desde Outubro a um seu trabalhador, porque este se recusa a assinar um contrato a prazo;
- a **Agrovil** persegue, ameaça e rescinde os contratos com os delegados sindicais.

Citando um exemplo (a firma Manuel Machado), a União dos Sindicatos de Braga afirma que «várias empresas» têm conheci-

mento prévio das visitas da IGT, o que lhes dá «tempo a que preparem o visual para o dia e hora acertados».

Saudações

Na reunião foi saudada a posição da CGTP na Concertação Social. O CD da USB saudou ainda «os milhares de trabalhadores do distrito de Braga que, nos diversos sectores e empresas, desenvolvem lutas heróicas e históricas no rigoroso cumprimento da lei que reduz os horários de trabalho e também na defesa dos direitos e do emprego».

«As lutas dos trabalhadores das maiores empresas do distrito (Grundig, Riopelle, Coelima, Lameirinho, Sampaio Ferreira, Têxtil Manuel Gonçalves, Somelos, Oliveira Ferreira, Têxteis Atma, Filda, Grupo Almeida e Filhos, Têxtil Vizela...) e os de muitas outras pequenas e médias empresas são contributos e certezas de que os direitos e reivindicações dos trabalhadores são para respeitar e que a luta vai continuar até serem alcançados os objectivos» - afirma o Conselho Distrital da USB/CGTP.

Terreiro do Paço

O grande regresso

O Terreiro do Paço vai mudar. Mais exactamente, vai regressar às origens de grande praça nobre de Lisboa, com o benefício das tecnologias modernas que permitirão torná-lo «um espaço cultural efectivo, de reunião, de encontro e de passagem para os habitantes e visitantes da Cidade, permitindo a realização de actividades tão diversas como concertos, festas, manifestações políticas, feiras especializadas, exposições e actividades desportivas informais», como se afirma na exposição «Os Passos do Terreiro» aberta ao público desde a semana passada num dos edifícios do próprio Terreiro do Paço. O reordenamento do Terreiro do Paço foi uma decisão tomada pelo executivo da Coligação Por Lisboa em 1992, chegando agora a altura da sua implementação, que se processará em três fases. Presidiu à decisão o objectivo de recuperar o Terreiro do Paço para a sua função cultural e de lazer, de acordo com o conceito de terreiro e devolvendo este magnífico espaço aos cidadãos. A primeira fase já começou: está a ser implantado o projecto de superfície para a placa central.



O reordenamento do Terreiro do Paço foi uma decisão tomada pela Coligação Por Lisboa em 1992, altura em que se lançou o Concurso de Ideias para o Terreiro do Paço, ganho pelo projecto apresentado pelos arquitectos José Adrião e Pedro Pacheco.

Presidiu à decisão o entendimento de que a Praça do Comércio é uma área estratégica de intervenção urbanística e valorização arquitectónica, que o município de Lisboa pretende recuperar para a sua função cultural e de lazer, de acordo com o conceito de terreiro e devolvendo este magnífico património ao usufruto exclusivo dos cidadãos.

Definido, à partida, pelo executivo da Coligação como operação global e integrada de médio prazo, o projecto de reordenamento subdividiu-se em três intervenções de fundo: o projecto de superfície, o túnel rodoviário e o túnel do metro com interface de transportes públicos.

A primeira fase - já em curso e com conclusão prevista para Junho do próximo ano - refere-se à placa central, uma área com 17.815 m², e corresponde a um investimento de 225 mil contos.

A segunda fase, que terá início após a conclusão do túnel rodoviário e com término previsto para o ano 2000, trata da zona das arcadas e vias.

Placa Central com pavimento inteligente

A primeira fase do reordenamento do Terreiro do Paço, já em desenvolvimento, trata da placa central e visa o conceito-chave subjacente ao próprio projecto: a recuperação do carácter de Terreiro.

E explica-se: «Um terreiro é um espaço aberto, informal e polivalente, por isso toda a superfície do Terreiro ficará livre de construções e obstáculos permanentes, permitindo assim a realização de diver-

sas funções e actividades. A indicação de zonas para usos específicos será dada através da instalação de mobiliário urbano e de uma iluminação adequada».

O novo pavimento da placa central é designado de «inteligente» pela sua grande polivalência: será uma estrutura homogénea e lisa, apoiada por um sistema subterrâneo de infraestruturas que permitirá a realização de uma variedade de acontecimentos, quotidianos e excepcionais.

Assim, o desenho da placa central integra os vários sistemas técnicos de montagem de equipamento e estruturas temporárias para animação urbana, de drenagem pluvial, de distribuição de alimentação eléctrica e a hipótese de ligação a sistemas multimédia. Uma central própria torna o espaço auto-regulável quanto à iluminação e versátil no uso de novas tecnologias.

No que se refere aos materiais, serão utilizados dois tipos de pavimento na placa central (betão com granulado de lioz na parte maior, lage de lioz para a moldura), conjugando uma elevada qualidade estética com uma alta capacidade de carga e resistência ao desgaste.

Nota importante: o acesso à placa central do Terreiro do Paço passará a ser exclusivamente pedonal, acentuando-se a horizontalidade do espaço através da ausência de qualquer obstáculo visual em relação ao Rio e à Margem Sul. «Percorrer a Praça em qualquer direcção passará a ser um momento de tranquilidade e grande prazer visual», assegura-se.

A polivalência do Terreiro será apoiada por áreas de estadia de carácter permanente e temporário, por mobiliário urbano e equipamentos adequados a cada tipo de utilização.

As construções do sub-solo, integrarão um átrio, uma sala polivalente, uma sala técnica, instalações sanitárias com limpeza automática e adaptadas para o uso de deficientes motores, que poderão utilizar um

elevador colocado à superfície. Tudo isto estará pronto em Junho do próximo ano.

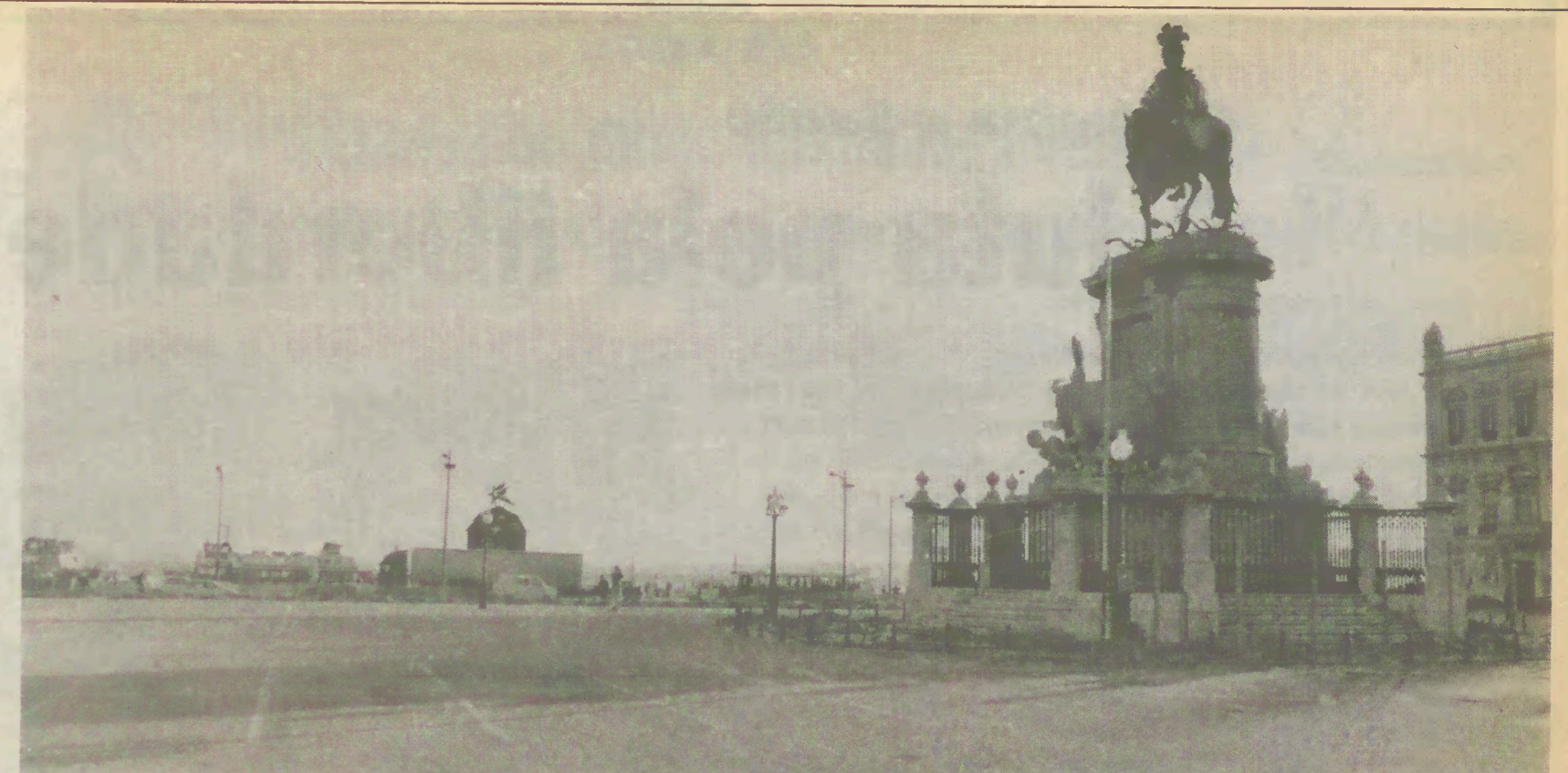
Ligação a um Rio despoluído

A segunda fase do projecto actuará na zona envolvente à placa central, inclui intervenções a vários níveis e será implementada entre 1998 e 2000, uma vez concluídos o túnel rodoviário, que retirará quase todo o tráfego motorizado do Terreiro (apenas disponível para transportes públicos), e o Metropolitano.

Far-se-á então a ligação da placa central ao Rio através de uma plataforma em degraus, que funcionará como área de estadia. Está igualmente previsto a reestruturação da zona das arcadas, a instalação do Corredor das Marés (plataforma ao longo do rio em lages de pedra, convergindo nas escadas laterais no Cais das Colunas, um dos lados vindo do cais de embarque da estação Sul e Sueste, o outro do corredor verde que se estende a Poente até ao Cais do Sodré) e a reabilitação de diversos edifícios pombalinos para funções de carácter cultural (libertação das suas funções actuais dos pisos térreos dos edifícios contíguos ao Terreiro, substituindo-as por cafés, restaurantes e comércio de prestígio).

Em paralelo com estas obras, será construído um grande interceptor de esgotos com ligação ao Interceptor do Cais do Sodré/Alcântara, que vai limpar o Tejo em toda a área de intervenção, integrando o projecto de drenagem de toda a Praça.

Esta é uma obra que resulta da cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Metropolitano e o Porto de Lisboa, ao abrigo de um protocolo entre estes parceiros e o Ministério do Equipamento e da Administração do Território.



Rui Godinho, responsável dos Espaços Verdes

Recuperação do Terreiro do Paço vem da Coligação Com Lisboa



«A recuperação e requalificação do Terreiro do Paço era uma das linhas programáticas da «Coligação Por Lisboa» quando se apresentou ao eleitorado, e prosseguiu na «Coligação Com Lisboa», afirmamos Rui Godinho, o vereador que tutela o projecto e as obras em curso no Terreiro do Paço, dado ser o responsável pelos dois pelouros que mais directamente intervêm na realização: o do Ambiente e Espaços Verdes (responsável, aliás, pelo Plano de Reordenamento da Praça) e o da Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, que tratará da despoluição desta frente ribeirinha.

«Trata-se de um projecto estratégico, portanto complexo», acrescentou Rui Godinho. «Envolve várias componentes: a viária, no que ao trânsito diz respeito, ambiental, no que se refere ao saneamento e à limpeza total do Estuário do Tejo naquela frente ribeirinha, valorizando significativamente toda aquela zona. Ambiental, ainda, porque reordena e requalifica toda a Praça».

Após recordar que «todo o ordenamento da Praça se está a fazer na lógica do Concurso de Ideias aprovado em 1992», Rui Godinho assinalou a complementaridade introduzida entretanto no projecto «com a aprovação das grandes obras do túnel rodoviário com 400 metros, construído sob o rio a 12 metros de profundidade, entre o Campo das Cebolas e a Avenida 24 de Julho, frente ao Mercado da Ribeira, e ainda com a chegada do Metropolitano à Praça do Comércio, constituindo-se em grande interface com as carreiras fluviais».

«O traçado final desta obra», resumiu Rui Godinho, «resultou de um acordo feito recentemente entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério do Equipamento e Planeamento da Administração do Território, o Metropolitano de Lisboa e o Porto de Lisboa».

E pormenorizou: «Tudo isto ficará pronto até ao ano 2000, porque o desnivelamento da via, a construção do interceptor de esgotos e a ligação ao Metropolitano é uma obra conjunta que está a ser executada pelo Metropolitano, através do referido acordo entre a Câmara, o Metropolitano, o Porto de Lisboa e o Ministério do Planeamento e da Administração do Território, que paga uma parte substancial destas obras».

Quanto aos trabalhos da primeira fase, «já começaram, com a adjudicação da instalação dos tapumes da placa central, para os trabalhos que irão refazer toda a placa central de acordo com o projecto que foi aprovado». Estes trabalhos «permitirão tanto o arranjo da placa central como o ordenamento de toda a Praça, na lógica de transformar o Terreiro do Paço numa zona pedonal, de lazer, de estar e ao mesmo tempo preparada para grandes manifestações culturais». O que estará pronto em Junho do próximo ano.



Os trabalhos da primeira fase já começaram, aqui com os operários a iniciar a instalação dos tapumes que, por razões de segurança, irão abrigar as obras de transformação da placa central

«Os Passos do Terreiro»

Com os Descobrimentos, Lisboa torna-se um entreposto comercial europeu e assume uma fisionomia ribeirinha. Cresce em termos populacionais e urbanos, tornando-se uma cidade aberta ao mundo.

Em finais de 1505, D. Manuel I troca o Paço da Alcáçova pelo Paço da Ribeira, procedendo-se aos primeiros trabalhos no aterro contíguo: nasce assim o Terreiro do Paço. Começa também a construção do Cais da Embarcação das Bestas, posteriormente Cais das Colunas.

Nessa altura, o Terreiro do Paço toma a forma de um retângulo alargado no sentido Este-Oeste, enquadrado pelo Paço Real a Poente, o Terreiro do Trigo e a Alfândega Nova a Nascente, a Muralha Fernandina a Norte e o Rio Tejo a Sul.

O poder sai dos limites da cidade antiga, ficando o Castelo como símbolo. O Terreiro do Paço, além de representar a cidade, ganha funções urbanas e de representação do poder, nele se passando a realizar grandes eventos como procissões, festas, jogos e autos-de-fé. Exemplo disso são os festejos do casamento da Infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra.

Paço da Ribeira, da Patriarcal e do Teatro da Ópera do Tejo, que tinha ficado pronto nesse ano.

O conjunto arquitectónico que resistiu ao terramoto não foi, entretanto, poupado pelo incêndio que se seguiu. As riquezas, as colecções de quadros e objectos de culto, a biblioteca real com 70.000 volumes, o Tesouro guardado nos armazéns da Casa da Índia, tudo desapareceu.

Como é sabido, o Marquês de Pombal notabilizou-se com a tomada de medidas rápidas e eficazes. Enterrar os mortos e cuidar dos vivos, foi a palavra de ordem para fazer frente à catástrofe.

Inicia-se o plano de reconstrução da Cidade com base no Alvará de 1758, que determina as obrigações, garante direitos, prevê situações

especiais de propriedade e tende a evitar especulações.

A Cidade Nova reflecte a concepção que o Marquês tem do Estado. Planta geométrica e rectilínea, alçados iguais para todos os edifícios, ausência de palácios ou de qualquer sinal exterior que sugeresse a nobreza do proprietário. A preocupação de uniformidade foi ao ponto de se decretar a proibição de alegretes ou vasos com cravos à janela. As próprias igrejas foram obrigadas a alinhar pela altura dos demais edifícios.

Coube aos arquitectos Manuel da Maia e Eugénio dos Santos a honrosa tarefa de dar à Baixa destruída e ao Terreiro a fisionomia digna de uma grande Capital. Os trabalhos de reconstrução são pagos, em grande parte, pelos comerciantes, pelo que, em sua homenagem, o Terreiro do Paço passa a chamar-se Praça do Comércio. No entanto, a designação tradicional de Terreiro do Paço perdura na linguagem lisboeta pelo hábito arraigado de séculos.

A Praça avança em direcção ao Rio, passando a ter as dimensões de 193 por 177 metros. Em seu redor surge um conjunto de edifícios equilibrados onde se desenvolvem elegantes arcadas, compreendendo 86 arcos. Ergue-se o Arco Triunfal da Rua Augusta e reformula-se o antigo Cais da Pedra, agora Cais das Colunas. Sobre o eixo da Praça, ao centro, é erguida a estátua equestre de D. José, da autoria de Machado de Castro e inaugurada em 6 de Junho de 1775, enquanto Eugénio dos Santos traça o Arco da Rua Augusta, cuja construção se inicia em 1759 mas apenas fica concluído em 1873 com o grupo escultórico de Calmels, que no topo vem embelezar o Arco.



Esta maquete, patente na exposição «Os Passos do Terreiro», é antiga e mostra como a requalificação do Terreiro do Paço é um sonho igualmente antigo

Praça do Comércio

Com o terramoto de 1755, das 20.000 casas existentes em Lisboa só 3.000 ficaram de pé. Caíram 53 palácios, desmoronaram-se 60 capelas, 32 igrejas, 31 mosteiros e 15 conventos. A maior perda foi da Casa Real, com a destruição do



Na exposição «Os Passos do Terreiro», patente ao público num edifício do próprio Terreiro do Paço, explica-se com pormenor a grande intervenção agora iniciada nesta magestosa Praça da capital



Colômbia e Sudão

A luta pela liberdade

Aida Abella, membro do CC do Partido Comunista e Presidente da União Patriótica da Colômbia, e Mohamed Abdelrahmad, dirigente do Partido Comunista Sudanês, estiveram entre nós, quando do Congresso do PCP. Em breve encontro com o "Avante!", ambos nos falaram da repressão, que faz parte do quotidiano, na vida política - diversa embora - dos seus países. Mas também de histórias de luta e resistência. E da perspectiva, sempre presente, da liberdade.

Colômbia Jamais renunciaremos à luta

O ano que está a terminar foi um ano muito duro para as forças de esquerda na Colômbia. Continuaram os assassinatos, os *desaparecimentos*, as torturas. Dois quadros do Comité Central do nosso partido foram assassinados. Toda a direcção do Partido Comunista Colombiano está muito ameaçada. O último dirigente nacional do partido morto foi Pedro Maragon, assassinado com a sua filha de 15 anos, à porta de casa, no município de Meta.

O plano *golpe de graça*, um plano elaborado pelo exército colombiano para eliminar a direcção do partido, e os grupos paramilitares, que são o exército *irregular* do exército regular, - tinham como objectivo acabar com a direcção do partido em 1996.

Felizmente não o conseguiram.

No entanto, há zonas onde os grupos paramilitares actuaram com muita intensidade, particularmente na zona de Uraba, onde se cultiva a banana, e onde há a possibilidade de ser construído um canal inter-oceânico, que iria substituir o do Panamá, se este for encerrado. Esta é a zona mais estratégica da Colômbia. E é uma zona que teria o domínio político da União Patriótica. Por isso os grupos paramilitares actuaram de lista na mão, procurando os militantes de povoação em povoação.

Em 1996 a repressão foi duríssima, em Uraba. Mataram os nossos melhores quadros. Quatro dos membros da lista do partido para as eleições sindicais de Outubro, foram assassinados. E o cabeça de lista teve que sair da zona para não ser morto. Houve mesmo ameaças de que os trabalhadores que votassem na lista apresentada pelos comunistas seriam massacrados. Perante esta situação, o partido retirou a sua lista.

É uma situação verdadeiramente dramática. Mas ao mesmo tempo há uma grande mobilização do povo colombiano. Há muito tempo que os camponeses não se mobilizavam da forma que o fizeram em meados de 1996. Milhares e milhares de camponeses quase ocuparam metade da Colômbia, lutando por uma verdadeira reforma agrária e por melhores condições de vida. Houve vários mortos, porque o exército reprimiu as marchas de protesto. Numa zona do país, o exército electrificou uma ponte, para impedir que as pessoas passassem. Também utilizaram carros da Cruz Vermelha Internacional para levar material de guerra para as zonas ocupadas pelos camponeses, trazendo-os depois cheios de presos. A Cruz Vermelha Internacional apresentou um veemente protesto.

Na Colômbia sempre houve repressão, sempre houve violência. A violência sempre esteve ligada ao poder.

São 150 anos de guerras civis, na sua maioria guerras não declaradas. A guerra sempre foi imposta de cima, pelo grande capital e pelos que querem para si toda a terra. Por isso, na Colômbia nunca haverá paz enquanto não houver uma verdadeira reforma agrária. Porque há uma grande concentração de terra em poucas mãos. E a violência sempre partiu dos que estão no poder, para conservar os seus privilégios políticos e económicos.

A última grande vaga repressiva foi desencadeada em 1985, quando o movimento armado - o mais antigo da América Latina - inicia um processo de paz e muitos dos quadros políticos da guerrilha passam ao trabalho político. Tiveram uma muito boa votação e muitos comandantes guerrilheiros chegaram ao Congresso e afirmaram-se como uma força tão poderosa que poderia alcançar o poder.

Decidiram então eliminá-los. O movimento armado regressou à guerrilha, com os seus homens. E os que não estavam no movimento armado prosseguiram no trabalho político.

Os comunistas colombianos, apesar da repressão, do banho de sangue que atingiu o movimento sindical - mil e duzentos sindicalistas foram assassinados em dez anos, o caso mais grave referido na Organização Internacional do Trabalho (OIT) - continuam na vida política. Estamos no Parlamento, nas Câmaras e nas Assembleias Municipais. Entretanto, os militantes desenvolvem as suas tarefas numa situação de semiclandestinidad.

É uma situação difícil. Por exemplo - eu, apesar de ser conselheira municipal, apesar de ser uma figura pública, não posso ir a um restaurante, não posso ir a um cinema e se entro em casa, não posso sair. Porque um dirigente comunista sabe que em qualquer momento pode ser assassinado. Tem que estar na vida pública e simultaneamente ter muita precaução, pois a sua vida corre perigo.

Mas nós, comunistas, jamais renunciaremos à luta.



Controlos policiais em dia de greve geral

Sudão

Queremos recuperar a liberdade

Desde 1989 que o Sudão está sob o domínio dos fundamentalistas. Não há liberdades políticas e os direitos humanos não são respeitados. Todos os partidos políticos foram proibidos, tal como os sindicatos.

Estamos em guerra civil desde 1983 - uma guerra de libertação das populações do Sul, maioritariamente cristãs. Neste momento, o movimento de libertação do Sul juntou-se à coligação das forças de oposição, unindo todos contra os fundamentalistas.

Neste quadro foi constituída uma organização política - a Aliança Democrática Nacional - que engloba organizações muito díspares e inclui partidos da direita, do centro, da esquerda, nomeadamente o Partido Comunista, os movimentos de libertação do Sul e das populações da zona de fronteira com a Eritreia.

A Aliança defende o derrube dos fundamentalistas por um movimento nacional. Um movimento que deverá também saber defender-se, pois o Estado dispõe de uma força repressiva própria, tem armas e não se coíbe de as usar contra o povo.

A repressão faz parte do nosso quotidiano. As prisões sem julgamento e por tempo indefinido são uma prática corrente. Um outra forma, muito comum, de repressão, é impedir de facto as pessoas de trabalhar, obrigando-as a permanecer na esquadra entre as 6 da manhã e as 6 da tarde. Não se pode comer, não se pode trabalhar, e isto repete-se ao longo dos dias. Esta a forma que encon-

traram de tornar o problema de não terem comida para dar a todos os presos...

Quando os fundamentalistas islâmicos tomaram o poder prometeram que a situação social melhoraria. Mas, agora, a desilusão é total. O nível de vida das pessoas desceu verticalmente. Os serviços fundamentais, com a electricidade e a água, estão a maior parte do tempo cortados. Os salários mais elevados são da ordem das 35 mil libras sudanesas, enquanto o galão de gasolina custa cerca de 3 mil libras. Isto significa, por exemplo, que o que ganha um professor universitário chega apenas para comprar dez galões de gasolina.

Tem havido muitos movimentos espontâneos de luta contra esta situação. Há uma insatisfação generalizada entre a população, em relação à política do governo fundamentalista.

Espero que a aplicação de sanções económicas por parte das Nações Unidas seja o mais estrita e o mais rápida possível. O governo diz que as sanções vão afectar o povo, mas o povo diz - *como é que podemos ser mais afectados do que já estamos?*

Na verdade, o que se passa é que as sanções irão afectar as classes dirigentes. A população já não pode ser mais afectada.

O objectivo da Aliança, neste momento - com o acordo de todos os partidos que dela fazem parte -, é organizar uma greve geral, um levantamento nacional.

Estas formas de luta já foram anteriormente utilizadas e conseguiu-se derrubar dois governos através de greves e levantamentos. A primeira vez foi em Outubro de 1964, e levou ao derrube do regime militar. E a segunda, em Abril de 1985, pondo fim ao segundo governo militar do general Numeiri.

O Partido Comunista do Sudão tem um papel destacado na constituição da própria Aliança, na elaboração da Carta que define os objectivos políticos por que se bate a coligação, e na ligação entre as diferentes forças do Norte e do Sul do país.

Precisamos da maior solidariedade e apoio à luta do nosso povo e do nosso partido - na defesa dos direitos humanos fundamentais, contra a tortura, pelos direitos políticos e sindicais. Queremos recuperar a liberdade.



Marcha camponesa pela reforma agrária



A Tribuna do Congresso (conclusão)

Intervenções das organizações regionais

Concluimos hoje a publicação de excertos das principais intervenções produzidas na Tribuna do XV Congresso. Na identificação dos camaradas que intervieram figuram, naturalmente, as funções que então ocupavam. Brevemente, todas as intervenções, bem como os documentos aprovados serão editados em livro

BEJA

A mais grave crise

O nosso Congresso ocorre num momento em que o distrito de Beja se encontra a braços com uma crise económica e social das mais graves da sua história.

Como consequência de uma política agrícola que nada tem a ver com os interesses da região nem do País, assistimos à reconstrução do latifúndio e destruição do sector produtivo, incentivando-se o abandono das terras, que levou à estagnação de toda a economia regional.

Ao inevitável aumento do desemprego que atinge no distrito mais de 14 000 trabalhadores e suas famílias, associam-se a desertificação dos meios rurais, tendo o distrito perdido em 10 anos cerca de 19 000 habitantes, o envelhecimento da população residente e a emigração dos mais novos.

Associado a isto, nos últimos anos temos assistido ao progressivo esvaziamento de serviços em Beja, de acordo com a lógica centralista e macrocefálica desenvolvida pelo PSD e continuada pelo PS.

Outros sectores de particular importância para a região têm vindo a ser alvo de um processo de desmantelamento gradual, como é o caso do sector mineiro. Daqui saudamos a corajosa luta dos mineiros de Aljustrel, pela reabertura da Mina e em defesa dos seus postos de trabalho, dos seus direitos e do futuro do seu concelho.

Apesar da gravidade da situação não a encaramos com resignação ou assumindo como fatalidade irreversível aquilo que é consequência das políticas de direita.

Além da estrutura da posse e do uso da terra, incontornável problema estrutural do Alentejo, da necessidade de uma nova Reforma Agrária e de uma nova agricultura, a regionalização assume um papel de relevante importância para o avanço e consolidação do processo de desenvolvimento.

(...) Do muito que as populações têm a ganhar com a regionalização é testemunho a obra notável realizada pelo Poder local, particularmente nos domínios dos desenvolvimentos infra-estrutural, cultural, social, ambiental e mesmo económico, com destaque para a criação de condições para a instalação de actividades económicas e para a dinamização de gabinetes de apoio ao desenvolvimento e aos agentes económicos ao contrário do que sucede com as áreas da responsabilidade do Poder central.

No entanto, para que tal seja possível não basta um Poder regional qualquer, sendo necessário que os comunistas e seus aliados no quadro da CDU sejam também aí a força maioritária, à semelhança do que acontece com a maioria das autarquias locais da região. Para isto é preciso um PCP

mais forte e nesse sentido é motivo de confiança a cada vez maior aceitação que o Partido e as suas propostas encontram junto das camadas jovens, havendo um elevado número de jovens a aderir ao Partido e à JCP.

A esta realidade, que é sem dúvida um factor de estímulo e de confiança no futuro, acresce a experiência levada a cabo nalguns concelhos, onde foram criadas brigadas para porta-a-porta para entrega de cartões, contactando-se desta forma com militantes há muito desligados da actividade.

EMIGRAÇÃO

PS - a mesma política

A emigração portuguesa é uma realidade bem mais complexa do que as imagens simplistas que a direita procurou projectar - imagens de uma emigração predominantemente composta de empresários de sucesso ou de cidadãos a usufruir de uma paz social, que não existe nos países onde residem.

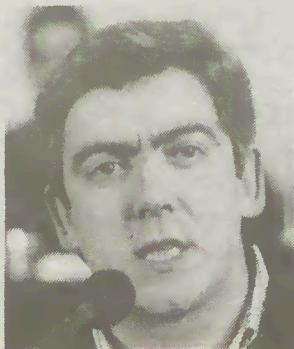
Em matéria de política de emigração, o que o PSD fez, enquanto governo, foi servir os interesses dos grandes empresários oriundos da emigração, com os quais tem uma ligação umbilical, ao mesmo tempo virava costas aos problemas dos trabalhadores, da grande massa dos emigrantes.

A prática política do Governo PS não alterou de forma substancial as principais orientações do seu antecessor. De José Lello, Secretário de Estado que protagoniza agora a política do Governo nesta área, pode dizer-se que é simpático e dialogante. O PS pensa assim tirar partido do desprezo a que os anteriores Secretários de Estado votaram os emigrantes.

Incansável, José Lello promete que tudo irá resolver. Num estilo de quem ainda está em campanha eleitoral, chega ao cúmulo de declarar, em Setembro passado, que até finais deste ano seriam informatizados 44 postos consulares. Dois meses depois, declara que tal só se concretizará em 98.

É fácil perceber porque, na proposta do Orçamento de Estado para 97, estão previstos 16 mil contos para renovação da imagem dos serviços de atendimento ao público (com a promessa de que haverá mais nos anos seguintes). Descaradamente, aumenta em 19% as verbas para o Gabinete do Secretário de Estado, para que este possa deslocar-se, em comitiva, claro!, tal como acontece este fim-de-semana, no consulado de Genebra, ao inaugurar a «nova imagética» nos serviços de atendimento ao público.

O que o Governo PS pretende é tão só mudar a imagem.



Vítor Silva
Membro da DORBE

Desses contactos o balanço é positivo, sendo atitude generalizada a disponibilidade para a participação. (...)



José Laurentino
Membro de Organismos de Direcção junto da Emigração em França

É assim, em relação ao ensino da nossa língua e cultura. Com o Instituto Camões a receber menos 3% de verbas no Orçamento de Estado para 97. Ao mesmo tempo que as verbas para o ensino do português no estrangeiro mal dão para cobrir a inflação nesta área, tão maltratada há vários anos.

É assim, em relação ao apoio ao movimento associativo, que continua a ficar pelas promessas, sem que nenhuma medida de concreto tenha sido tomada.

É assim, em relação à cada vez mais urgente modernização e reestruturação da rede consular, para a qual todos os anos são atribuídas centenas de milhares de contos no Orçamento de Estado, mas sem que se vejam resultados. Peça fundamental nesta reestruturação é o Regulamento consular, que data de 1920 e que tarda em ser revisto.

É assim, em relação aos reformados e pensionistas que aguardam longos meses por resposta da Caixa Nacional de Pensões, acerca do tempo de descontos efectuados em Portugal.

É assim, em relação à directiva comunitária que visa melhorar as condições de contratação dos trabalhadores destacados e que, à semelhança do PSD, o Governo PS não votou favoravelmente.

Contra a mesma política, o mesmo combate. Os emigrantes comunistas continuarão a lutar por uma alternativa que sirva os interesses dos trabalhadores.



VILA REAL

Contra o subdesenvolvimento

A 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes confirmou a maioria dos indicadores socioeconómicos da região, já apresentados em anteriores Congressos do nosso Partido:

A população decresceu e envelheceu; acentuaram-se, para além do atraso relativamente à região vizinha do litoral, dentro do próprio distrito, as assimetrias demográficas entre os principais centros urbanos e as zonas rurais; deteriorou-se o potencial produtivo, aumentou a taxa de desemprego e o trabalho precário, e baixou o poder de compra de grandes massas populacionais; degradou-se o ecossistema e reduziu-se a diversidade biológica. A região está hoje mais pobre em solos, em reservas aquíferas, em espécies vegetais, minerais e florestais.

Estes dados não são forjados por nós, «comunistas». São números das instituições oficiais.

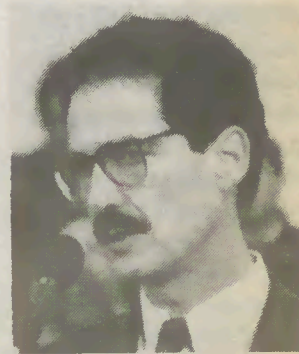
A população residente diminuiu 11% no distrito de Vila Real. A população residente envelheceu, havendo já no ano de 1994 por cada 100 jovens 84 idosos.

Dez dos catorze concelhos estão nos últimos 40 do continente com mais baixo poder de compra *per capita*, sendo um deles, Sabrosa, o último.

O distrito perdeu, na década de 80, 2794 operários especializados e 4194 agricultores. Entre 1989 e 1993 foram abandonadas, no conjunto dos dois distritos da região, 5 mil explorações agrícolas. Os pequenos e médios empresários da construção civil transformaram-se em subempreiteiros. As pequenas unidades agro-industriais foram absorvidas por grandes empresas sediadas fora da região. No sector comercial as grandes superfícies grossistas liquidaram os pequenos e médios armazéns e arruinaram o comércio retalhista tradicional.

(...) A razão do estado de subdesenvolvimento do distrito de Vila Real é da inteira responsabilidade das políticas seguidas pelos governos centrais, com a conivência de algumas estruturas regionais. A responsabilidade é das opções políticas e escolhas estratégicas implementadas pelos partidos políticos maioritários no distrito, PSD e PS. E podemos afirmar, que a situação não é ainda mais gravosa porque sempre o nosso Partido animou e acompanhou o desenvolvimento das lutas sociais contra os sucessivos governos. A situação dos produtores de carne e leite estaria hoje bem pior se as manifestações em Vila Pouca de Aguiar e Vila Real não tivessem sido tão grandiosas, se centenas de lavradores durienses não se tivessem manifestado em defesa da Casa do Douro, contra o assalto das multinacionais, a situação dos pequenos e médios produtores de vinho era hoje um descalabro; se os milhares de agricultores do Alto Tâmega não se tivessem concentrado,

bilidade das políticas seguidas pelos governos centrais, com a conivência de algumas estruturas regionais. A responsabilidade é das opções políticas e escolhas estratégicas implementadas pelos partidos políticos maioritários no distrito, PSD e PS. E podemos afirmar, que a situação não é ainda mais gravosa porque sempre o nosso Partido animou e acompanhou o desenvolvimento das lutas sociais contra os sucessivos governos. A situação dos produtores de carne e leite estaria hoje bem pior se as manifestações em Vila Pouca de Aguiar e Vila Real não tivessem sido tão grandiosas, se centenas de lavradores durienses não se tivessem manifestado em defesa da Casa do Douro, contra o assalto das multinacionais, a situação dos pequenos e médios produtores de vinho era hoje um descalabro; se os milhares de agricultores do Alto Tâmega não se tivessem concentrado,



Virgílio Cardoso Alves
Membro da DORVIR

em tão elevado número, e bloqueado a fronteira internacional de Chaves, não teriam conseguido escoamento da sua batata; se os compartes dos baldios transmontanos não lutassem pelo cumprimento da Lei contra a corrupção nos serviços florestais, em que mãos estaria a riqueza da sua floresta?

Podemos aqui afirmar com orgulho que, embora sem grande expressão eleitoral, a DORVIR tem cumprido, com determinação, os seus objectivos de defesa intransigente dos direitos das classes laboriosas da região.

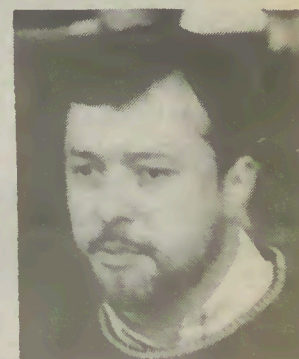
BRAGANÇA

Defender a Região

A Direcção Regional de Bragança em conjunto com a de Vila Real realizaram, em Junho deste ano, a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, que se debruçou fundamentalmente sobre o Desenvolvimento Regional. Desta iniciativa gostaríamos de transmitir ao XV Congresso algumas das nossas reflexões.

Esta região caracteriza-se por população em regressão, em especial nos aglomerados rurais, envelhecida e baixa taxa de escolarização.

Do debate e reflexão realizados, reforçou-se a convicção de que a região transmontana e duriense é rica em recursos humanos e naturais que não têm sido devidamente aproveitados por forma a contrariar eficazmente a perda da capacidade produtiva, o atraso económico e social, a desertificação humana.



Rui Tadeu
Presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas Membro da DORBragança

Consideramos que uma política nacional, que tenha como prioridade a correcção das assimetrias entre Litoral e Interior, será um contributo fundamental para o desenvolvimento da nossa região.

A região apresenta um conjunto de características e potencialidades que fazem dela um



A Tribuna do Congresso

espaço com condições invulgares de desenvolvimento. As políticas centralistas, a não fixação de meios humanos e actividades levaram a que a região não tirasse partido das suas potencialidades. Como referencial enumeramos algumas dessas potencialidades:

– Uma capacidade extraordinária para a floresta de uso múltiplo, com áreas disponíveis inigualáveis no país;

– Uma região onde se produzem os melhores azeites, a região demarcada de produção do vinho mais antigo do mundo, associada à imagem de marca "Porto";

– Uma região que apresenta a maior concentração de produção (cerca de 30% de maçã do país, de grande qualidade);

– As condições geomorfológicas aliadas a um clima variado, das montanhas aos vales, propicia a criação de diversas raças de gado, as quais são uma capacidade de produção única de carnes, queijos e mesmo subprodutos como a lã de utilização têxtil;

– O rio Douro entendido como canal navegável em mais de 200 km com ligação a Espanha e à cidade do Porto, o qual constitui um potencial, comercial e turístico de grande valia;

– A região que apresenta o maior potencial nacional de produção hidroelétrica, aliada ainda à incipiente instalação de mini-hídricas, de uso múltiplo e ainda amplas zonas de possível instalação de parques eólicos;

– Uma região com um dos subsolos mais ricos em ferro, carvão e sílica, a região contém das maiores reservas de granitos de grande qualidade;

– A região que dispõe do maior contributo de remessas de emigrantes;

– Uma região que desde o valioso património construído, às marcas indelévelis como as Gravuras do Vale do Côa, aos Parques Naturais desde a fatia Transmontana do Parque do Gerês, ao Montesinho, Alvão, às Arribas do Douro, constituem um valor invejável.

A questão central que se coloca à região, é encontrar a estratégia de intervenção que coloque todos os recursos e potencialidades em curso de desenvolvimento sustentado.

Defendemos a discussão pública e aprovação urgente de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a região que respeite o que a região é, aliás a região vale pelo seu conjunto. (...)

do grande latifúndio, a destruição da Reforma Agrária trouxe de novo o abandono e subaproveitamento das terras, uma triste realidade a exigir uma nova reforma agrária adaptada às novas condições e necessidades da região e do país.

O trabalho preparatório do XV Congresso, para além da concordância geral com o projecto de resolução política, pôs em evidência as nossas debilidades e insuficiências, com várias organizações envelhecidas e fechadas em si, mas também a existência dum conjunto de quadros conhecedores e

experimentados e o aparecimento de jovens disponíveis e, nalguns casos, já a assumir responsabilidades nas respectivas organizações.

Metade dos militantes inscritos este ano têm menos de 30 anos, estando vários deles aqui presentes como delegados.

A nossa influência política, a luta social, as responsabilidades que temos, nomeadamente nas autarquias – maioria em 6 municípios – e as próximas eleições autárquicas de 97 exigem um Partido mais forte e interventivo.



SETÚBAL

Mais comunistas – novas células

(...) A política de direita, quer do PSD quer do PS, tem como consequência a destruição do aparelho produtivo, o desmantelamento e privatização de importantes empresas em sectores estratégicos – químico, siderúrgico, naval, metalúrgico e conserveiro. A proliferação do trabalho precário e o desemprego. Nos últimos três anos encerraram cerca de 100 empresas com mais de 18 000 trabalhadores e o número de desempregados ultrapassa 56 000. Cresce o número de empresas com salários em atraso e com processos de despedimento. Nos sectores onde surgiram novas empresas, estas não compensaram o emprego perdido.

(...) O gorar das perspectivas de mudança de política provoca hoje, em vários sectores, desencanto e descontentamento, traduzido em algumas acções reivindicativas e de protesto, nomeadamente, as lutas da Renault, da Torralta, da Valfrio, da Norport e da Agaerre, que têm travado os despedimentos e impedido o encerramento destas empresas. As lutas em torno de objectivos imediatos e locais, como pela abolição da portagem na Ponte 25 de Abril, pela passagem desnivelada no Pinhal Novo, pelo Centro de Saúde do Lavradio, pelo não encerramento das urgências no Hospital do Montijo, pela reivindicação do Hospital de Santiago do Cacém, entre outras acções reivindicativas.

Nas instituições, os deputados comunistas apoiam, ampliam e agem de forma coordenada com as reivindicações das populações e do Poder Local, como são exemplos as propostas apresentadas para o PID-DAC.

Em contraste com a prossecução das políticas do Governo, as autarquias CDU - 12 das 13 Câmaras do distrito -, no âmbito das suas competências, concretizam um vasto conjunto de obras, acções e iniciativas que contribuem significativamente para que, no plano da qualidade de vida das populações, o nosso distrito possua alguns dos mais expressivos índices no plano nacional.



Joaquim Tavares
Membro da Comissão Executiva da DORS

(...) Reforçamos o trabalho junto das empresas, dos operários e dos trabalhadores em geral, organizando-os, trazendo-os ao Partido e responsabilizando-os aos diferentes níveis de direcção, incluindo na Direcção Regional, aspecto importante para manter a maioria operária na sua composição. Na Comissão Executiva Distrital, dos seus 24 membros 11 têm responsabilidade directa em células de empresa. Novas células foram recentemente criadas e reactivaram-se outras; têm sido produzidas notas de imprensa e comunicados do Partido sobre a vida das empresas.

No que respeita ao trabalho de juventude e ao rejuvenescimento do Partido, é dada especial atenção ao reforço e dinamização da JCP, ajudando na consolidação da sua estrutura, apoiando a responsabilização de novos quadros, contribuindo para o reforço da sua intervenção, promovendo o alargamento da sua influência; recrutaram-se jovens para o quadro de funcionários da JCP e do Partido; apostou-se na responsabilização de quadros jovens a todos os níveis de direcção do Partido, incluindo na Comissão Executiva Distrital.

(...) A preparação deste Congresso, também ela, contribuiu para o reforço do Partido e da sua vida democrática. Contactaram-se milhares de militantes, reactivaram-se ligações com organizações, em 211 iniciativas estiveram mais de 4000 participantes.

No plano do reforço do Partido, salientamos no ano de 96 o recrutamento de 400 novos militantes. (...)

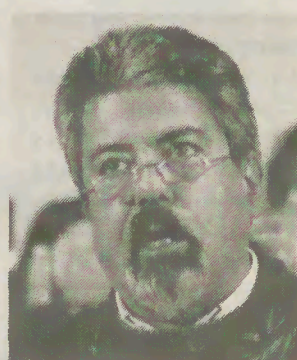
MADEIRA

Boas notícias

Na intervenção que realizámos no XIV Congresso, demos uma boa notícia a todo o Partido: tínhamos acabado de reconquistar o lugar de deputado na Assembleia Legislativa Regional (ALR). Também hoje desejamos partilhar convosco a boa notícia e a alegria por, em Outubro passado, termos conseguido eleger um Grupo Parlamentar, com 2 deputados, para a ALR, o que acontece pela 1ª vez. Obtivemos a maior votação de sempre e, pela 1ª vez também, ficámos à frente da UDP, que elegeram apenas 1 deputado.

Mesmo não tendo conseguido derrotar o PSD, que continua com a maioria absoluta, trata-se de uma vitória muito importante para o nosso Partido, e especialmente para os comunistas madeirenses, que vai ter (ou melhor, já está a ter!) consequências muito positivas em todo o nosso trabalho futuro.

(...) Nos últimos anos, temos fugido às comissões unitárias que formávamos para dirigir a luta das populações com o Partido sempre envolvido, mas sem dar a cara como tal. E, quando vamos aos sítios e aos bairros para conhecer os problemas das populações, todo o processo de luta, desde o simples abaixo-assinado, passando por manifestações no exterior e no interior das Câmaras Municipais, até ao corte de estrada que, também já aconteceu, todo este processo, dizia, é movimentado e dirigido publicamente pela CDU ou pelo Partido. Estas iniciativas têm tido um impacto muito grande na opinião pública, visto que a Comunicação Social regional, normalmente, dá conta destas iniciativas. Naturalmente que a opinião favorável sobre o Partido e a CDU alargou-se muito e, em sítios e bairros onde não conhecíamos ninguém, temos hoje núcleos do Partido organizados, desenvolvendo actividade no âmbito mais geral do trabalho do Partido. A nível eleitoral, camaradas, é com satisfação que verificamos que



Leonel Nunes
Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Madeira e membro do Comité Central

nas secções de voto onde os moradores destes sítios e bairros vão votar, registamos maiores aumentos de votação, chegando a duplicar ou mesmo triplicar a votação, como aconteceu, aliás, nas eleições de Outubro passado.

Por isso estamos particularmente de acordo com o projecto de resolução política em discussão, quando coloca como objectivo do Partido a transformação da influência política e social em influência eleitoral, e aponta como uma das formas de trabalho a avançar o assumir cada vez mais a direcção das lutas dos trabalhadores e das populações, tomar posição pública sobre esses problemas e não deixar essa tarefa apenas ao movimento sindical e a outros movimentos sociais.

(...) Novas situações exigem novas respostas, e nós estamos já a encontrá-las. Mais quadros a tempo inteiro, salto em frente no reforço orgânico do Partido, maior disposição dos militantes para a actividade partidária criam muito melhores condições para dinamizar e alargar a luta de massas contra a política de direita dos governos do PS e do PSD. Há que dar mais força aos movimentos sociais e definir prioridades, aliás, como aponta o projecto de resolução política.

As perspectivas de trabalho são grandes e aliciantes. A influência política e social do Partido está a alargar-se. O combate é duro, mas vamos vencer!

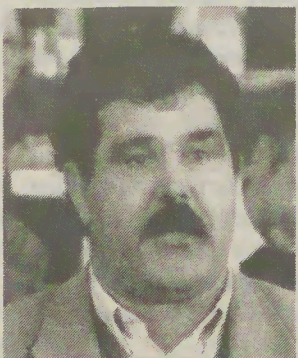
SANTARÉM

Um Partido mais forte

(...) Os Vales do Tejo e do Sorraia, com um potencial agrícola de importância nacional, devido à Política Agrícola Comum e dos sucessivos governos, não têm sido aproveitados nos seus diversos aspectos. A Regularização dos Vales do Tejo e do Sorraia, para a qual já há projectos elaborados, se efectuada, iria permitir à região a irrigação de mais cerca de 200 mil hectares, sendo cerca de 140 mil situados nos chamados terraços do Tejo, o que permitiria assim um aumento significativo na produtividade agrícola.

Esta medida há muito reivindicada pelo nosso Partido e que o PS tanto apregoou na última campanha eleitoral, mas que logo esqueceu quando foi para o Governo, teria também como consequência a valorização da actividade industrial, neste momento com algumas indústrias a implementarem-se no sul do distrito, mas quase só pela deslocação de empresas já existentes devido à implantação da EXPO 98 e com as tradicionais a encerrar ou em profunda crise, com todos os problemas sociais que acarretam, nomeadamente o desemprego, a perda de regalias sociais e ataques aos direitos dos trabalhadores.

Traria igualmente a dinamização do comércio e serviços, incrementaria as actividades do turismo e lazer, assim como qualidade ambiental, estabele-



Amândio Freitas
Membro do Executivo da DORSA

dade das reservas freáticas, melhoria do abastecimento de água às populações e também a potencialização dos recursos energéticos.

A regularização dos caudais permitiria também a defesa das populações, do território e dos bens, contra o risco das cheias que tanto atormentam as populações ribeirinhas.

Mas a região não é apenas os Vales do Tejo e do Sorraia.

Um pouco por todo o distrito mas com mais expressão no norte, as explorações familiares, agrícolas e florestais, devido à ausência de uma correcta política que tenha em conta as realidades e necessidades nacionais, são progressivamente abandonadas, aumenta o perigo dos fogos e alastra a desertificação rural agravando as nossas dificuldades económicas e os problemas nos grandes centros urbanos.

No sul do distrito, na zona



BRAGA Actuar e lutar

(...) No distrito de Braga, nos últimos 4 anos, foram destruídos milhares de postos de trabalho, por redução de efectivos, paralisações, encerramento e falência de empresas.

Em quase todos estes processos, o poder político exercido pelo PSD e pelo PS foi e é conivente na protecção ao grande patronato, autor das mais graves ilegalidades.

São de destacar os casos das Malhas Dextra, da Luzcor, da fábrica de calçado de Sete Fontes, Guial, Xavi, Riopete e tantas outras onde os direitos dos trabalhadores foram altamente lesados, onde funcionou a força e ilegalidades monstruosas que permitiram o roubo do emprego, de equipamentos e de muitos direitos vencidos e devidos aos trabalhadores.

Os exemplos das lutas dos trabalhadores do Complexo Grundig em 94 contra o despedimento colectivo, posteriormente anulado pelo Tribunal. A luta mais recente com 10 dias consecutivos de greve, contra o despedimento de 700 trabalhadores, que obrigaram a administração a recuar nas suas intenções. A luta há dias havida dos trabalhadores da Têxtil Riopete contra a ilegal e vergonhosa tentativa de despedimento arbitrário de 93 trabalhadores. A luta na Continental Mabor contra o despedimento do coordenador da CT, mandado agora reintegrar pelo Tribunal. A luta dos trabalhadores da Polímeros do Ave, da Xavi, Sedas Vizela, Jado Ibéria, pelo direito ao trabalho, ou as lutas pela redução do horário de trabalho, contra as prepotências, em particular das empresas têxteis e do vestuário que, nesta semana, movimentaram milhares de trabalhadores, alguns amordaçados há muitos anos.

Queremos salientar a luta dos trabalhadores da Coelima, ATMA, Sampaio Ferreira, Têxtil Cuca, Almeida e Filhos, mas com particular



Amélia Lopes
Membro do Executivo
da DORBraga

destaque a dos trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves que, 20 anos após a "mordança", se levantaram em luta, organizaram a sua Comissão Sindical em torno do Sindicato Têxtil e da CGTP-IN e cumprem as 42 horas contra a vontade do patrão.

A conivência do Governo PS com o grande capital é total.

No decurso da luta no Complexo Grundig e na Riopete ficámos a saber que o Governador Civil do distrito já conhecia a "marosca" montada, mas escondeu tudo aos trabalhadores e, no caso da Riopete, o Ministro da Economia, Augusto Mateus, pactuou com a empresa, ao doar 3,2 milhões de contos, 8 dias antes do despedimento ilegal e vergonhoso, que ele sabia ir acontecer.

(...) É neste contexto que no distrito Braga procuramos actuar e lutar.

É neste contexto que não aceitamos qualquer substituição da luta por qualquer diálogo.

É com esta confiança que ao longo dos anos, os comunistas vão à porta das empresas levar a nossa denúncia, as nossas propostas e o nosso apoio.

(...) Não temos dúvidas que a onda de protesto e indignação se levanta em todo o país, contra a política de direita do PS, de cedência ao grande capital e de capitulação como grandes vendilhões dos direitos, da liberdade e da justiça social, se irá acentuar.(...)

GUARDA Uma trincheira

Vimos falar-vos de uma das regiões mais abandonadas, mais menosprezadas e mais esquecidas deste País, o distrito da Guarda.

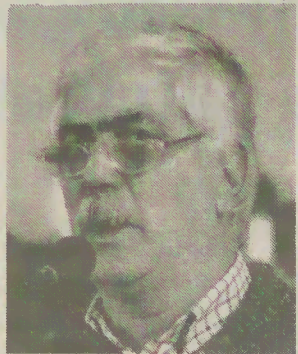
Ignoram-nos os poderes públicos, ignoram-nos o Poder Central e mesmo o Poder Autárquico fisicamente tão perto de nós, olhando a mesma realidade que nós olhamos, parece não ver o que nós vemos ao perder-se no imediatismo das obras de fachada, incapaz de planificar as obras do futuro. Faltam nos executivos do distrito vozes que não se guiem pelos interesses da especulação imobiliária e do clientelismo, faltam, camaradas, as vozes, as propostas, o trabalho empenhado dos eleitos comunistas.

Mesmo poucos, mesmo sem ocuparmos cargos decisórios, o nosso prestígio, a ética por que nos regemos, o trabalho que mostramos às populações, o empenhamento que não negamos, as propostas viáveis e fundamentadas que sabemos apresentar, fazem do Partido um ponto luminoso que, mais dia menos dia, camaradas, se há-de alargar até que a sua mancha se torne um sol. Assim saibamos trabalhar e prosseguir a luta pela concretização dos nossos ideais.

Exemplos, camaradas? Estivemos com a luta dos agricultores na sua marcha sobre a Guarda contra a PAC.

Estivemos com os trabalhadores têxteis da FISEL, da Têxtil Lopes da Costa, da GARTEXTIL, da Estêvão Ubach e de muitas outras, pela viabilização das empresas e manutenção dos postos de trabalho.

Estivemos com os estudantes, com os professores. Estivemos sempre e onde a presença dos que lutavam o exigiu.



Luís Nogueira
Membro da Comissão
Concelhia de Gouveia do PCP

Fizemos propostas como a do lançamento do Plano Integrado de Desenvolvimento para a Zona dos Têxteis, da criação de melhores Serviços de Saúde, de melhoria das Redes de Caminho-de-Ferro e Viária, pela preservação do ambiente dentro e fora do Parque Natural da Serra da Estrela e Malcata, pela manutenção e melhoria do parque escolar.

Estivemos activamente a par da luta que se travou em torno da preservação das gravuras rupestres descobertas na margens do Côa e cujo incalculável e insubstituível valor patrimonial diz respeito não apenas ao nosso País mas a toda a Humanidade. E nessa luta estivemos porque para nós a defesa da cultura é inseparável da luta pelo desenvolvimento do ser humano na sua totalidade.

E nisto, camaradas, distinguimo-nos do Governo que usa o património do Côa para alimentar a imagem cultural que não possui, para saciar a fome de tuchos que devora e consome os seus boys.

Camaradas, na nossa pequena trincheira, não perdemos tempo a medir a extensão das nossas forças. Lutámos com as que tínhamos. E que outra coisa havíamos nós de fazer, revolucionários e comunistas que somos?

PORTO A política desastrosa do Governo

(...) Estamos numa região onde se fazem sentir de forma intensa as consequências de uma política económico-social particularmente desastrosa, bem visíveis na desindustrialização crescente, com uma perda de emprego de cerca de 50 mil postos de trabalho a partir de 1991, com destaque para a têxtil, o vestuário e a metalurgia, mas afectando também outras indústrias como as conservas, as gráficas e o sector químico.

Esta situação contribuiu para o agravamento do desemprego, que duplicou nos últimos quatro anos, e impediu a melhoria das condições de vida da população, pelo que os seus reflexos atingem já outros sectores de actividade.

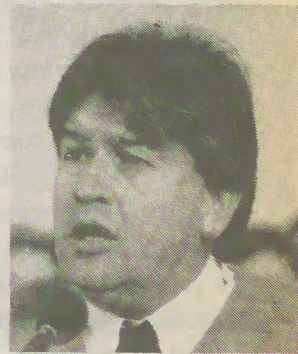
No distrito do Porto são já mais de 83 mil os desempregados inscritos nos Centros de Emprego, quase 11% da população activa. O ritmo de crescimento anual continua superior à média nacional. Em apenas 3 concelhos - Porto, Gaia e Matosinhos - há mais de 41 mil desempregados inscritos.

A aplicação da Lei da Flexibilidade e Polivalência tenderá a agravar a situação do desemprego, uma vez que não potencia a criação de novos postos de trabalho, bem pelo contrário, pretende obrigar os actuais trabalhadores empregados a trabalhar horários de 50 horas por semana.

As ofertas de emprego continuam muito escassas, não chegando a abranger sequer 2% do número de desempregados, o que demonstra o carácter estrutural do desemprego, a maior parte de longa duração, atingindo maioritariamente as mulheres e criando sérias dificuldades para os jovens à procura do primeiro emprego.

E se é certo que houve um crescimento no sector terciário, sobretudo nos serviços, na maior parte dos casos tratou-se de trabalho precário e sem condições sociais mínimas.

Vale a pena também sublinhar que este agravamento do desemprego está a dar-se numa região onde se praticam os mais baixos salários do País; onde se mantém as piores condições de



Manuel Freitas
Membro da DORP
e do Comité Central

trabalho; onde o nível da sinistralidade é o mais elevado do País; o que demonstra que não são os baixos salários e as más condições de trabalho que garantem a competitividade das empresas e o emprego dos trabalhadores, como argumentam os arautos do liberalismo, os tecnocratas da UE e o patronato português.

(...) No presente, o Governo do Partido Socialista, no essencial, prossegue e aprofunda essas políticas. Fez aprovar na AR um orçamento sujeito aos critérios da convergência nominal e da moeda única, com consequências nefastas para quem trabalha. Agrava as assimetrias, e desigualdades regionais (veja-se o PIDAC regionalizado para 1997). Apesar de prever ganhos de produtividade e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997, quer diminuir os salários reais da Função Pública ao mesmo tempo que lança apelos ao patronato para que prossiga o mesmo caminho no sector privado.

(...) Os trabalhadores, nomeadamente, têxteis, que começam a sentir-se hoje desiludidos pelas promessas não cumpridas, não aceitam as posições do patronato e do Governo, e, empresa a empresa, lutam unidos na concretização das suas principais aspirações, trabalhar 40 horas por semana sem trabalho ao sábado.

Este é apenas um exemplo de como em torno dos problemas concretos e das reivindicações dos trabalhadores é possível tornar claro que este Governo nas linhas políticas essenciais não tem grandes diferenças com o anterior.(...)



Remendos

A política do PS no Governo assemelha-se cada vez mais a uma manta de retalhos. Cada peça da governação leva os seus remendos, que é o preço a pagar pela maioria relativa assumida como de absoluta se tratasse. Guterres socorre-se das ajudas que tiver à mão para ir avançando na confecção do modelo cujo corte foi desenhado em Bruxelas para abotoar com a moeda única. É assim que passa o Orçamento, com fundilhos confeccionados pelas costureiras do CDS/PP. Peitilhos, golas e mangas são alinhavados ao gosto dos gostos da direita, com cedências aparentemente

contraditórias. O fato que o PS quer vestir ao país não tem pano que chegue para os interesses em jogo, cada qual a puxar pela sua perna. Quem vai nu é o Governo. Quem suporta o frio são sempre os mesmos.

Remendos

Os últimos dias têm sido férteis em avanços e recuos, contradições e hesitações. No caso das polícias e da segurança em geral, as medidas surgem aos bochechos e acabam por enredar ainda mais o novelo. Na sequência da prisão de um agente acusado de homicídio e do movimento de

PONTOS CARDEAIS

solidariedade dos colegas do polícia de Évora, o Ministro da tutela que, com alguma razão, dá razão aos tribunais, acaba por demitir o comandante da PSP e, diz-se, decidir por um comando civil. A medida - a de "civilizar" a polícia, retirando-lhe os tiques do comportamento militar e colocando-a ao serviço das populações - seria acertada, se tomada em tempo devido, articulada com uma política claramente disposta a servir o povo e a ter em conta as reivindicações profissionais dos agentes. Assumida deste modo, no meio de uma

apaixonada conflitualidade e sem perspectivas de mudança de modelo policial, arrisca-se a ser mais um remendo, com o perigo de se rasgar à primeira puxadela. Até agora, o que o Governo conseguiu foi que a polícia e a população se virassem contra o próprio executivo e contra os órgãos de soberania em geral. Os delinquentes, esses, ficam com mais soltura.

Remendos

Outro acontecimento deste final de ano vem recordar

que também urge uma política clara, em termos de segurança e de civilidade, no tratamento dos casos - e são cada vez mais - de xenofobia latente que ameaça a cada passo degenerar em actos de violência racista. Mais uma vez, os ciganos de Cabanelas são alvo das fúrias populares, acusada a comunidade de tráfico de droga e de outros desmandos. Mais uma vez é exigida a demolição das suas habitações - entenda-se barracas - e a expulsão da freguesia. Estas exigências (e não contestamos os motivos que são argumentados pela população) encontraram de

novo bom acolhimento por parte do presidente da Câmara de Vila Verde, que promete demolir. E a contrariedade do representante do Governo no distrito, que afirma que tal "procedimento não é correcto". Não seria correcto tomar medidas de segurança que impedissem a proliferação dos crimes e, ao mesmo tempo, garantir aos ciganos o tratamento de cidadãos? Mas com uma política de remendos, vai-se gerindo as crises, não se resolvem problemas.

Remendos

Mas é no seio do próprio Governo e do próprio PS que os remendos ameaçam romper-se. A indisposição causada pela formação de um executivo onde tomaram lugar tantos "independentes", preterindo velhos parceiros - indisposição que põe em causa os "estados gerais" e a sua "abertura" -, as dissenções entre "modernos" e "históricos", a clivagem entre Governo e bancada parlamentar, os boatos de "remodelação" que vêm surgindo, mostram que o partido de Guterres é ele próprio manta de retalhos ameaçando a rotura. Ainda há dias, o truculento António Campos deitou uma acha para a fogueira, atijando o lume, acusando o ministro Gomes da Silva, o das vacas loucas, de "falta de transparência na atribuição de dinheiros". Como vai Guterres remendar isto?

PONTOS NATURAIS

Passo a palavra!

Mário Castro

Convém ler!

A redução das duas horas de trabalho entrou em vigor. A maior parte dos empresários respeitou a lei. Simplesmente alguns patrões não estão interessados em acatar uma lei que vem com meio século de atraso e só querem dar 90 minutos, uma hora e meia, e ainda ameaçam. Geralmente, estes patrões não estão em dificuldades económicas simplesmente se relacionam com os seus empregados como senhor e escravos. Tenham vergonha os que assim procedem, que duas horas ainda não é nada. Devia-se ir já para as 40 e pronto. Como é que podemos fazer parte da Europa com mentalidades assim? Senhores da Inspecção de Trabalho; Senhora Ministra, façam favor de actuar que o vale do Ave merece consideração e seus trabalhadores respeito. Por isto tudo, todo o cuidado é pouco. Cuidado, que em algumas empresas correm papéis de 25 linhas para lorpa assinar! Sabemos bem quando as coisas estão legais: não é necessário assinar. Ou será? No entanto, convém ler o que se assina. Escrevemos para o Jornal de Vizela porque sabemos ser um jornal sério e incomodativo para qualquer político. Sendo assim, acreditamos ser lido pelos Ministérios.

Abel Ribeiro Fernandes, Amélia Cunha Silva, João de Castro Ribeiro - Operários têxteis - Guimarães (Do «Notícias de Vizela»)

Um paraíso...

A edilidade de Viseu deliberou proceder à publicação de uns estudos encomendados a uma agência japonesa, sobre as potencialidades do concelho. O caso é de ficar com os olhos em bico. Julgo que se acreditou piamente na eficácia dos japoneses em descobrir valências que têm escapado aos próprios naturais, certamente ramelosos não só dos olhos. (...) Sugeriram um megaparque de diversões, como forma de atrair gentes, incrementar o terciário e relançar a região. O poder local embandeirou em arco e vai agora «sensibilizar» os responsáveis «centrais». Parece, assim, ser preciso vir de fora, não já quem nos descubra, mas quem nos guie: o País torna-se um paraíso para moços-de-cego.

(Luís Maria Graça, in «O Templário»)

Formas toscas e insólitas

Formas toscas e insólitas... A meio do rés andar Toda a trampa se dilui Foi o puto talvez o velho Que pintou tais paredes Paredes de espaço reservado A todos os cagões sem pompa Foi o filho do burguês Punk da noite neo-nazi De spray negro e demagogia Enjoa odor sexo rápido Quero limpeza!!! Quero destreza!!! Você tem a péssima mania De querer criticar os outros Só porque o lugar é comum Mercado Comum Um gesto ironizado. Eu não sou nada Em tanto cronismo Apenas estou farto De tanto cinismo Quero limpeza!!! Quero destreza!!! Só me resta o final Puxem o autoclismo!!!

Domingos (In «Janela», jornal do estabelecimento prisional de Bragança)

A guitarra

Eram 13 e 45 daquela tarde e a reportagem da TVI falava do Centro Cultural de Belém. Reparei então que ao fundo, num televisor que transmitia em circuito fechado, estava a imagem de Carlos Paredes a tocar a sua guitarra sempre comovida e fraterna. Era a organização a passar um CD de Paredes naquele momento de pausa: o poder lembrara-se dele para aquilo. E eu pensei: «Ainda bem que ele não sabe!»

Correia da Fonseca (In «Diário do Alentejo»)



AGENDA



Fuga de Peniche 37.º Aniversário

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Peniche do PCP realiza-se no próximo sábado, dia 4, uma sessão evocativa da Fuga de Peniche, que há trinta e sete anos devolveu à liberdade alguns dos camaradas - entre os quais Álvaro Cunhal - então encarcerados na Fortaleza.

A sessão terá a participação de um dos evadidos, Joaquim Gomes, e tem lugar no Salão Nobre do Museu da Fortaleza a partir das 16 horas.

CDU Vialonga

A Comissão Coordenadora de Vialonga da CDU organiza uma visita da Coligação à freguesia, no próximo sábado, com início no Largo da Igreja, às 14 horas. Às 18 horas, no CT do PCP, realiza-se uma conferência de imprensa, seguindo-se um convívio de activistas.

Comece o ano com bons livros

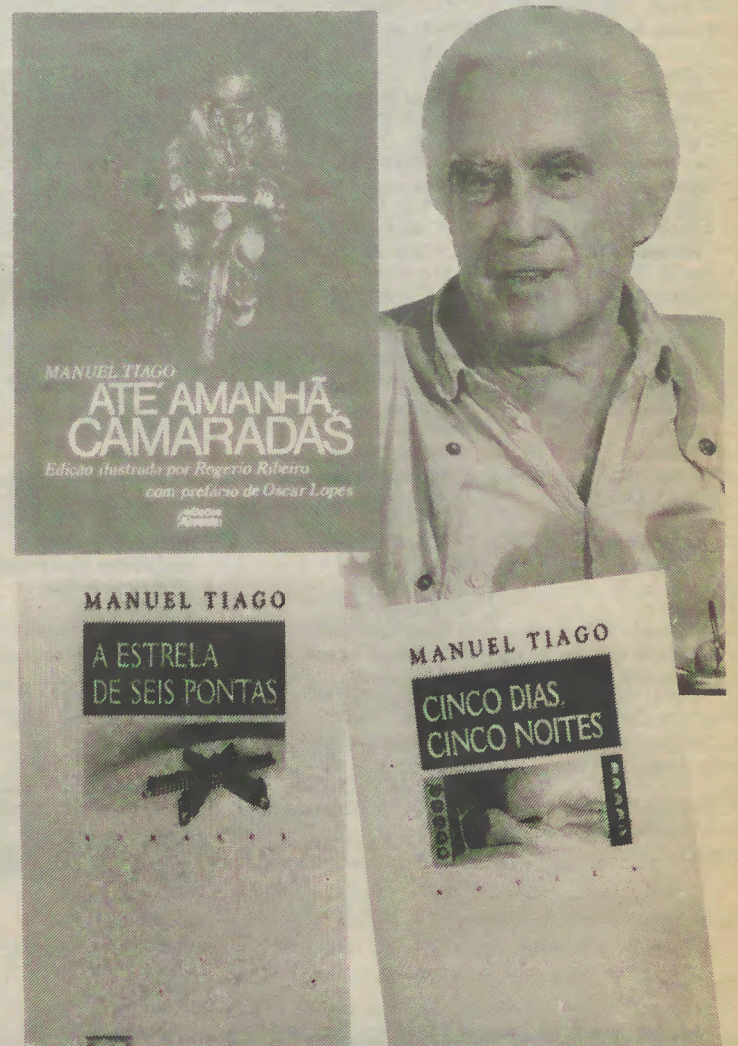
Cadernos da história do PCP



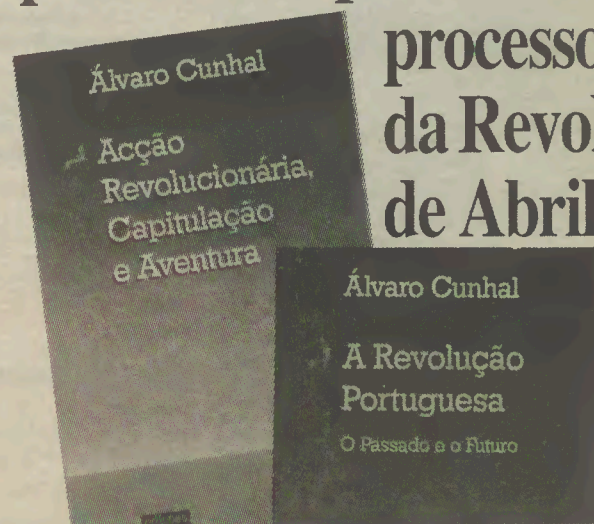
A poesia de Ary



Obras de Manuel Tiago pseudónimo de Álvaro Cunhal



Duas obras fundamentais para a compreensão do processo da Revolução de Abril



TELEVISÃO

Quinta, 2

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.35 Praça da Alegria
15.00 Seleção RTP
15.40 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Real
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
22.10 Tudo às Escuras
22.50 Polícias
24.00 24 Horas
00.30 RTP/Financial Times
00.50 Pede a Lua
(de Giuseppe Piccioni (It.1991) com Margherita Buy, Giulio Scarpati, Roberto Citran, Stefano Abbati. Comédia Romântica.)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.50 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.35 O Agente Secreto
20.30 Absolutamente Fabulosas
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Um Dia nas Corridas
(de Sam Wood (EUA/1937) com Groucho, Harpo e Chico Marx, Margaret Dumont, Siegfried Rumann. Ver Destaque)
00.45 A Sombra da Lei

SIC

09.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Cláudia Schiffer
15.30 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.45 O Rei do Gado
22.00 Casos de Polícia
23.00 Prémios de Moda VHI 1996
00.35 Último Jornal
00.55 Ballet de Monte Carlo
01.55 Vibrações

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.15 Lar Louco Lar
21.45 Ficheiros Secretos
23.30 TVI Jornal
24.00 Alfred Hitchcock Apresenta...
00.40 Os Olhos da Noite
(de Robert Clouse (EUA/1983) com Sam Groom, Sara Botsford, Scatman Crothers, Lisa Langlois. Acção)

Sexta, 3

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.30 Olho Clínico
15.10 Praça da Alegria
15.40 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País Pais
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
21.25 Futebol: Porto-Guimarães
23.45 24 Horas
00.15 RTP/Financial Times
00.30 Testemunha em Perigo
(de Jean Bodon (EUA/1992) com Meg Foster, Frederic Forrest, Bever-Leigh Banfield. «Thriller» Policia)

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.30 Notícias 2
19.35 O Agente Secreto
20.30 A Bela farda Azul
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.50 Um Dia no Circo
(de Edward Buzzell (EUA/1939) com Groucho, Chico e Harpo Marx, Kenny Baker, Florence Rice. Ver Destaque)
00.25 A Sombra da Lei

SIC

09.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Elle Mcpherson
15.30 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.25 Malucos do Riso
22.15 Agora ou Nunca
23.20 Os Donos da Bola
01.30 Último Jornal
01.45 Playboy

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
15.00 SOS Urgências
15.50 Adultos à Força
16.45 Animação
18.20 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.15 Lar Louco Lar
21.45 Ficheiros Secretos
23.30 TVI Jornal
24.00 Alfred Hitchcock Apresenta...
00.40 Os Olhos da Noite
(de Robert Clouse (EUA/1983) com Sam Groom, Sara Botsford, Scatman Crothers, Lisa Langlois. Acção)

Sábado, 4

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.30 Cybermaster
12.05 Cuidados com o Cão
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.35 Beverly Hills 90210
15.30 Jornal Jovem
16.15 Magazine
16.45 Surf Ninjas
(de Neal Israel (EUA/1993) com Ernie Keys, Leslie Nielsen, Nicolas Cowan, Rob Schneider, John Karlen. Artes Marciais)
18.25 Super Bébés
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.45 Os Imparáveis
21.25 Futebol: Leça-Benfica
23.45 Serviço de Urgência
00.55 24 Horas
01.15 Confronto de Rivais
(de Christopher Coppola (EUA/1993) com Michael Biehn, James Coburn, Nicolas Cage, Sarah Trigger, Peter Fonda, Charlie Sheen. Ver Destaque)
03.00 O Sexo Oposto
(de Matthew Meshekoff (EUA/1992) com Arye Gross, Courtney Cox, Kevin Pollak, Julie Brown. Comédia)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Vida por Vida
12.10 A Ver Vamos
12.40 A Caça
13.05 Spray
13.35 Mesa à Portuguesa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.00 Sinais do Tempo - «Brasil»
18.55 Onda Curta: «Sem Saida»
(de Vitor Silva (Port.1990) com José Eduardo Santos, José Mora Ramos, Bento Martins, Eduardo Cunha, Elsa Camilo. Drama)
19.05 Spray
19.25 Dinheiro Não Dorme
20.00 Foyer - «Hollywood Kids»
21.00 Semana ao Sábado
22.00 O Lugar da História
22.25 O Sal da Terra
(de Herbert Biberman (EUA/1953) com Rosaura Revueltas, David Wolfe, Melvin Williams, Will Geer. Ver Destaque)
00.35 Jalna

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Tostões e Millhões
14.10 Passo a Passo
14.50 Malhação
16.00 Raven
17.00 Bemvindo ao Inferno
(de Yossi Wein (EUA/1994) com Frank Zagarino, Billy Drago, Jennifer Miller. Aventuras)
19.00 Marina, Dona Revista
20.00 Jornal da Noite
21.00 Clube VIP
21.30 O Fim do Mundo
22.30 Pensão Estrela
23.00 Big Show Sic
01.45 Último Jornal
02.05 A Luz Vem do Alto
(de Henrique Campos (Port.1959) com Maria Dulce, Roberto Camardiel, Fernando Curado Ribeiro, Mário Pereira. Drama)

TVI

09.30 Animação
11.30 Novos Ventos
12.00 Notícias
12.40 O Mundo Natural de Mitsuaki Iwago
13.40 Contra-Ataque
15.00 As Amazonas do Templo de Ouro
(de Matt Cimber (EUA/Esp.1994) com Laurene Landon, Ken Roberson, Aldo Sambrelli. Drama / Aventuras)
17.00 Top of The Pops
18.00 Cybernet
18.35 Os Mistérios de Bill Cosby
19.45 Telejornal
20.30 A Balada de Hill Street
22.30 Competente e Descarada
23.30 América, América
(de Elia Kazan (EUA/1963) com Stathis Giallelis, Frank Wolf, Harris Davis, Elena Karam, Paul Mann, Linda Marsh. Ver Destaque)
01.25 Notícias
01.40 Longa-Metragem

«Uma Família às Direitas» nem por ser velho perde a graça...

Domingo, 5

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.50 Sem Limites
12.25 Repórteres da Terra
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Made in Portugal
14.40 Alta Voltagem
15.15 86-60-86
16.00 100% Natural
16.40 Avós e Netos
17.45 Caixa Mágica
18.30 Casa Cheia
19.15 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
22.15 A Mulher do Sr. Ministro
22.55 Domingo Desportivo
01.15 24 Horas

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Horizontes
12.15 Máquinas
12.45 Os 100 Melhores Vídeos
13.15 Desporto 2
17.50 A Meniona da Rádio
(de Arthur Duarte (Port.1944) com António Silva, Maria Eugénia, Ribeirinho, Óscar de Lemos, Curado Ribeiro. Comédia / Musical)
19.40 Bom Bordo
20.10 Artes e Letras - «William Faulkner»
21.05 Diário Rural de Uma Senhora
22.15 Horizontes da Memória
22.45 Bailado: «Joe»
23.40 Vidas do Século: «Hitler»
00.40 Notas de Música

SIC

08.30 Buêrére
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Internacional SIC
14.10 Assuntos de Família
14.40 Malhação
15.30 Balada de Nova Iorque
16.20 Os Imortais
17.10 Uma Tremenda Confusão
(de Blake Edwards (EUA/1986) com Ted Danson, Paul Sorvino, Maria Conchita Alonso. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.10 O Fim do Mundo
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Corações de Aço
(de Brian De Palma (EUA/1989) com Michael J. Fox, Sean Penn, Don Harvey, John C. Riley. Ver Destaque)
01.15 Último Jornal
01.35 O Ressuscitado
02.35 Portugal Radical

TVI

09.30 Animação
11.00 Angelus
11.15 Missa
12.30 O 8º Dia
13.00 Notícias
13.30 Portugal Português
14.30 A Odisseia Submarina
15.30 Desafios
16.00 Ele e Ela
(de John Llewellyn Moxey (EUA/1988) com Donna Mills, Andrew Clarke, John Meillon, Collette Mann. Tefilme)
18.00 I West Waikiki
19.00 O Detective das Mil Caras
20.00 Telejornal
20.45 Sim, Senhor Ministro
21.30 Profiler
22.25 O Último Dia
22.40 Você Tem Sex Appeal?
(de Dale Launer (EUA/1992) com Tate Donovan, Sandra Bullock, Dale Midkiff, Ann Bancroft. Comédia)

Hollywood, uma máquina de triturar crianças: uma história macabra que «Foyer» (ao domingo) tem vindo a contar

Segunda, 6

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Praça da Alegria
15.10 Seleção RTP
16.05 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.15 País Pais
20.00 Telejornal
20.45 Vidas de Sal
22.20 Alien, o Oitavo Passageiro
(de Ridley Scott (EUA/1979) com Tom Skerritt, Sigourney Weaver, Veronica Cartright, Harry Dean Stanton, John Hurt, Ian Holm. Ver Destaque)
00.20 24 Horas
00.50 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.45 Infantil
19.05 Nas Nossas Mãos
19.40 O Agente Secreto
20.30 Murphy Brown
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 O Inimigo Público
(de Woody Allen (EUA/1969) com Woody Allen, Janet Margolin, Marcel Hillaire, Jacquelyn Hyde, Lonny Chapman, Jan Merlin. Ver Destaque)
00.05 Falatório

SIC

09.15 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Donos da Bola
15.30 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ponto de Encontro
22.55 Um Segundo para Viver
(de Tony Maylam (EUA/1992) com Rutger Hauer, Kim Cattrall, Neil Duncan, Michael J. Pollard. Ficção Científica)
00.55 Último Jornal
01.30 Conversas Secretas

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Adultos à Força
16.45 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Em Resumo (Desporto)
21.55 VR5, Realidade Virtual
22.50 PSI Factor
23.40 TVI Jornal
00.10 Alfred Hitchcock Apresenta...

Terça, 7

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
11.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.45 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.15 O Campeão
19.00 País Pais
20.00 Telejornal
20.50 Mensagem de Ano Novo
21.00 Vidas de Sal
21.55 Nós, os Ricos
22.40 De Par em Par
23.10 Maria Elisa
00.50 24 Horas
01.20 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
17.00 Infantil
19.00 Rotações
19.35 O Agente Secreto
20.30 Cybill
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 A Rosa Púrpura do Cairo
(de Woody Allen (EUA/1985) com Mia Farrow, Jeff Daniels, Danny Aiello, Dianne Wiest, Van Johnson. Ver Destaque)
00.55 Falatório

SIC

10.10 Buêrére
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos do Jogo
14.40 Conversas Secretas
15.30 Buêrére
17.50 Portugal Radical
18.00 De Corpo e Alma
19.00 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
21.55 Ai os Homens!
23.15 Esta Semana
00.25 Último Jornal
01.00 Escrita em Dia

TVI

12.00 Animação
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Adultos à Força
16.45 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.30 Xica da Silva
21.15 Pontos nos ii
22.00 Má Sorte... Ter Sorte
(de George Gallo (EUA/1991) com Danny Aiello, Anthony LaPaglia, Lainie Kazan, Robert Forster. Ver Destaque)
00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...

Quarta, 8

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Infantil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Em Jogo
14.00 Malha de Intrigas
14.45 Seleção RTP
15.45 Espaço Juvenil
17.00 Notícias
17.15 Canal Aberto
18.10 O Campeão
19.00 País, País
19.40 Tómbola
20.00 Telejornal
20.45 Lições do Tómbola
21.25 Vidas de Sal
22.35 Ilusões
23.35 Crime Violento
00.40 24 Horas
00.55 RTP/Financial Times

RTP 2

16.00 Informação Gestual
16.40 Euronews
17.15 Infantil
19.35 O Agente Secreto
20.30 Os Simpsons
21.00 Acontece
21.30 RTP/Financial Times
22.00 Jornal 2
22.50 Crimes e Escapadelas
(de Woody Allen (EUA/1989) com Woody Allen, Anjelica Huston, Mia Farrow, Martin Landau, Alan Alda, Claire Bloom. Ver Destaque)
00.30 Os Abba em Concerto

SIC

10.10 Buêrére
11.50 As Receitas do Dia
12.15 Vira Lata
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.10 Os Donos do Jogo
14.40 Escrita em Dia
15.40 Buêrére
18.00 De Corpo e Alma
18.50 Anjo de Mim
20.00 Jornal da Noite
20.55 O Rei do Gado
22.00 Surprise Show
23.30 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
01.15 Toda a Verdadeb

TVI

10.00 Animação
11.00 Missa
13.30 TVI Jornal
14.00 Laços de Amor
14.50 Quase Modelo, Quase Detective
15.45 Adultos à Força
16.45 Animação
18.00 Rua Jump, 21
19.00 7 Ponto 15
19.30 TVI Jornal
20.15 Xica da Silva
21.10 Frasier
21.45 O Monte dos Vendavais
(Filme de Peter Kosminski (EUA/1994) com Juliette Binoche, Ralph Fiennes. Drama)
00.25 Alfred Hitchcock Apresenta...

E viva a TV' 97!



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Um Dia nas Corridas (Quinta, 22.50, RTP2)

Se os mais saudosos cinéfilos poderão já ter ficado, afinal, de certo modo surpreendidos com a relativa falta de capacidade de resistência à passagem do tempo de que deu mostras *Uma Noite na Ópera* - ontem transmitido neste mesmo ciclo dedicado aos **Irmãos Marx** pela RTP 2 - é de recear que, face a este *Um Dia nas Corridas*, algo de semelhante possa vir a passar-se. Seguindo o mesmo tipo de receita daquele, este filme tem por base um argumento que, com alguns desvios de pormenor e situação, no fundo se insere na mesma linha: neste caso, os três comediantes metem-se na pele de um trio de personagens que vai tentar ajudar a bela e jovem proprietária de uma clínica de luxo a ultrapassar conjunturais dificuldades económicas. E se é verdade que, ao nível dos *gags* e da comicidade absurda de algumas situações, o talento e a originalidade do trio não sofre beliscadura de maior, é ao nível dos trocadilhos dos diálogos (precisamente um dos factores de maior engenho que nos ficara na memória) que provavelmente o envelhecimento e a previsibilidade dos processos agora mais se possa notar. De qualquer modo, um filme a não perder, com coisas memoráveis como as cenas de **Chico** a vender apostas para as corridas ou as cenas de sedução de **Groucho** ou, ainda, o impagável papel de *jockey* desempenhado por **Harpo**.

Um Dia no Circo (Sexta, 22.50, RTP2)

É o último filme do ciclo sobre os **Irmãos Marx**, em que estes desta vez prestam ajuda aos proprietários de uma companhia de circo em risco de falência. Alguns furos abaixo dos dois melhores clássicos esta semana transmitidos pela RTP - *Um Noite na Ópera* e *Um Dia nas Corridas* - este tem a recomendá-lo, entretanto, alguns momentos de grande hilariedade, como o de **Groucho Marx** na pele de um advogado a cantar *Lídia, a Mulher Tatuada* ou o do vôo no trapézio em companhia do gorila. Uma farsa.

América, América

(Sábado, 22.00, TVI)

Inspirado pela própria experiência da sua família, este clássico apaixonante de **Elia Kazan** conta-nos a saga de um jovem grego e das perseguições que sofreu por parte dos turcos até partir em demanda da «terra de todas as oportunidades» - a América. Embora a distribuição dos intérpretes seja desastrosa - em particular no que toca a personagem principal - é fora de dúvida que o filme nos esmaga por vezes pela beleza das imagens e pelo carácter épico de algumas sequências, como é a autenticidade das cenas de massas. Para além da cenografia de **Gene Calahan**, que obteve um Óscar da especialidade, são de destacar duas grandes interpretações de dois secundários: **Paul Mann** e **Linda Marsh**.

Sal da Terra (Sábado, 22.45, RTP2)

Em 1951, numa mina de zinco do Novo México, estala uma greve de protesto contra o desprezo pelos proprietários das mais elementares regras de segurança (que causara uma explosão e a morte de vários mineiros) e contra a discriminação racista entre operários de origem mexicana e de origem anglo-saxónica. Por todos os meios (ameaças, despedimentos, prisão e utilização de fura-greves) os patrões e as forças da ordem ao seu serviço tentam quebrar a solidariedade entre os trabalhadores, mas a capacidade de resistência e consciência de classe destes acaba por fazer valer os seus direitos. *Sal da Terra* é hoje um filme de culto, naturalmente datado no envenhecimento dos seus processos cinematográficos mas extremamente importante e corajoso como exemplo de um cinema social que nunca virou a cara na denúncia das injustiças e da exploração. Diga-se, de passagem, que a maior parte dos técnicos que o realizaram, filmaram e montaram - designadamente **Herbert Biberman** e **Michael Wilson** - foram perseguidos como comunistas e impedidos de prosseguir a sua profissão, fazendo



A tripulação da nave «Nostromo» no filme «Allen - O Oitavo Passageiro», de Ridley Scott



Groucho Marx e Esther Muir em «Um Dia nas Corridas»



Um fotograma de «Sal da Terra», de Herbert Biberman



Uma cena de «Corações de Aço», de Brian De Palma

parte das famigeradas listas da Comissão de Actividades Anti-Americanas durante a tenebrosa época da «caça às bruxas» do «macarthismo». Uma curiosidade a não perder.

Confronto de Rivais (Sábado, 01.15, RTP1)

O destaque só aqui está para que se aprecie o que sobre ele diz o Boletim de Programas da RTP: «dirigido por Christopher Coppola, sobrinho de Francis Ford, este thriller de atmosferas modernas, mas ao mesmo tempo de múltiplas referências, nomeadamente de sabor *spilanesco*, é um filme sinuoso, envolvente e desconcertante de forte confluência familiar já que conta no elenco com vários membros da família Coppola, como Nicolas Cage, irmão do realizador, Talia Shire, irmão de Francis Ford, e ainda Marc Coppola, para além de Michael Biehn, James Coburn, Peter Fonda e Charlie Sheen.» Que tal? Deve ser de arromba!

Corações de Aço (Domingo, 23.10, SIC)

Um dos filmes mais violentos jamais feitos, com argumento baseado num caso real verificado em uma das mais violentas guerras de que há memória - a do Vietname. Trata-se do caso da violação colectiva de uma vietnamita por um grupo de soldados norte-americanos, um crime terrível que marca profundamente um jovem soldado que a ele assiste e que procura, por todos os meios, ver punido em tribunal. Um filme de um **Brian de Palma** diferente de si próprio (para muito melhor, ou seja, afastando-se dos *pastiches* de obras de outros realizadores que sempre procurou imitar, como **Hitchcock**) e que, pela natureza do tema, foi muito mal «engolido» pela crítica e pelos espectadores americanos. O elenco é de luxo (ver *Ficha Técnica*), embora a escolha de **Michael J. Fox** se tenha revelado completamente desajustada.

Alien - O Oitavo Passageiro

(Segunda, 22.20, RTP1)

Vogando entre a ficção científica e o terror, este filme, verdadeiramente assustador,

marcou uma época na história destes dois géneros. No círculo fechado da «*Nostromo*», uma nave-cargueiro espacial de regresso à Terra, um ser monstruoso que invade a partir de um outro veículo espacial abandonado, elimina, um a um, os membros da tripulação - cinco homens e duas mulheres - dos quais apenas um, a **Tenente Ripley**, consegue escapar na companhia de um gato... Excelentemente realizado pelo excelente artesão do cinema-espectáculo que é **Ridley Scott**, os cenários e os «efeitos especiais» têm altíssima nota, mas sem dúvida que - egoístas e certamente ingratos para os que não tiveram tal sorte - todos nos congratulamos por ter sido a fabulosa **Sigourney Weaver** a astronauta a escapar a tanto horror e mortandade. Ou não fossem previsíveis as inevitáveis sequelas...

O Inimigo Público (Segunda, 22.50, RTP2)

Nascido num bairro miserável, **Virgil** entrega-se à delinquência. Feito prisioneiro, tenta evadir-se e depois é libertado por se ter oferecido como cobaia para uma experiência. Depois, já casado, tenta um novo golpe que falha e entra num ciclo vicioso: prisão, evasão e nova queda na delinquência... Primeira obra dirigida por **Woody Allen** - e, por isso, algo desigual no seu conjunto - o filme não deixa de ser uma paródia de *gags* e de piadas hilariantes, embora no fundo ele represente uma sincera homenagem ao «cinema social» clássico norte-americano.

Má Sorte, Ter Sorte (Terça, 22.00, TVI)

Esta é uma *comédia dramática* bem inserida nos meios italo-americanos novaiorquinos, em que um jovem acaba de ganhar uma fortuna na lotaria e nem por isso se sente feliz, ao mesmo tempo que lhe acontecem os maiores azares. Um festival de representação de **Antony LaPaglia** e **Danny Aiello**, nos papeis de filho e pai.

A Rosa Púrpura do Cairo (Terça, 22.50, RTP2)

Uma jovem mulher - cuja existência, alternando entre a vida em comum com um marido dominador e o quotidiano de um emprego entediante, é tão vazia quanto as esperanças frustradas da época de Depressão, que tudo e todos abala e intensamente envolve o filme - encontra o refúgio para os seus ilusórios sonhos na impossível paixão que nutre pelo «herói» principal de um filme que ela consecutivamente vê na sala escura de um cinema de bairro. E eis que o sonho se torna realidade. Eis que, um belo dia, o seu «cavaleiro andante», finalmente incapaz de escapar ao intenso olhar daquela solitária espectadora, nela repara também e sai da tela para ir cair nos seus braços... Simplesmente, do «herói», só resta a ilusão: aquele rosto e aquele corpo são, afinal, os de um «intérprete» que, na vida real, diz e pensa coisas desajeitadas e desajustadas à expectativa de **Cecilia**... Como se vê, esta história é, sem dúvida, um dos mais espantosos «achados» de **Woody Allen**. E não se sabe que mais admirar no filme que lhe dá corpo: se o supremo amor do realizador pelo cinema, o que, entretanto, não o impede de estigmatizar essa «fábrica de ilusões» que ele mesmo é - uma aparente contradição que o cineasta, de forma consequente, assume; se esse verdadeiro golpe de génio que é fazer contrastar o mundo da fantasia e da aventura (representado a *preto-e-branco*, na tela) com o mundo vazio de esperança e substância (mas representado a *cores!*, na vida real); se a espantosa e progressiva desilusão da nossa apagada mas emocionante heroína das agruras diárias, perante a «realidade» insípida (e, dir-se-ia, *continuadamente imaterial*) desse ser vindo do celulóide e tornado um «corpo estranho» que afinal é impossível amar - levando-a a optar pelo regresso à resignada realidade de todos os dias. Sem esquecer as interpretações de **Mia Farrow** e, sobretudo, de **Jeff Daniels**, não podemos, em nenhum momento, deixar de continuarmos a espantar-nos perante a prodigiosa maestria com que **Woody Allen** encena e domina dois dispositivos diferentes de uma mesma arte ficcional - a do fabuloso *pastiche* do clássico filme B de aventuras (que **Cecilia** e nós vemos na tela) e esse outro lado realista da ficção que aquele «mundo de fantasia» inesperadamente invade... Um filme já bastas vezes passado nas televisões mas que é indispensável gravar para voltar ainda e sempre a descobrir, fotograma a fotograma.

Crimes e Escapadelas (Quarta, 22.50, RTP2)

Eis dois destinos que acabam por encontrar-se: de um lado, um proeminente oftalmologista (**Martin Landau**) que se acomoda perfeitamente ao facto de ter matado e do outro, um pobre e pacato documentarista que se queixa da sua má sorte. Depois de um período longo de grande introspecção nos seus filmes, **Woody Allen** regressa aqui ao tom da comédia dramática, não perdendo nenhum dos seus tiques e qualidades e erguendo uma das suas obras mais ambiciosas e discutidas. A não perder.

TELEVISÃO

Natal na televisão

■ Francisco Costa

«**O** facto de os "Proms" terem continuado a florescer e crescer até ao presente estatuto internacional deve-se ao papel da BBC, cujas promoções entusiásticas destes concertos proclamam o seu empenhamento numa excelência artística que é um dos factores mais importantes para manter a sua proeminência no mundo da televisão mundial. Que assim continue por muito tempo.»

Estas palavras, proferidas com emoção e até acentuado reconhecimento pelo maestro inglês Andrew Davis - se pensarmos nas ameaças que pesaram e continuam a pesar sobre o serviço público britânico de televisão durante os consulados de Thatcher e Major -, puderam ser ouvidas pelas cerca de 5500 pessoas que enchiam a abarrotar o Royal Albert Hall e pelas mais de 25 000 que, ao ar livre, povoavam o amplo Hyde Park em Londres e seguiam o evento através de dois écrans gigantes. E foram ouvidas também por mim e por alguns (certamente poucos) milhares de espectadores de televisão portugueses que tiveram a fortuna de estar a ver a RTP 2 no dia de Natal à hora de almoço - apesar de se tratar de hora desaconselhável para tal transmissão dada a mais que provável concentração de atenções nos repastos em família tão especialmente calorosos e concorridos nesta data festiva. Mas não representou qualquer sacrifício que o dever de ofício me tenha levado a estar atento à transmissão, naquele canal português, da gravação integral da «Noite de Encerramento» da série de «Concertos Promenade» que, durante dois meses, tradicionalmente anima a intensa actividade cultural do Verão londrino e uma das suas mais prestigiadas salas: o Royal Albert Hall.

O seu a seu dono

E o facto é que não estive apenas atento mas também fiquei particularmente reconhecido à RTP por esta não ter persistido, desta vez, na ignorância de um acontecimento cultural tão importante, como fizera há tempos a propósito do seu concerto inaugural, com a «Criação» de Haydn, omissão que aqui na altura frontalmente critiquei a propósito da transmissão a que pudera assistir dias antes através da «BBC Prime» (via TV Cabo). Daí, esta justa e indispensável referência elogiosa em relação ao sentido de oportunidade agora revelado pelos programadores da estação e que gostaria de tornar extensiva a outras duas promissoras emissões: a dramatização do conto «Feliz Natal Mariana», uma produção e realização da RTP-Açores, certamente rodeada das preocupações de qualidade que são timbre das emissões provenientes daquele centro regional de produção e uma outra notável transmissão realizada nessa mesma noite (melhor dizendo, madrugada) do bailado «A Bela Adormecida» de Tchaikowski pelo Ballet Kirov de Leninegrado, gravada pela Radiotelevisão Canadiana durante uma digressão da reputada companhia por aquele país em 1989. Isto se, no primeiro caso, tivesse podido ver mais do que os últimos minutos (dado que o horário praticado não coincidiu com o publicitado na imprensa) e se, no segundo caso, a emissão não tivesse ido para o ar no horário inconcebível da meia-noite e meia, terminando às duas e trinta da manhã! Não há dúvida que, mesmo no melhor pano, é sempre possível continuarem a cair as inevitáveis nódoas...

Voltando ao que aqui me traz em primeiro lugar, o facto é que nunca ficamos indiferentes ou deixamos de vibrar intensamente com a transmissão dos «Promenade» - uma tradicional série de concertos criada há já 101 anos por Henry Wood. E foi desta vez verdadeiramente maravilhoso e único, para além do fabuloso Mozart da primeira parte, poder ainda ouvir as sopranos Felicity Lott e Ann Murray cantaram superiormente o «Duetto das Flores», da «Madame Butterfly» de Puccini ou a «Barcarola» de «Os Contos de Hoffman» de Offenbach, como foi irresistível sor-

rir com a malícia e sensualidade postas pela primeira solista na canção «J'aime les militaires» (de «A Grã-Duquesa de Gerolstein», do mesmo compositor) ou mesmo rir com o irónico e hilariante desem-

penho das duas cantoras no célebre e cómico «Duetto das Gatas» atribuído a Puccini. Isto para não falar da competência do público a acompanhar a «Marcha de Pompa e Circunstância» de Elgar ou da sua afinação em clássicos como «Land of Hope and Glory» ou «Rule Britannia».

Comparações insustentáveis

Mas a referida transmissão do Concerto Promenade não foi apenas importante por mais uma vez termos podido aderir a uma tão especial atmosfera vivida num acto público de criação, fruição e promoção da cultura e no respeito pelo próprio lema de Henry Wood, o seu fundador: «música para o povo, a preços que o povo possa pagar». É que, segundo as próprias referências do maestro Andrew Davis

das à cultura e às artes para a transmissão de acontecimentos locais verdadeiramente significativos - que os há, às dezenas e dezenas, durante todo o ano? Que verdadeiro espelho da multifacetada, rica e viva cultura portuguesa é, hoje em dia, a RTP? Será que, sem prejuízo das verificáveis pouquíssimas excepções que sempre existem em todas as regras, pode em rigor afirmar-se que a RTP tem feito os esforços necessários (e inerentes ao serviço público) para divulgar cá dentro e promover lá fora, em programas por si produzidos ou transmitidos, os nossos compositores, escritores, autores e intérpretes? Ou será que o orgulho tão frequentemente sublinhado - agora por Jorge Coelho, como anteriormente por Marques Mendes - em relação ao papel insubstituível da RTP-Internacional na divulgação universal da nossa língua tem alguma correspondência com o mero arremedo de dignificação da nossa cultura que afinal constitui a generalidade da sua pobríssima programação?

Fugir a sete pés...

Por isso vos confesso que, este ano, me escapei para outros lados e me livre de ter de aturar «As Lições do Tonecas», o «Bravo, Bravíssimo», o «Cantigas da Rua»,

o «Tudo às Escuras», o «Agora ou Nunca» ou outras mistelas do género. Por isso visitei de vez em quando a TV Cabo, onde mesmo dando de barato que nem vale a pena espreitar 70% do que por lá existe, ainda é possível escolher, entre alguns canais de bom nível, alternativas como o TNT ou o Hollywood, para filmes sem intervalos nem publicidade (!), a NBC e a BBC World para algumas séries documentais ou jornalismo de investigação, certos programas de entretenimento e cultura da TV 5 e, sobretudo, o canal franco-alemão Arte ou a inglesa BBC Prime.

E foi assim que, nestes dias, nos intervalos das excelentes e belas coisas tresmalhadamente transmitidas pela RTP 2 - como a

actual série do «Artes e Letras» dedicada a grandes nomes da pintura - me regalei a ver no Arte, por exemplo, uma fabulosa encenação de Frank Dunlop para o «O Elixir de Amor», de Donizetti, pela companhia da Ópera Nacional de Lyon, com solistas de alta craveira como Roberto Alagna (Nemorino), Angela Gheorghiu (Adina), Simone Alaimo (Dulcamara) ou Roberto Scaltrini (Belcore), realizada pelo reputado especialista Brian Large numa produção da ZDF em televisão de alta definição e subsidiada pelo programa de apoio da União Europeia às futuras normas de transmissão em 16:9 (e em cujo genérico figurava, aliás, a RTP na co-produção!); ou o episódio da série «Time and Again», da cadeia norte-americana NBC, desta vez dedicada à emissão da versão restaurada de um notável documentário produzido e transmitido originalmente em 1961 sobre a vida de Van Gogh, elaborado em exclusivo a partir de uma montagem das imagens dos locais e trajectos ligados à sua trágica vida com as dos seus desenhos e quadros, tendo como narração os seus próprios escritos e cartas ao irmão Theodore admiravelmente ditos por Lee J. Cobb; ou me diverti até às lágrimas a rever as séries «Yes, Prime Minister», «Benny Hill» ou «Fawlty Towers» actualmente em transmissão integral na BBC Prime; ou assisti maravilhado ao «Concerto de Natal» dirigido por Ricardo Mutti a partir do Teatro alla Scala de Milão, numa realização televisiva de Liliana Cavani para a RAI Uno; ou descobri, mais uma vez na NBC, no sempre interessante talk-show inteligentemente conduzido por Selina Scott, que Jessie Norman tinha sido nos anos 60 activa militante dos «direitos cívicos» antes de se «refugiar» na Europa e aqui plenamente se revelar como uma das maiores divas da actualidade.

Assim, no Natal, tempo de paz e de concórdia, me consegui reconciliar com a televisão!



Embora por aqui a qualidade não abunde, as melhores alternativas valem mesmo a pena

nas tradicionais palavras sempre dirigidas ao público no final do concerto, esta última noite culminou uma série de 72 concertos (mais de metade esgotados) realizados em 8 semanas entre Julho e Setembro, com 240 mil bilhetes vendidos (a preços baratíssimos), 99 novas obras incluídas no reportório habitual dos Proms (das quais 23 primeiras audições), a participação de várias orquestras, grupos e solistas de renome internacionais e de quatro agrupamentos que trazem o prestigiado nome da BBC a si ligados, a saber: a Orquestra Sinfónica, os Coros (profissional e amador) e, no exterior, no espectáculo realizado no Hyde Park antes de ali começar a ser recebida a transmissão simultânea a partir do Royal Albert Hall, também a Orquestra de Concerto da mesma BBC.

O que nos leva a comparações e perguntas inevitáveis: porque é que, em 40 anos de existência, nunca a RTP teve uma orquestra e um coro? E, num outro plano, porque é que aconteceu o que aconteceu às orquestras da RTP? E, já agora - pensando nas justíssimas referências de Andrew Davis em relação ao papel da BBC na divulgação e promoção nacional e internacional da cultura, das artes e dos seus criadores e intérpretes -, com que frequência são realizadas pela RTP transmissões de acontecimentos culturais portugueses, nos campos do concerto ou da ópera, para audiências internacionais através da Eurovisão? Quantas vezes já vimos câmaras da RTP nas salas de instituições promotoras de concertos e espectáculos e nos vários festivais de todo o tipo realizados na extensa área da Grande Lisboa ou nas múltiplas realizações culturais que se realizam um pouco por todo o país, de Norte a Sul? Que acordos de co-produção ou que contrapartidas contratuais já foram, por exemplo, tentadas ou estabelecidas pela RTP com pelouros culturais de câmaras municipais ou outras instituições liga-

ESCAPARATE

EXPOSIÇÕES

Uma exposição de escultura

Ainda está a tempo de visitar na Galeria Municipal de Montemor-o-Novo (das 10.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00) uma exposição de várias peças da autoria da escultora Suzana Piteira. Esta exposição encerra amanhã e é subordinada ao título «Século Primeiro Depois de Beatriz».

«Aos Quadrinhos»

Sob este sugestivo título, continua patente ao público até finais de Janeiro uma exposição de obras de Raphael Bordallo Pinheiro, algumas delas inéditas. O local da exposição é a Bedoteca de Lisboa, no Palácio do Condatador Mor (R. Cidade do Lobito) e poderá saber o horário se telefonar para o número 853 66 76.



TEATRO

David Mamet no Porto

«Com a terceira peça do ciclo «Intercidades» damos entrada no novo ano. Não será caso de com Edmond declararmos vida nova, mas este toque de minimalismo nova-iorquino desesperado introduz uma tendência, se quisermos mais trágica, na programação.» Com estas palavras introduz Ricardo Pais, director do Teatro Nacional S. João, as suas considerações sobre a nova temporada de 97 daquela sala portuense. É de facto «Edmond», a peça do dramaturgo e cineasta norte-americano David Mamet e traduzida por António Feio, que se estreia na próxima 4.ª feira, 8, numa encenação de Adriano Luz, com cenários e figurinos de Nuno Carinhas, música de João Loio, movimento de Olga Roriz, iluminação de João Paulo Xavier e sonoplastia de Leonel Ferreira. Os intérpretes (por ordem de entrada em cena) serão: José Pedro Gomes, Ana Bustorf, Lia Gama, António Feio, Orlando Sérgio, Paulo Curado (saxofonista), Meirinho, Maria José Pascoal, Almeno Gonçalves e Miguel Guilherme. Recordamos que a peça já havia sido estreada em Lisboa em Novembro de 96 na Sala Garrett, integrada no projecto «Intercidades», numa co-produção entre o Teatro Nacional de S. João (Porto) e Teatro Nacional D. Maria II (Lisboa).



MÚSICA

Um acontecimento a não perder

Integrado na Temporada de Música e Dança 1996/1997 da Fundação Calouste Gulbenkian, realiza-se na terça-feira 7, pelas 19 horas, no Grande Auditório daquela Fundação, um primeiro concerto preenchido com obras das mais importantes do repertório da música de câmara de todos os tempos: os Quartetos de Cordas compostos por Ludwig van Beethoven, cuja audição integral assim se inicia e prosseguirá nos próximos meses. Neste primeiro concerto actuará o Quarteto Mosaïques e os Quartetos em repertório serão o Op. 16 n.º 5 em Lá Maior, o Op. 133 («Grande Fuga») em Si bemol Maior e o Op. 59 n.º 2 em Mi Menor.



Reabre o Centro Cultural de Belém

Depois do longo tempo em que se manteve inexpugnável para que a preparação e a reunião magna dos manda-chuvas da União Europeia pudessem decorrer em sossego - o que dá uma ideia da mentalidade submissa e periférica com que os nossos governantes continuam a assumir-se - volta a funcionar o Centro Cultural de Belém! Assim se justifica o destaque para as actividades que, logo no começo deste mês de Janeiro, ali vão decorrer. Começando pelas actividades com «entrada livre», todas a realizar-se no Bar Terraço entre as 19 e as 21 horas, teremos hoje a actuação da banda do guitarrista Heike Brockmann; amanhã tocará o quinteto do saxofonista britânico Paul Young, com um grupo de que fazem parte conhecidos músicos portugueses da área do jazz; na segunda-feira, 6, será a vez do Grupo Vocal Olisipo que dedica a sua actividade à música religiosa e profana dos séc. XVI e XVII; a 7 actuará o grupo Polítionia, constituído por músicos provenientes de várias áreas; e a 8 ouviremos o trio do violista brasileiro Marcelo Fortuna.

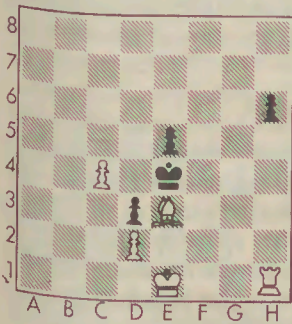
Passando ao Grande Auditório, o primeiro destaque vai para a actuação no sábado 4, pelas 21 e 30, de um dos grupos contemporâneos mais famosos na investigação e na prática da música antiga - «The King's Consort». Sob a direcção do maestro Robert King, o grupo interpretará a Suite de «Les Boréades», de Jean-Philippe Rameau (1683/1764), a Suite em Dó («Hamburger Ebb und Flut»), de Georg Philipp Telemann (1681/1767) e, finalmente, «A Música Aquática» («The Water Music»), de Georg Friedrich Handel. E este período termina com o primeiro espectáculo de uma série que neste mês de Janeiro vai homenagear em várias instalações culturais de Lisboa a figura do dramaturgo alemão Heiner Müller, director do Berliner Ensemble, um conjunto de manifestações em que estão envolvidos o Instituto Alemão, a Culturgest, a Galeria Diferença e o Centro Cultural de Belém. E o primeiro espectáculo em referência - «Müller no Hotel Hessischer Hof», a realizar em 6, 7 e 8 às 22 horas no Pequeno Auditório do CCB - será um concerto pelo grupo «Mão Morta» com temas compostos colectivamente ou por Miguel Pedro, António Rafael e Vasco Vaz sobre poemas de Heiner Müller e traduzidos por Adolfo Luxúria Canibal. A cenografia e os figurinos são de Ana Rita.



O maestro Robert King O dramaturgo Heiner Müller

XADREZ

DXCII - 2 DE JANEIRO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997X01 Por: Jacob Kling Kling: Chess Euclid, 1849 Pr.: [4]: Ps. d3, e5, h6-R64 Br.: [5]: Pç4, d2 - B63-Th1-R61



Mate em 5 [cinco] lances

SOLUÇÃO DO Nº DXCII
Nº 1997X01 [J.K.]: 1. 0-0!!*, 2. Rh2-, 3. Bg1-, 4. Tt2-, 5. Tt4#
* Provavelmente a 1.ª composição, tendo por chave o roque.
A. de M. M.

RÁDIO



Os Melhores de 96

Desde a emissão da próxima segunda-feira até à de sexta-feira seguinte, a rubrica «Cinco Minutos de Jazz» divulgará os seus «prémios» para várias categorias relativos ao ano de 96, a saber: a 6, o melhor jazz em concerto; a 7, o melhor jazz em reedição CD; a 8, o melhor jazz em CD português; a 9, o melhor jazz em CD estrangeiro; e, finalmente, a 10, o melhor músico de jazz português. Realizada e apresentada por José Duarte, «Cinco Minutos de Jazz» é a mais antiga rubrica da rádio portuguesa neste domínio e vai para o ar, de segunda a sexta, às 20.50 e 00.15, na Antena 1 da Rádio Difusão Portuguesa.

CINEMA

Obras de referência do cinema francês

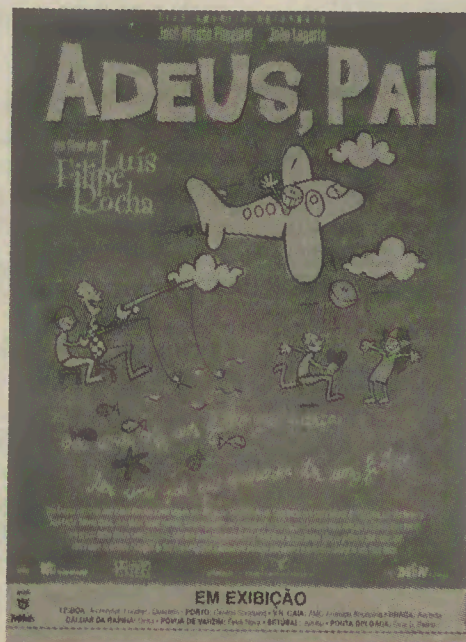
Depois da recente quadra festiva, é também tempo de o Instituto Franco-Português recomençar as suas actividades. Por exemplo, no campo do cinema, uma primeira chamada de atenção vai para a realização na sala da Av. Luís Bivar, 91 (em Lisboa), de um ciclo intitulado «La Frande Vue Par...» («A França Vista Por...») cuja ideia central é a de projectar um conjunto de dez títulos que, de algum modo, reflectem a evolução da sociedade francesa durante um século, tal como ela foi interpretada por grandes cineastas daquele país. Assim, ainda no último dia abrangido por esta recensão (4.ª feira, 8, às 19 horas) será projectado o filme «Les Vampires» (1915, preto e branco, mudo), de Louis Feuillade, com Édouard Matet, Marcel Levesque e Jean Ayme, que será comentado por François Amy de la Bretèque, do Instituto Jean Vigo de Perpignan, especialmente convidado para inaugurar o ciclo.

Regressa o cinema português

«Era uma vez um filho que queria ter um pai que quisesse ter um filho» é a frase de promoção de um novo filme português recentemente estreado e que continua em exibição um pouco por todo o país. Trata-se de «Adeus, Pai» e o seu realizador é Luís Filipe Rocha. Como actores principais, o destaque vai para o consagrado João Lagarto e o jovem estreante José Afonso Pimentel. A recepção crítica positiva tem sido ao que parece consensual. A confirmar.

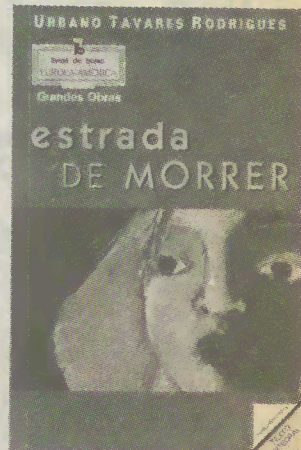


Um fotograma de «Les Vampires» de Louis Feuillade



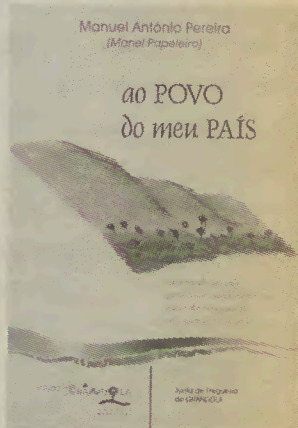
«Adeus, Pai», filme de Luís Filipe Rocha

LIVROS



Estrada de Morrer

É sempre grato ler Urbano Tavares Rodrigues. E, neste caso, relê-lo, pois que se trata de uma reedição (revista), lançada pela Europa-América, na colecção Grandes Obras, em livro de bolso. Estrada de Morrer é um livro de contos e novelas, dados à estampa pela primeira vez em 1972. Na última página, uma data: Sagres, 1970. E é nestes últimos tempos de antes do 25 de Abril que os textos se escrevem e relê-los é tornar a um tempo obscuro, uma Estrada de Morrer, um reino de insectos, como aquele que nos propõe o conto As Moscas. «Como era Portugal antes do 25 de Abril? Qual era o destino de quantos entendiam a liberdade como a condição essencial da vida humana?» A estas e outras perguntas, os textos de Urbano Tavares Rodrigues não respondem, lançam pistas de entendimento sobre um tempo ido mas afinal tão perigosamente próximo. Diz o autor: «Falo do que compreendo, do que amo e do que detesto, e é no exercício da escrita que o descubro e me descubro.» Os leitores participam dessa descoberta.

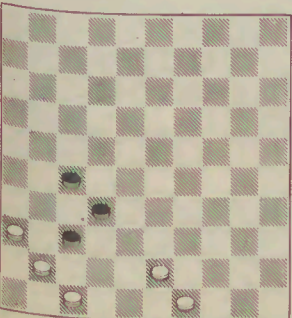


Ao Povo do meu País

A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Grândola lançaram recentemente, em sessão muito participada por gente de todas as idades - e com muitos jovens a assistir - um livro de versos. Não de versos quaisquer, pois que saíram da pena - e das penas e alegrias - de um poeta popular. O autor, Manuel António Pereira, que escolheu para título uma dedicatória significativa - Ao Povo do meu País -, nasceu há muitos anos, em 1918, mas é um jovem que aos sete anos começou nos trabalhos do campo e aos dezassete desceu aos fundos da terra para trabalhar nas minas da Caveira. O livro, prefaciado por Modesto Navarro, que o apresentou na Aldeia do Futuro - que melhor lugar para estas décimas? -, é como se cantasse o percurso de uma vida, com as suas dores e esperanças. E festejos também, como diz o mote de um dos poemas: Ir à Festa do Avante! Não é só ver muita gente! É sentirmos o carinho! É estar num país diferente.

DAMAS

DXCII - 2 DE JANEIRO DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997D01 Por: Paul Deguée - Bélgica À L'Ombre de Mon Clocher, 1970 Pr.: [3]: 27-32-37 Br.: [5]: 36-41-43-47-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº DXCII
Nº 1997D01 [P.D.]: 1. 47-42!, (37x39); 2. 41-37 (32x41); 3. 36x47 +
A. de M. M.

ATALHE DE FOICE

Ano novo

Desde que abriu a sua lojinha dos trezentos no beco do Cá te Espero, a minha amiga Berta não tem tempo nem para se coçar, tal a roda-viva em que a sua fulgurante entrada no mundo dos negócios a lançou. Eu bem tentei tirar nabos da púcara para perceber como foi que o caso se deu, mas ela, moita carrasco, desdobra-se em evasivas e põe ponto final no assunto com um invariável «o segredo é a alma do negócio», mantendo-me na mais absoluta ignorância quanto aos meandros que a levaram a alugar a velha garagem a tresandar a óleo de automóvel, gastar latas de tinta que me garantiu ser casca de ovo e a mim me parece mais caca de bebé, encher as paredes de estantes tipo faça-você-mesmo, tão pereclitantes que pelas minhas previsões não deviam sequer ter sobrevivido ao Natal, e a encher tudo com a tralha mais incrível que imaginar se possa materializado na loja por obra e graça de sabe-se lá que ocultos poderes.

Tenho para mim que tudo começou nas últimas férias de Berta, numa exótica e baratíssima excursão ao fascinante mundo lá detrás do sol posto (ou seria sol nascente?), de onde voltou carregada de malas a abarrotar de quinquilharia que me despejou em casa transformando-me a sala numa espécie de quarto dos horrores, com papagaios de papel pendurados do tecto, máscaras gregas nas paredes, dragões chineses nas estantes, candeeiros fluorescentes nos cantos e até um aquário eléctrico com peixes de plástico que em cada dois segundos se agitam em movimentos de contorcionista de circo, para já não falar dos espremedores de laranja, cestos de corda, aventais e panos de cozinha, caixas de plástico e uma colecção completa de chaves de parafusos que remeteu para a cozinha, para além de um sem-número de outros embrulhos que nem me atrevi a abrir.

Seja como for, o certo é que Berta se transformou em empresária de sucesso, de tal forma que em menos de quinze dias teve de substituir a calculadora de bolso que lhe emprestei por uma máquina registadora a sério, arranjar uns gaiatos ainda em idade escolar para a ajudar, eliminar a hora de almoço, alargar o horário até às nove da noite, e mesmo assim não tem mãos a medir com a clientela, como me confessou outro dia, estando já a pensar em estender a actividade pelo fim-de-semana e em tomar conta de mais umas quantas garagens das redondezas, o que só ainda não fez por causa de Sousa Franco e da momentosa dúvida que a atormenta desde que ouviu falar dos «métodos indiciários» (quem é que lhe garante que os piiiuiiiii do fisco não vão lançar os olhos ao seu negócio? - pergunta desconfiada).

Por estas e por outras é que a melhor prenda de Natal foi, para Berta, a decisão de Guterres de, à última hora, adiar a discussão do novo pacote fiscal para Janeiro, para evitar «empolamentos desnecessários em época festiva». Enquanto o pau vai e vem folgam as costas, garante Berta, a empresária, enquanto me vai confidenciando que já mandou fazer uma divisória na garagem para reduzir o tamanho e esconder o stock mais vistoso, reduziu a voltagem das lâmpadas para dar um ar mais pobrezinho à loja e está até a pensar em deixar crescer umas teias de aranha para um toque miserabilista. Quem tem unhas é que toca viola, não é verdade?

■ AF

ÚLTIMAS

Jerónimo de Sousa comenta mensagem de Natal do primeiro-ministro...

Só aos trabalhadores é que exigem sacrifícios

«A mensagem natalícia do primeiro-ministro, longe de conter a esperança e a confiança, foi uma mensagem de subordinação a Maastricht e aos calendários da moeda única», afirmou Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, ao comentar a alocução de Natal de António Guterres.

O dirigente comunista verifica que, «mais uma vez se tenta repetir a História, transformando os trabalhadores e os seus salários nos alvos preferenciais e únicos na exigência dos sacrifícios, em coe-

rência, aliás, com a política que tem vindo a ser seguida pelo Governo PS».

«Sacralizando o nível da inflação», acusa Jerónimo de Sousa, o engenheiro Guterres «escondeu aos

portugueses e, em particular, aos trabalhadores que o lucro deve ficar intocável, enquanto os ganhos de produtividade previstos para o ano de 1997 devem ser direccionados num só sentido e para um só bolso: o do capital». O primeiro-ministro também «omitiu que a exigência de tais sacrifícios se deve prolongar para os próximos anos, com consequências preocupantes para o emprego e para os salários».

Para o PCP, «a mensagem que ficou por fazer foi a da confiança nos trabalhadores nas nossas potencialidades nacionais, na nossa indústria, na nossa agricul-

tura, nas nossas pescas, no desenvolvimento da nossa produção nacional», disse aquele membro da Comissão Política do Partido, sublinhando que «faltou a mensagem de esperança para os desempregados, para os jovens, para todos os que se sentem inquietos quanto ao seu futuro».

«Porque acreditamos nos trabalhadores e na sua luta, porque acreditamos nos portugueses, tudo faremos para que o ano de 1997 seja melhor que o anunciado pelo primeiro-ministro», conclui o comentário de Jerónimo de Sousa.

Interfina não paga salários

Quatro empresas que têm a Interfina por accionista principal acabaram o ano de 1996 com vários meses de salários em dívida, denunciou o Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras de Lisboa, que acusa aquele grupo económico de pouco fazer «para relançar a actividade destas empresas, designadamente quanto à necessidade de promover a sua reestruturação económico-financeira».

O sindicato afirma que não há obras em carteira «que assegurem minimamente uma actividade normal, de plena ocupação dos meios técnicos e humanos ainda existentes, por forma a garantir a regularização rápida e imediata dos salários em atraso».

No comunicado sindical são apontados os problemas em cada empresa:

- **Construções Técnicas:** deve salários desde Agosto de 1996, bem como os subsídios deste Natal, num montante estimado em cerca de cem mil contos. Che-

gou a ter 5 mil pessoas ao seu serviço, mas não ocupa hoje mais de 180 trabalhadores.

- **Manuel Nunes Tiago e Proconstrói:** têm salários em atraso desde Junho de 1996 e estão praticamente paradas, empregando cerca de vinte trabalhadores, quando já chegaram a ter ao seu serviço mais de 2 mil.

- **Empec:** deve salários desde Novembro de 1996 e o subsídio de Natal. Era a empresa do Grupo Interfina que apresentava melhores condições, tanto no cumprimento das obrigações legais e contratuais, quer na carteira de encomendas (que permitia uma ocupação plena das suas capacidades).

Os trabalhadores destas empresas, informa o sindicato, decidiram concentrar-se junto à sede do principal accionista, para reclamar que a Interfina assumia as suas responsabilidades no pagamento dos salários, na viabilização das empresas e na manutenção dos postos de trabalho.

Um ano de luta pela regionalização

Fazendo um pequeno balanço político do ano de 1996, o **Organismo Inter-Regional do Alentejo** considera que aquele ficou marcado pela «luta pela regionalização, pela criação e instituição de uma só região administrativa para todo o Alentejo apesar do boicote do PSD e de alguns dirigentes do PS». Os comunistas dos distritos alentejanos salientam o conjunto de iniciativas promovidas por diversas entidades que reivindicaram do cumprimento da promessa de António Guterres de realizar eleições regionais já em 1997, e que, tal como outros objectivos eleitorais, foi metida na gaveta.

O OIRA do PCP recorda ainda que das 41 assembleias municipais do Alentejo que se pronunciaram sobre a regionalização apenas três se inclinam para a criação da Região do Baixo Alentejo.

Também a **DORAL do PCP**, em nota à imprensa, sublinha que todas as Assembleias Municipais do Algarve se pronunciaram a favor da Regionalização, e que no País cerca de 68 por cento das Assembleias Municipais são favoráveis à instauração das regiões administrativas.

Mas se é claro que o PSD e o CDS/PP estão contra este processo, já as sucessivas cedências do PS à direita são vistas com preocupação pelos comunistas que consideram nomeadamente o referendo como uma forma de «atrasar e se possível evitar o avanço da Regionalização».

Por seu lado, a **DORVIR do PCP** considera inaceitável o procedimento adoptado pela Assembleia Municipal de Vila Real que depois de ser solicitada pela Assembleia da República a dar o seu parecer face aos projectos de Regionalização apresentados pelo PCP, PS e PEV, decidiu aguardar a realização do referendo antes de se pronunciar sobre a matéria.

... e segurança pública

Quanto aos factos em desenvolvimento e o agravamento das questões de segurança pública, Jerónimo de Sousa afirma que «residem muito na indefinição da política do governo PS em relação ao estatuto e organização da PSP», montada e executada por Dias Loureiro, no sentido da sua militarização.

O PCP recorda que «o Governo PS aprovou um decreto para colocar um civil no comando da PSP e entretanto nomeou um militar; manteve no fundamental a existência das super-esquadrões; confronta-se com uma estrutura militarizada numa posição mais crispada, nunca respondendo nem actuando face a anteriores levantamentos de comandos de polícia».

Para o PCP a questão central é «determinada pela necessidade de uma mudança de política da Administração Interna. Neste quadro não se pode ilibar de responsabilidades o actual Ministro da tutela, mas muito menos se podem desresponsabilizar o Primeiro-Ministro e o Governo».

É no mínimo incompreensível, que nesta situação, o Primeiro-Ministro se mantenha mudo e quedo quando na campanha eleitoral para as legislativas tanto falou das questões da segurança pública.

«Aqueles que perante a situação se limita a exigir a demissão

do Ministro não querem uma PSP mais civilista e mais próxima dos cidadãos mas uma polícia mais repressiva.

Condenável e inaceitável é também a posição do PSD que, pela mão de Dias Loureiro, montou a actual estrutura e aprofundou o seu carácter e a sua lógica militarizada.»

O PCP considera que os acontecimentos mais recentes de violência policial «não podem ser confundidos com a generalidade do comportamento dos agentes de segurança, mas antes fruto da própria cultura repressiva do comportamento dos agentes de segurança, mas antes fruto da própria cultura repressiva que o PSD cultivou e o PS não alterou».

Reafirmando as suas propostas de uma polícia mais civilista, uma polícia com direitos sociais e sindicais, de concretização do seu projecto-lei de criação de Conselho Municipais de Segurança dos Cidadãos, já aprovado na generalidade mas retardado na Comissão Parlamentar, de uma polícia próxima dos cidadãos e não concentrada nas super-esquadrões, o PCP entretanto e, ao contrário da correria de circunstância do PSD, já tinha agendado para o dia 9 de Janeiro um debate sobre as grandes opções de política de Segurança Interna».

AML aprova plano para 97

A Assembleia Metropolitana de Lisboa reuniu na passada segunda-feira, 30 de Dezembro, para analisar a actividade realizada, rever o orçamento do ano passado e aprovar o plano de actividades para 1997.

A sessão realizou-se no Teatro Maria Matos em Lisboa e foi aberta ao público.

No mesmo dia, Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, assinou com a Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo, presidida por Irene Veloso, o contrato-programa para a gestão do SPA/PORLVT (Sub Programa A do Programa Operacional da região de Lisboa e vale do Tejo) para o triénio 1997/99.

Com a assinatura deste contrato, a AML vai continuar a gerir o sub-programa que se des-

ta a beneficiar redes viárias municipais, redes de abastecimento de água e reservatórios, redes de drenagem de águas residuais, estações de tratamento de águas residuais e equipamentos de tratamento e destino final de resíduos urbanos. Com um financiamento na ordem dos 13 milhões de contos, o programa apoia também a criação de loteamentos e zonas industriais e a construção de infraestruturas e equipamentos sociais e turísticos nos 18 municípios que constituem a AML.



5603199000445